



O arquivo da Misericórdia de Ponta Delgada: estudo para a implementação de um modelo de organização integrada da informação

Rute Dias Gregório

Centro de História
d'Aquém e d'Além-Mar

CHAM

O ARQUIVO DA MISERICÓRDIA
DE PONTA DELGADA

ESTUDO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM
MODELO DE ORGANIZAÇÃO INTEGRADA
DA INFORMAÇÃO

Colecção **TESES**

1. AS ILHAS DE SÃO TOMÉ NO SÉCULO XVII
Cristina Maria Seuanes Serafim
2. A ALTA NOBREZA E A FUNDAÇÃO DA ESTADO DA ÍNDIA:
CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA ACÇÃO DOS JESUÍTAS NO ORIENTE
Maria Odete Soares Martins
3. A ILHA DE SÃO NICOLAU DE CABO VERDE NOS SÉCULOS XV A XVIII
André Pinto de Sousa Dias Teixeira
4. TERRA E FORTUNA:
OS PRIMÓRDIOS DA HUMANIZAÇÃO DA ILHA TERCEIRA (1450?-1550)
Rute Dias Gregório
5. SAMURAI CRISTÃOS:
OS JESUÍTAS E A NOBREZA CRISTÃ DO SUL DO JAPÃO NO SÉCULO XVI
Madalena RIBEIRO
6. MARTIM AFONSO DE SOUSA E A SUA LINHAGEM:
TRAJECTÓRIAS DE UMA ELITE NO IMPÉRIO DE S. JOÃO III E D. SEBASTIÃO
Alexandra Pelúcia
7. D. AFONSO DE NORONHA, VICE REI DA ÍNDIA:
PERSPECTIVAS POLÍTICAS DO REINO E DO IMPÉRIO EM MEADOS DE QUINHENTOS
Nuno Vila-Santa
8. VIOLÊNCIA, DESVIO E EXCLUSÃO NA SOCIEDADE MICAELENSE OITOCENTISTA
(1842-1910)
Susana Serpa Silva
9. O ARQUIVO DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA:
ESTUDO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE ORGANIZAÇÃO
INTEGRADA DA INFORMAÇÃO
Rute Dias Gregório

Rute Dias Gregório

O ARQUIVO DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA

ESTUDO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE ORGANIZAÇÃO INTEGRADA DA INFORMAÇÃO



PONTA DELGADA
2015

FICHA TÉCNICA

Título O ARQUIVO DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA:
ESTUDO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE ORGANIZAÇÃO
INTEGRADA DA INFORMAÇÃO

Autor Rute Dias Gregório

Edição CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS / UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Av. de Berna, 26-C
1069-061 Lisboa
cham@fcsh.unl.pt

Capa Carla Veloso

Imagem da capa e Desenhos de Inês Gonçalves e Daniel Borges, alunos do 12º F da
contra-cap Escola Secundária Antero de Quental

Colecção TESES 9

Depósito Legal 40239915/15

ISBN 978-989-8492-32-6

Data de Saída Dezembro de 2015

Tiragem 300 exemplares

Execução Gráfica EGA - Empresa Gráfica Açoreana
Rua Manuel Augusto Amaral, 5
9500-222 Ponta Delgada
S. Miguel - Açores

Apoios:



O Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e, nos Açores, pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia do Governo Regional dos Açores.

*À Misericórdia de Ponta Delgada e seus corpos gerentes,
que ousam assumir a responsabilidade de um arquivo com cinco séculos.*

*Aos meus alunos da Universidade dos Açores, estagiários e voluntários,
que durante muito tempo tornaram possível este projecto.*

*Aos profissionais das ciências documentais e da informação,
que merecem a minha vénia e respeito pelas suas competências específicas,
as quais jamais ousaria comentar ou criticar sem conhecer a essência do
seu trabalho e sem procurar a formação académica mais
adequada para os conhecer «por dentro».*

*Aos alunos e professora de Desenho A do 12º F,
da Escola Secundária Antero de Quental (2015-1016),
pelos "desenhos de rua" que propuseram para a capa deste livro.*

ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CCC:	Centro de Cuidados Continuados
CEP:	Conferência Episcopal Portuguesa
IMI:	Instituto Maternal e Infantil
IPSS:	Instituição/ções Particular/es de Solidariedade Social
MAS:	Ministério dos Assuntos Sociais
MEP:	Escola Profissional da Misericórdia de Ponta Delgada
MLIS:	Misericórdia de Lisboa
SA:	Serviços de Abastecimento
SAD:	Serviços de Apoio Domiciliário
SAF:	Serviços Administrativos e Financeiros
SARMD:	Serviço de Admissão e Registo do Movimento de Doentes
SCP:	Serviço de Contabilidade e de Património
SCPE:	Serviço de Cadastro do Pessoal
SDCP:	Serviços Domésticos e de Conservação do Património
SEA:	Serviço de Estatística e Arquivo
SEC:	Serviço de Expediente e de Contencioso
SCMPDL:	Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada
UMP:	União das Misericórdias Portuguesas
VAS:	Valor Acrescentado Social

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Constituição dos corpos e cargos das Misericórdias, segundo o Compromisso de MLIS, de 1498-1500	37
Figura 2 – Estrutura orgânica e funcional, segundo o Compromisso de 1498-1500	38
Figura 3 – Livro de Lembranças de 1592, referenciando o Livro de Tombo...	39
Figura 4 – Séries documentais da SCMPDL até 1577	40
Figura 5 – Séries documentais da SCMPDL, 1578-1618	43
Figura 6 – Constituição dos principais órgãos das Misericórdias, segundo o Compromisso da MLIS, de 1618	44
Figura 7 – Estrutura orgânica e funcional de topo, segundo os estatutos de 1873	58
Figura 8 – Estrutura orgânica e funcional da SCMPDL, segundo os Estatutos de 1873.....	60
Figura 9 – Estrutura orgânica e funcional do Hospital da SCMPDL, a partir do Regulamento de 1891.....	64
Figura 10 – Estrutura orgânica e funcional do Hospital, a partir do Regulamento de 1959	72
Figura 11 – Estrutura orgânica e funcional dos Serviços Administrativos, segundo o Regulamento do Hospital de 1959	73
Figura 12 – Competências e estrutura de gestão/administrativa da SCMPDL, a partir do Compromisso ratificado em 2006	75
Figura 13 – Organigrama proposto para a SCMPDL, da autoria de Fátima Sousa (adapt.)	77

INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasce, em primeiro lugar, de uma antiga aspiração de alguém que fez todo o seu percurso acadêmico em História, até ao doutoramento e nos termos do anterior estatuto da carreira docente universitária.

As perguntas e muitas vezes as angústias provocadas pela inacessibilidade das fontes de informação, o seu problemático estado de conservação, a falta de coerência do tratamento técnico de muitos fundos, ou até a simples carência deste tratamento, principalmente dos documentos de arquivo, fizeram-me almejar, há anos atrás, a vontade de aprofundar conhecimentos científicos e técnicos na área dos arquivos.

Completamente contra a corrente do cumprimento «normal» das etapas de um percurso académico universitário, e francamente menosprezando ditos mais ou menos jocosos, irónicos ou desestimulantes, após a defesa do doutoramento em História, em 2006, resolvi dedicar alguma atenção ao desenvolvimento de competências científicas formais nesta área. Foi deste modo concretizada uma pós-graduação de dois anos em 2008, seguida de candidatura a doutoramento com o respetivo cumprimento da parte curricular e defesa de trabalho de fim de *master* em 2011, a partir do qual foi possível então o registo de tese de doutoramento no mesmo ano. Do trabalho de fim de *master* nasceu este livro, o qual deveria ser continuado na tese de doutoramento.

Hoje, contudo, este é um projeto adiado por via do acúmulo de funções e tarefas, pelos desafios de outros projetos temáticos mais aliciantes, mas também, porque não dizê-lo, até por um certo afastamento pessoal e institucional dos imperativos académicos de doutoramento nesta área. Esta é a liberdade que uma experiência fora do mundo universitário nos dá e que naturalmente se poderá alterar nos próximos tempos, ou quando a normal carreira académica voltar a ser o centro das preocupações da autora. Por agora, viver a experiência de diretora da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada - entidade com veneráveis 170 anos de idade - é um projeto que abraço, ao qual me dedico, e onde pretendo tirar

um *doutoramento* bem mais informal, baseado na experiência direta e no desafio que é gerir instituições desta natureza na contemporaneidade.

Para além deste livro emergir do interesse pela área de arquivos que foi levado a extremos improváveis, e de resultar do referido trabalho de fim de *master* em *Documentación* pela Universidade de Alcalá de Henares, a seleção do tema e a incidência na Misericórdia de Ponta Delgada, por outro lado, contextualiza-se e tem os seus antecedentes num projecto de organização de arquivo, iniciado em finais do ano de 2008¹. Fruto de proposta de elaboração da história da Misericórdia de Ponta Delgada (São Miguel, Açores) [SCMPDL], iniciativa da saudosa Fátima Sequeira Dias, cedo se prefigurou a necessidade de intervenção sobre a base daquela construção historiográfica que, naturalmente, era a sua «documentação histórica». Esta, produzida entre o século XVI e XX, encontrava-se acumulada e dispersa pela antiga secretaria da SCMPDL, casa de máquinas, arrecadações, salas e gabinetes do edifício-sede (cf. Anexo A), não se possuindo até então qualquer instrumento de inventariação e controlo dos documentos.

É assim, de forma anómala e com inversão de prioridades (a partir de um projecto na área de História), que acaba por tomar forma e sobrepor-se este projecto no âmbito da Arquivística. Entre 2008 e 2011, a tempo parcial e com a colaboração de voluntários, estagiários e alunos da Licenciatura de Património Cultural da Universidade dos Açores (cf. Anexo B), no designado por arquivo «histórico» da Misericórdia de Ponta Delgada levaram-se a cabo as morosas tarefas técnicas (cf. Anexos B, C e D) de higienização a seco, acondicionamento e recenseamento (cf. Apêndice A) de documentos de conservação definitiva. Estas tarefas contaram também com a colaboração de uma licenciada em Património Cultural, ao abrigo do Programa Estagiar L², a qual avançou numa especialização em ciências documentais e da informação e ali continuou em funções até cerca de 2013.

Entre Setembro de Janeiro de 2010/2011 foi também possível concretizar o primeiro levantamento e detectarem-se as necessidades mais urgentes do arquivo «administrativo». Aqui decorreu um estágio curricular realizado no âmbito do Mestrado de Ciências Documentais e da Informação da Universidade Nova

1 Rute Dias GREGÓRIO - «O projecto de organização do Arquivo Definitivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada». Comunicação ao I Encontro Internacional «Arquivos do Atlântico: Memória, Informação e Desenvolvimento», 11 e 12 de Maio de 2009, Teatro Ribeiragrandense, Ribeira Grande, São Miguel; e VII Encontro Regional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas – «Tempos de mudança». Vila Franca do Campo, Centro Cultural Bento de Góis, 6 e 7 de Novembro de 2008. Disponível em <http://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/1082>. Acedido em: 2011.06.30.

2 Programa de transição para a vida activa de jovens recém-licenciados, patrocinado pelo Governo Regional dos Açores. Cf. sítio dos programas Estagiar em <http://www.estagiar.azores.gov.pt/>. Acedido em 2011.08.05.

de Lisboa, cujo plano e responsabilidade da orientação local foram atribuídos à autora deste documento. O relatório final apresentado pela estagiária, Maria de Fátima Soares Sousa³, constituiu-se como fundamental para o diagnóstico de situação mais concreto do referido arquivo. Em simultâneo, permitiu precisar melhor a actual orgânica da instituição, fazer o levantamento das tipologias e séries documentais hodiernas (Cf. Apêndice E), bem como possibilitou o levantamento dos principais fluxos informacionais contemporâneos desta instituição e o esboço de uma proposta de Plano de Classificação (SOUSA 2011).

Estes foram, pois, os antecedentes do trabalho que se pretendia concretizar nos anos subsequentes e que consistia na conceptualização e criação de um modelo de gestão integrada da informação para a Misericórdia de Ponta Delgada, aplicado às especificidades da instituição, respeitador de um legado informacional de 500 anos e adequado à modernização dos processos neste tipo de entidades.

E o interesse e importância do presente tema de estudo divide-se em três pressupostos fundamentais.

Em primeiro lugar, a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (Açores, Portugal), criada em inícios do século XVI, é um dos exemplos actuais de longevidade e grande amplitude na acção social e de solidariedade local, nos Açores, em Portugal e até na Europa. Como tal, possui um arquivo activo, cuja documentação remonta ao século XVI e aos tempos da consolidação das estruturas do povoamento do arquipélago, e da ilha de São Miguel em particular. Isto confere à instituição, a par de uma intervenção social hodierna inquestionável, um legado histórico e cultural representativo de gerações que também não se pode descurar como experiência/conhecimento para o futuro. Por outro lado, a missão que assume é intemporal e, apesar das mudanças nas formas, problemas e reptos, continua hoje a fazer sentido.

Em segundo lugar, trata-se de uma instituição que, em termos arquivísticos, se confronta com os complexos desafios da conservação informacional, dos novos suportes e principalmente das novas formas de gerir e aceder à informação. Criar as bases de um modelo de gestão integrada dessa informação secular que, em simultâneo, faça a instituição entrar no século XXI em termos informacionais e em termos de disponibilização e acesso ao seu conhecimento e informação, são metas que se afiguram relevantes. Por outro lado, elaborar este estudo de caso poderá também contribuir para a reflexão dos modelos de gestão informacional

3 Hoje mestre em Ciências da Informação e da Documentação, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com a defesa da dissertação *Políticas para a gestão da informação arquivística: os arquivos centrais da administração pública dos Açores*, 2012 (<http://run.unl.pt/handle/10362/7823>).

deste tipo de organizações, as quais na forma de confrarias se estendem por vários países europeus e, por influência portuguesa, na sua configuração mais específica – de Santa Casa da Misericórdia - hoje também marcam presença no continente africano, americano e asiático (PAIVA 2002: 1: 14).

Em terceiro lugar, a pertinência do trabalho, apenas esboçado nesta etapa, está ainda no enfoque integrado da informação e da respectiva gestão. Como caso de estudo, apresenta desafios e circunstâncias excepcionais para tal enfoque: a entidade produtora mantém-se em actividade, tanto ela quanto o seu sistema informacional podem ser analisados numa perspectiva diacrónica e temporal muito ampla e todos os documentos do arquivo se mantêm no seio da entidade produtora, desde a sua origem. Temos, pois, condições aliciantes (desafiantes) para perspetivar uma gestão documental/informacional baseada na perspectiva integrada.

Define-se assim, pois, como objectivo do presente estudo, conhecer as bases da estrutura informativa da Misericórdia de Ponta Delgada, dos séculos XVI a XXI. Deste modo, a pergunta de partida formulou-se da seguinte forma: como se estrutura orgânica, funcional e documentalmente a Misericórdia de Ponta Delgada, nos seus 500 anos de existência?

Responder a esta pergunta pressupõe, em primeiro lugar, enquadrar teoricamente e na literatura actual as problemáticas, os conceitos e o método científico global seguidos por este trabalho. Por outro lado, nos traços essenciais do objecto de estudo em concreto – o arquivo da Misericórdia de Ponta Delgada - e desde a fundação aos dias de hoje, há que delinear a estrutura orgânica e funcional desta instituição, levantar e associar as tipologias e séries documentais aos respectivos órgãos e funções na óptica da gestão integrada da informação, do *records continuum model* e do designado por «novo paradigma» da Arquivística. A resposta a tais questões/objectivos delineiam, por sua vez, os três capítulos do trabalho que se seguem.

O primeiro, designado por «Enquadramento teórico e revisão da literatura», aborda as questões fundamentais para a compreensão das escolas e das teorias científicas da Arquivística que regem/orientam este trabalho. Apresenta-se, aqui também, o método quadripolar, na sua dinâmica interacção entre pólos (epistemológico, teórico, técnico e morfológico), como aquele que garante a construção do conhecimento científico no âmbito da Arquivística e das Ciências da Informação em geral. Tenta-se cumprir este método no presente trabalho, sendo certo que o desenvolvimento dado à componente técnica dos arquivos e, principalmente, o estudo casuístico que o enforma, integra-o particularmente no pólo técnico.

Neste capítulo teve-se ainda por útil e determinante alguma revisão da literatura sobre os arquivos destas instituições e sobre a evolução das Misericórdias

portuguesas. Esta revisão permite fazer um enquadramento global e institucional da Misericórdia de Ponta Delgada (SCMPDL). Tal facilitará, em parte, a abordagem e compreensão da instituição e do seu arquivo numa perspectiva sistémica, o que naturalmente envolverá também o as suas ligações com o micro e macroambiente (PENTEADO 2004: 7)⁴.

O segundo capítulo, designado por «Estrutura orgânico-funcional e arquivo da Misericórdia de Ponta Delgada: de 1513 a 1834», resume a organização, funções e actividades desta instituição, aborda o resultante arquivo em termos de organização, séries e tipologias documentais no período em causa e avança na reflexão teórica e na concretização prática, muito provisória, de um esquema classificativo do arquivo em presença. Até 1834, a SCMPDL ter-se-á regido pelos Compromissos da Misericórdia de Lisboa, pelo que o levantamento do respectivo perfil orgânico, funcional e arquivístico requer, para além do estudo da documentação normalizadora, particular consulta/cruzamento da documentação do arquivo que desse período chegou aos dias de hoje. Assim sendo, a metodologia de base do trabalho aqui seguida teve por suporte o levantamento e tratamento informativo dos Compromissos de 1498-1500, 1577 e 1618, cruzando-o com o recenseamento documental até agora realizado no arquivo da SCMPDL. Igualmente se consultaram alguns estudos, na área de arquivos e da história, para uma melhor compreensão/enquadramento da instituição e do seu arquivo ao longo do tempo. O tratamento informacional, entre outros, pressupôs a elaboração de seis figuras, entre as quais organigramas e tabelas.

O terceiro capítulo, «Estrutura orgânico-funcional e arquivo da Misericórdia de Ponta Delgada: de 1834 a 2011», na continuidade do anterior, aborda a instituição e o seu arquivo a partir do momento em que esta se rege por documentação normalizadora própria, o que se inicia com os chamados estatutos de 1834. A partir deste documento, como dos que se lhe seguiram de 1873, 1949 e o actualmente em vigor (alterações em 2006), cruzando-os com a regulamentação do Hospital da Misericórdia dos séculos XIX e XX, com o recenseamento da documentação do arquivo «histórico» e com os levantamentos e diagnóstico de situação obtidos no relatório de 2011 (Sousa 2011), traçam-se os elementos mais pertinentes da arquitectura orgânica, funcional e arquivística contemporânea da SCMPDL, apresentando-se uma proposta inicial de classificação documental com

4 A partir do conceito de «sistema», bebido em Idalberto Chiavenato, Pedro PENTEADO divide o meio que envolve as organizações em micro e macroambiente. No primeiro estarão, por exemplo, «os fornecedores, os utilizadores, as organizações (...) afins, (...) as agências de regulação e controle (...)». Tudo isto se enquadra por sua vez no macroambiente, «definido por variáveis políticas, económicas, tecnológicas, sociais, culturais, etc., que configuram o contexto de funcionamento organizacional» (2004: 7).

base nos pressupostos enunciados no capítulo II. Na prossecução deste objectivo, entre o mais produziram-se seis figuras, três das quais organigramas, e utilizou-se um organigrama disponível na instituição.

Para uma melhor complementação, ilustração e fundamentação de algumas das ideias e opções do presente trabalho, foram ainda criados e disponibilizados dois apêndices (A e B) e sete anexos (A a G).

Tendo o objecto de estudo quinhentos anos de existência, o projecto afigura-se, à partida e apesar de tudo, ambicioso. Não obstante, conta com bastante trabalho prático de base e algumas leituras técnicas e científicas dos últimos anos.

Por outro lado, como o presente trabalho visava, em 2011, catapultar o projecto académico que se queria desenvolver nos tempos subsequentes, no futuro muito pode, naturalmente, ser passível de ajustamento e aperfeiçoamento, à medida do aprofundar do conhecimento do sistema de informação que aqui se toma por objecto de estudo.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Arquivística científica e arquivos de misericórdias

Este capítulo, sobre o enquadramento teórico e revisão da literatura, explica-se face ao desenvolvimento concretizado e tido por necessário ao trabalho em causa, o qual desequilibraria demasiado as partes do mesmo se fosse apresentado na Introdução.

Tal desenvolvimento justifica-se porquanto, e em primeiro lugar, havia que enquadrar o estudo nas actuais escolas, teorias, conceitos e metodologia da Arquivística científica. Por outro lado, havia também que considerar a principal literatura para o estudo das misericórdias e dos seus arquivos.

Por fim, para uma melhor contextualização e compreensão do ambiente que envolvia o objecto de estudo, impôs-se igualmente reflectir e sintetizar, à partida, os principais momentos, legislação e transformações da natureza, organização e funções desta instituição secular.

1.1. Arquivística integrada, *records continuum model* e novo paradigma da Arquivística

O suporte crítico que conduz esta pesquisa apresenta referências teóricas e metodológicas contextualizáveis nas actuais tendências da Ciência da Informação e da Arquivística em particular.

Uma referência de base está, naturalmente, na chamada Arquivística Quebequense, com vultos como Michel Roberge, Carol Couture e Jean-Yves Rousseau¹,

¹ Entre outros, nomes como Ducharme, Mathieu, Frenère e Gagnon-Arquin podem ainda ser invocados (TOGNOLI 2010).

os dois últimos autores de um manual de referência muito conhecido: *Les fondements de la discipline archivistique*².

Desta «Escola» emerge, a partir dos anos 80 do século XX³, uma Arquivística «de plus en plus vers une approche intégrée de la gestion de la information [...] embrassant tant la gestion des documents administratifs actifs et semi-actifs que celle des documents inactifs de valeur permanent» (GAGNON-ARGUIN ap. SILVA [et. al.] 2002: 1: 161).

Pese embora ainda a marca conceptual da «teoria das três idades» do arquivo (activo, semi-activo e inactivo), compreende-se bem nesta frase o sentido integrador e global preconizado para a gestão arquivística. Na realização de estudos, mas também para efeitos de análise e representação, o arquivo tem de ser entendido/compreendido e gerido como um todo (RIBEIRO 2002: 103). Apesar de nesta orientação quebequense se continuarem a admitir os três ciclos de vida dos documentos, para o arquivo, para os documentos e para as actividades arquivísticas, o pressuposto é sempre o de se «garantir a unidade e a continuidade» (ROUSSEAU e COUTURE 1998: 70). Nesta concepção, a gestão do arquivo não se concretiza tendo por base uma ruptura ou delimitação clara e absoluta que as «três idades» ou o «ciclo vital» dos documentos pareceriam impor (ROUSSEAU e COUTURE 1998: 116). Por outras palavras, o modelo de gestão proposto não assenta na «tradicional» diferenciação de «arquivos» separados pela «idade» e pela dita «fase de actividade» dos documentos⁴.

É assim que a arquivística integrada faz emergir - e toma por elemento de identidade e modernidade - um perfil de arquivista que ultrapassa o do «conservador de arquivos históricos» e se assume globalmente como o de «gestor da informação»⁵. Neste conspecto, o papel do profissional torna-se relevante para as organizações, porquanto em contextos administrativos, de *performance* e de competitividade, a informação é um recurso «tão importante quanto os recursos humanos, materiais ou financeiros»⁶ (ROUSSEAU e COUTURE 1998: 61-62).

No cumprimento da respectiva missão e funções, qualquer organismo necessita de informação que cada vez mais assume formas e suportes variados. Por sua vez, aquela informação que se constitui no âmbito da acção do organismo – decorrente

2 ROUSSEAU e COUTURE 1998.

3 Com o trabalho de Carol COUTURE e Jean-Yves ROUSSEAU – *Les archives au XX^e siècle: une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche*. Montréal: Université, 1982 (ap. SILVA [et. al.] 2002:163).

4 Sobre a integração da «três idades» dos documentos, em Espanha pode-se cf. CORTÉS ALONSO 1990: 7-8.

5 Louise GAGNON-ARGUIN – «Os arquivos, os arquivistas e a arquivística». In ROUSSEAU e COUTURE 1998: 47; TOGNOLI 2010: 51.

6 Sobre esta questão, em Espanha pode-se cf. GARCÍA MORENO 1998: 143-144.

das suas funções e actividade – designa-se por informação orgânica. É esta informação orgânica que conforma/origina os arquivos (ROUSSEAU e COUTURE 1998: 64-65). Num tal desenvolvimento, o conceito informação associado aos arquivos, aos arquivistas e à Arquivística assume-se de forma mais activa (TOGNOLI 2010, 51). Mas o que se torna imperioso aqui relevar é que tal noção de informação orgânica constituidora dos arquivos, a par da concepção integrada da gestão, permite e valoriza o que os autores designam por «pesquisa retrospectiva» e que esta, por sua vez, todos os organismos podem utilizar com mais-valias no conhecimento de si próprios, da sua cultura e dos processos de decisão. Tal implica que todos os documentos/informação de arquivo, independentemente da sua «idade», podem ou não ser «úteis» à entidade que os produziu (ROUSSEAU e COUTURE 1998: 65).

Por tudo isto, pelo importante contributo no quadro do entendimento da organicidade da informação de arquivo e no contexto da visão globalizante e integradora dos arquivos, os pressupostos teóricos da Escola Quebequense são incontornáveis num qualquer plano de gestão de arquivos contemporâneo.

Para além da Escola Quebequense, na sustentação teórica deste projecto de investigação também se destaca o chamado *records continuum model* da Escola Australiana. Desenvolvido por Frank Upward (1996), o modelo define *continuum* como algo «of which no separated parts are discernible» (McKEMMISH 2009: 2). Aplicado aos arquivos, pressupõe a inexistência de rupturas na gestão dos documentos, não admitindo fases estanques tanto ao nível dos documentos digitais como em relação aos de suporte tradicional e assim demarcando-se, de forma clara, da teoria das três idades (BATISTA 2011: 8). Por consequência, no seu momento de produção e de pós-produção o documento/informação é sempre o mesmo, pelo que, por um lado, perspectiva a inexistência da divisão entre «current records» e «historical records» (CUNNINGHAM 1999: 4) e, por outro, traz os «record managers and archivists⁷ under the recordkeeping umbrella» (McKEMMISH 2009: 2).

Como se vê, trata-se de um modelo que se assemelha ao da gestão integrada de Rousseau e Couture, mas que o completa e supera, segundo Paulo Jorge Batista, «en su visión sistémica y de continuidad entre los archivos, al ampliar la interpretación de los documentos y de los sistemas de archivo». Para o autor citado, não se pode falar em gestão integrada sem a gestão continuada, desde a produção à conservação permanente, que o conceito de *records continuum* nos traz (BATISTA 2011: 7). Tal, naturalmente, rompe e ultrapassa o pressuposto do ciclo de vida

7 Como se sabe, no pós-Segunda Grande Guerra, e fruto da explosão documental que impe-
rava organizar e gerir, no âmbito da gestão documental americana consagrou-se a figura do «recor-
ds manager» versus «archivist», dedicado à documentação «histórica». Esta ruptura terá criado
duas áreas autónomas na abordagem e tratamento dos arquivos (SILVA 2002: 134, 163).

dos documentos e do conceito das três idades que a Escola Quebequense postula e define como «uma especificidade da disciplina», apesar dos alertas para a inexistência de uma delimitação rígida entre estas (ROUSSEAU e COUTURE 1998: 111-116).

A par dos contributos teóricos destas tão importantes Escolas, outros ainda se poderiam aqui conjugar no processo de construção da chamada «arquivística científica» que orienta este trabalho.

Notadamente, e com as mudanças operadas pelo incremento das novas tecnologias e no quadro do surgimento dos documentos electrónicos – também muito visíveis na escola Australiana –, decorre uma reflexão profunda da Arquivística, onde entre outros ainda se destacam vultos como Terry Cook ou Theo Thomassen⁸. Na segunda metade dos anos de 1990, a concepção que se começou a impor foi a de um «novo paradigma» (COOK) para a disciplina, reconhecendo-se a fase que atravessa de profunda renovação conceptual e metodológica (MELO 2006: 60-62).

A jusante das múltiplas aberturas e contributos destes últimos 30 anos⁹, e na senda de uma teoria e metodologia compatíveis com a inserção da Arquivística – como disciplina aplicada – na Ciência ou Ciências da Informação, em Portugal releva-se o trabalho daquela que se designará por Escola do Porto. O trabalho de Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real, *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*, de 1999 (2ª ed. de 2002) e com os respectivos desenvolvimentos, é hoje uma referência teórica e metodológica incontornável.

A nova realidade social e informacional que contextualiza os arquivos a partir da década de 1980, em termos de reflexão/construção científica, por superação do tradicional «paradigma histórico-tecnicista» conduz a Arquivística ao que se designa por «paradigma científico informacional». Neste «novo» paradigma, o objecto da Arquivística enquadra-se na designada por «informação social»¹⁰. Tal desemboca na concepção da Arquivística, tal como da Biblioteconomia,

8 Em Thomassen «pretende-se que o trabalho arquivístico seja de análise da missão, da função e das tarefas do produtor do arquivo, visando configurar uma instância de intervenção para o arquivista, na perspectiva de ser este um agente na otimização de fluxos informacionais. A pesquisa arquivística estaria interessada em estudar a relações entre a informação e o elemento de contexto de sua geração e estruturação»(SILVA 2010: 8).

9 Boas sínteses, globais e parciais, e considerando teóricos podem-se encontrar em Louise GAGNON-ARGUIN – «Os arquivos, os arquivistas e a arquivística». In ROUSSEAU e COUTURE 1998: 29-60; SILVA [et. al.] 2002; RIBEIRO 2002: 97-100; MELO 2006: 23-75.

10 Definida como «conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, disco magnético, óptico, etc.) e/ou comunicadas em tempos e espaços diferentes». Cf. RIBEIRO 2002: 105-106.

Documentação e Informática na componente dos «sistemas da informação», como um dos ramos da designada por Ciência da Informação.

Tendo o mesmo objecto amplo e método de estudo, mas reconhecendo-se-lhe certas especificidades, as disciplinas supracitadas distinguem-se entre elas «à luz das teorias e dos modelos de análise» que possam adoptar. Pelo designado paradigma científico-informacional, todas apresentarão a componente essencial de assentarem na teoria sistémica para a interpretação/explicação do fenómeno da informação (RIBEIRO 2002: 106-107 e 110).

A teoria sistémica, adoptada em múltiplas áreas científicas, aplica uma noção de sistema que a Escola do Porto define como «conjunto de elementos identificáveis, interdependentes por um feixe de relações, e que se perfilam dentro de uma fronteira». Os próprios autores reconhecem nesta conceptualização a aproximação – e no entendimento de biblioteca como sistema – à definição de Henrique Molin a de Campos: «sistema es un conjunto de elementos interrelacionados entre los cuales existe certa cohesión y unidad de propósito» (SILVA [et. al.] 2002: 213).

Desta teorização ampla, a Arquivística particulariza-se num objecto de estudo específico – o arquivo – numa concepção que a referida Escola formula como:

sistema (semi)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores (SILVA [et. al.] 2002).

Entre outros aspectos que se podiam desenvolver, saliente-se neste conceito o entendimento de arquivo como sistema de informação, no qual se impõe uma visão integrada das «várias idades», se valoriza a organicidade e se acentua a tónica na análise funcional (RIBEIRO 2002: 104).

Estas referências teóricas/conceitos são determinantes, porquanto assentam no pressuposto de que o conhecimento dos arquivos não se esgota nos procedimentos/tarefas técnicas padronizados (descrição, avaliação e outros¹¹), nem na elaboração de instrumentos como inventários ou catálogos. A ideia é que o conhecimento dos arquivos incide também na análise da estrutura orgânica e da função serviço/uso (PINTO 2003: 10), bem como das suas articulações/interacções com o meio que as envolve (PENTEADO 2004: 7), o que é o mesmo que dizer: na análise do sistema (SILVA 2002: 164).

Por sua vez, considera a mesma Escola que o método de investigação mais ajustado à Ciência da Informação em geral, e à Arquivística em particular, é o proposto por

11 Tarefas que decorrem da aplicação do método arquivístico (SILVA [et. al.] 2002: 164).

Paul de Brune, J. Herman e M. Schoutheete para o campo das Ciências Sociais. Tal método, «método quadripolar», conjugando abordagens quantitativas com qualitativas, afirma-se numa dinâmica que pressupõe a interacção permanente entre quatro pólos: epistemológico (linhas orientadoras e linguagem/símbolos da ciência), teórico (leis e princípios/fundamentação), técnico (observação casuística, contacto com o objecto) e morfológico (produto final que reflecte aplicação do método ao objecto e o conhecimento resultante do estudo) (RIBEIRO 2001, 108).

É num tal contexto teórico e metodológico que se apresentou este trabalho de fim de *master*, o qual se assumia como uma aproximação ao projecto mais amplo de Doutoramento e, desta forma, se configurava como estudo preparatório da tese.

Com base no percurso científico da Arquivística (pólo epistemológico), referenciando-se no suporte teórico de um novo paradigma (pólo teórico), visava-se assim a realização de um estudo de caso (pólo técnico) que permitisse concretizar um trabalho académico resultante de uma análise preliminar do sistema/informação – arquivo da Misericórdia de Ponta Delgada (pólo morfológico).

1.2. Estudos sobre misericórdias e arquivos de misericórdias

No tocante aos estudos sobre misericórdias portuguesas, estes sofreram, dos anos 1990 para cá, um acréscimo de contribuições considerável.

No âmbito da Arquivística, e sem esquecer os trabalhos de Manuela Ferrão (1990), Maria Olinda Pereira (2000) e Marta Lobo de Araújo (2007), é a Pedro Penteado que se deve até agora a reflexão mais profunda e ambiciosa sobre os arquivos das Misericórdias. Neste contexto, entre outros (1998; 2002) destaca-se naturalmente «A investigação em sistemas organizacionais: algumas reflexões sobre o caso das Misericórdias em Portugal» (2004). A abordagem, teoria de base, diagnóstico e metodologia ali presentes constituíram-se, desde o primeiro momento, como guias de orientação à reconstrução sistémica, orgânica e funcional destas instituições seculares, reconstrução que é preciso concretizar para um melhor conhecimento do arquivo e para a definição de um plano de intervenção técnica sobre o mesmo.

Por essa razão de princípio, e apesar da «diminuição do espaço de intersecção» entre a Arquivística e a História (ROUSSEAU e COUTURE ap. PENTEADO : 2004: 4), considera-se fundamental uma abordagem de partida que permita configurar o contexto, a natureza, a evolução e as transformações orgânico-funcionais destas instituições ao longo do tempo, o que no caso particular se afigura ainda mais relevante por se tratar de uma instituição e de um arquivo com quinhentos anos.

Tal abordagem, a par da pesquisa e dos estudos hodiernos a nível administrativo, contabilístico, do Direito, da Sociologia etc., revela-se primordial porquanto

se qualquer arquivo é «o espelho» da instituição que o produz¹², também o conhecimento das configurações da instituição no tempo é fundamental para se perspectivar componentes significativas do próprio sistema de arquivo. Para mais, verificando-se, no caso particular da Misericórdia de Ponta Delgada, que os registos documentais/informacionais – da origem e em alguns casos até aos primeiros anos do século XXI – se encontram ainda com situações de acumulação, de difícil acesso e quase total ausência de instrumentos de representação e controlo, entende-se por fundamental o recurso à construção teórica e geral no âmbito da história das Misericórdias.

A obra actualmente incontornável neste conspecto é, sem dúvida, a *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: fazer a história das Misericórdias*, de nove volumes, editada sob a presidência da coordenação científica de José Pedro Paiva (2002). A par da actualização temática que se concretiza em vários estudos, disponibiliza ainda um conjunto seleccionado de documentos para o conhecimento das misericórdias portuguesas.

Por outro lado, os trabalhos de Laurinda Abreu, Maria Antónia Lopes e Isabel dos Guimarães Sá – entre os de outros autores de estudos e obras monográficas –, constituem-se também de consulta obrigatória na abordagem diacrónica destas instituições, sob todos os pontos de vista, mas particularmente sob o enfoque que nos interessa como ponto de partida e que é o da história social e institucional.

Assim considerando, para uma melhor perspectiva da evolução da natureza jurídica e das características orgânico-funcionais das misericórdias portuguesas, passa-se a considerar diacronicamente estas instituições.

2. As misericórdias portuguesas: natureza jurídica, organização e funções

As Misericórdias portuguesas são confrarias cuja origem remonta ao reinado de D. Manuel I (1495-1521) e à acção pioneira de D. Leonor, sua irmã.

Sob a égide do culto medieval à Virgem da Misericórdia, e à luz das precedentes Toscanas (Itália)¹³, em Agosto de 1489 foi fundada a primeira misericórdia portuguesa em Lisboa, na Capela da Piedade do claustro da Sé (SÁ e LOPES 2008: 24-25). A breve trecho, e ainda no reinado manuelino, surgiram pelo menos as de Santarém, Évora, Setúbal, Estremoz, Beja, Elvas, Moura, Porto, Serpa, Coimbra, Tomar, Covilhã, Castelo de Vide, Portalegre, São João de Rei, Montemor-o-Novo, Barcelos, Almeida, Marvão, Castelo Branco, Lagos, Viana da Foz de Lima e Olivença. Nos arquipélagos atlânticos portugueses, na mesma

12 Daí os estudos e investigação que se concretizam a partir dele e dos seus acervos.

13 Segundo o sítio da UMP, a primeira misericórdia italiana foi fundada em Florença, no ano de 1244. Na passagem do século XV para o XVI, data da fundação da primeira misericórdia portuguesa, entre outras podemos destacar a supracitada e a de Roma (SÁ e LOPES 2008: 24).

altura, emergem a do Funchal (Madeira), Angra, Praia e, na década de 1510, a de Ponta Delgada (Açores). Para além destas, a documentação manuelina refere igualmente as de Goa (Índia), Safim e as dos «lugares de Além», expressão que designará as cidades norte-africanas de Arzila, Tânger, Alcácer e Ceuta (SÁ 2002: 22)¹⁴.

No ano de 2000, em Portugal contabilizam-se trezentas e oitenta e quatro misericórdias em actividade (SÁ e LOPES 2008: 130). Já em território da Região Autónoma dos Açores existem hoje em número de vinte e três (UMP 2011:14). Por sua vez, no território de antigo domínio ou influência portuguesa, segundo o sítio da União de Misericórdias Portuguesas [UMP], estão actualmente activas, entre outras, as Misericórdias de Baía, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, São Paulo, Pará e Recife (Brasil), de São Tomé e Príncipe, de Luanda e do Huambo¹⁵ (Angola), de Maputo (Moçambique) e de Macau.

Em Espanha funcionam actualmente sete misericórdias: as de Alcuéscar (Cáceres), Ávila, Azpeitia, Barcelona, Bilbao, Olivenza, Pamplona e Tudela¹⁶. De origem portuguesa é a de Olivença e foi também a de Ceuta (SÁ, 2000: 102). Fora de Espanha ainda existem, no México, as da cidade do México e de Santa Maria Tonameca (Oaxaca).

Extra espaço ibérico e/ou espaço de influência ibérica, segundo o mesmo sítio da UMP, associadas a comunidades emigrantes portuguesas existem as misericórdias do Luxemburgo (criada em 1996) e de Paris (criada em 1994). O fenómeno de expansão e criação destas estruturas, ainda na actualidade, continua a evidenciar a sua importância no quadro da cultura e da sociedade de matriz portuguesa¹⁷.

Definindo-se as confrarias genericamente como «associações de fiéis que se reuniam para praticar o culto religioso em todas as suas formas: sufrágios, procissões, manutenção dos lugares e das coisas sagradas, auxílio aos mais fracos» (SÁ e LOPES 2008: 12), as misericórdias portuguesas, ao integrarem-se plenamente neste conceito, desde a origem que assumem, não obstante, um cunho particular e distintivo.

Em primeiro lugar, e ao contrário mesmo das congéneres «misericórdias» italianas, tiveram e têm uma área de acção assistencial muito ampla, no cumprimento das chamadas catorze obras da misericórdia. Estas, divididas entre obras espirituais e corporais, desde o primeiro Compromisso («estatutos» – 1498-1500)

14 Sobre a expansão das Misericórdias e o Império, mas também sobre o surgimento destas instituições em áreas de influência portuguesa, mas não hegemonia política, como Manila e Japão, cf. SÁ 2000 e ABREU 2001.

15 Esta última criada em 2007 e a primeira no século XVII.

16 Cf. em *União das Misericórdias Portuguesas*. Sítio institucional. Disponível em <http://www.ump.pt/ump/index.php?option=content&task=view&id=958>. Acedido em: 2011.07.05.

17 Já no quadro do Império Português até ao século XVIII, Charles Boxer salientara (1969) a presença e importância das instituições câmara e misericórdia. Nesta dualidade são claras as palavras de Isabel dos Guimarães Sá: «câmara e misericórdia eram dois marcos indispensáveis nas comunidades portuguesas» (SÁ e LOPES 2008: 52).

se invocam como: **ensinar** os simples, **dar** bom conselho a quem o pede, **castigar com caridade** os que erram, **consolar** os tristes e desconsolados, **perdoar** a quem errou, **sofrer** as injúrias com paciência, **rogar** a Deus pelos vivos e pelos mortos, **remir** cativos e presos, **visitar e curar** enfermos, **cobrir** os nus, **dar** de comer aos famintos, **dar** de beber aos que têm sede, **dar** pousada aos peregrinos e pobres, **enterrar** os finados (CARNEIRO 1996: 295). Como a enumeração atrás invoca, e para além de verificarmos a matriz cristã dos valores/princípios orientadores da acção, infere-se que se tratam de instituições dedicadas simultaneamente a distintas esferas de intervenção social: da assistência mais básica, à saúde, ao ensino e à preocupação com os «desintegrados» na sociedade. O âmbito muito amplo da respectiva acção faz delas estruturas com «preocupações totalizantes» (SÁ e LOPES, 2008: 26), o que lhes confere um perfil muito próprio.

Assim, não estranha constatar que, desde a origem e na sua evolução, as misericórdias cumprissem um vasto leque de funções assistenciais que se foram adaptando e estruturando de acordo com as necessidades dos tempos e das sociedades. É deste modo que de acções como visitar e ajudar pobres e doentes, no respectivo domicílio no caso dos «pobres envergonhados» e a partir dos chamados «róis de pobres», como distribuir semanalmente esmolos, albergar peregrinos, tratar dos presos, dar sepultamento aos executados, assistir espiritualmente aos condenados, cumprir legados pios (SÁ e LOPES 2008: 30 e 45), se vieram a conjugar, por correlação e no consolidar institucional destas organizações, com a administração de hospitais, leprosarias, recolhimentos femininos e nalguns casos com a criação de crianças abandonadas (SÁ e LOPES 2008: 41, 43 e 44).

No século XIX vemo-las também ocupadas com a administração de cozinhas económicas, balneários públicos, albergues nocturnos (SÁ e LOPES 2008: 94), farmácias, algumas Caixas Económicas e no apoio ao ensino básico, funções que no século XX se estenderam e/ou reconfiguraram em sopas dos pobres, asilos de deficientes, creches, maternidades, colónias balneares (SÁ e LOPES 2008: 114) e no reforço das entidades bancárias¹⁸, nascidas da prática antiga de empréstimo a juros perpetrada por estas instituições.

Na passagem da década de 1990 para a de 2000, muitas misericórdias gerem lares e centros de dia de terceira idade, jardins-de-infância e creches, tal como

18 Registe-se que, em 1983, anexas a Misericórdias apenas se registem três Caixas Económicas, todas açorianas: Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica da Misericórdia da Povoação e Caixa Económica da Misericórdia de Ponta Delgada (SAMEIRO 1995: 46). Numa pesquisa rápida de sítios institucionais e outras referências na Internet, actualmente, em Portugal, apenas está activa a Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, fundada em 1893 e com estatutos de 1894 (<http://www.cemah.pt/index.php?id=260> e http://cemah.pai.pt/ms/ms/caixa_economica_da_misericordia_de_angra_do_heroismo+bancos+angra_do_heroismo-se+ms-90035263+p-4.html).

podem ter a seu cargo funções menos comuns ligadas à administração de residências de seropositivos, oficinas profissionais (SÁ e LOPES 2008: 130-131), escolas básicas, escolas profissionais, empresas de inserção (PENTEADO 2004: 13-14), mas também à administração de ludotecas, museus, galerias de arte, bibliotecas, arquivos e de outras estruturas/actividades de índole cultural (SÁ e LOPES 2008: 131; PENTEADO 2004: 14). Igualmente as funções e actividades na área da saúde têm tido algum crescendo, num «retornar às origens», com hospitais e enfermarias de retaguarda, postos de enfermagem e farmácias.

Em suma, trata-se de uma acção que se distribui pelos domínios da educação, da formação profissional, da assistência à terceira idade, infância e juventude, da saúde, dos projectos sociais, do económico e da cultura (PENTEADO 2004: 13-14). Nas palavras da UMP, constituída em 1976, é sua respectiva missão o apoio «às Misericórdias e às suas opções e prioridades nas áreas do Envelhecimento, na Saúde, na Infância e Juventude, no Combate à Pobreza e na defesa e salvaguarda da sua Cultura e Património»¹⁹.

Por outro lado, a par das referidas «preocupações totalizantes», outro aspecto que conferiu um cunho particular e distintivo a estas instituições foi que, para além de serem geridas por leigos, ao contrário das demais confrarias (inclusive à escala europeia), as misericórdias portuguesas gozaram, até ao século XX, de autonomia e independência face à Instituição Eclesiástica.

Das suas acções e até à implantação da República (1910) só davam conta ao poder régio e respectivos agentes. Por sua vez, o exercício do poder do rei em relação às Misericórdias caracterizou-se sempre por algum distanciamento e irregularidade e, até à segunda metade do século XVIII, apenas se materializou em casos extremos.

A situação ter-se-á alterado significativamente com a acção do Marquês de Pombal²⁰, no reinado de D. José (1750-1777), mas também nos dois reinados seguintes (SÁ e LOPES 2008: 66), de D. Maria I (1777-1816) e D. João VI (1816-1826). A acção pombalina é tida mesmo, segundo os especialistas, «como a primeira grande ruptura na história das misericórdias» (SÁ e LOPES 2008: 63), tendo-se neste período operado «uma espécie de refundação das misericórdias» (SÁ e LOPES 2008: 80).

O aspecto mais significativo a salientar neste contexto tem a ver com a passagem para uma política de forte intervenção régia sobre as misericórdias, traduzida

19 Sítio da UMP. Disponível em < http://www.ump.pt/ump/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=60 >. Acedido em: 2011.07.07.

20 Secretário de Estado e Ministro do Reino (1750-1777), influenciado pelo Iluminismo e pelo Despotismo Esclarecido.

em múltiplos diplomas legais sobre o exercício e controlo das respectivas actividades, bem como pautada, por exemplo, pela fiscalização apertada de contas e por ingerências nas eleições e exonerações dos corpos dirigentes. Tal acção terá o seu clímax com o alvará de 18 de Outubro de 1806 – «marco histórico na história da intervenção do poder central nas misericórdias» – que, para além de determinar a regulação de todas as misericórdias pelo Compromisso (Estatutos) da Misericórdia de Lisboa, cerceia completamente a autonomia destas instituições ao determinar a fiscalização das contas e ao dar poder aos oficiais régios (Provedor da Comarca, Corregedor ou Juiz de Fora) para decidir sobre medidas e despesas que se deverão ou não concretizar (SÁ e LOPES 2008: 66-73).

Nesta maior presença do poder régio se abre, então, a contemporaneidade. Apesar do muito que haverá ainda por esclarecer na história das Misericórdias do século XIX e XX (SÁ e LOPES 2008: 81), sabe-se que, em 1835, os recém-criados Governadores Civis passam a constituir-se tutela destas instituições. Entre as esferas da sua intervenção nas Misericórdias, saliente-se a aprovação dos respectivos estatutos, a obrigatoriedade de apresentação de orçamentos anuais, o controlo das contas e a fiscalização da gestão dos bens e da administração em geral. No ano seguinte (1836), por sua vez, os chamados Administradores do Concelho²¹ passam também a «examinar a contabilidade». O Código Administrativo de 1842 acabou por consagrar todas estas atribuições, as quais foram sendo resultado de vários diplomas anteriores (SÁ e LOPES 2008: 85). Por curiosidade, registe-se também que em 1834 se extingue a Irmandade da Misericórdia fundadora, a de Lisboa, tomando esta hoje em dia um perfil muito distinto das demais, em termos jurídicos, de tutela e de órgãos dirigentes (SÁ e LOPES 2008: 89).

Já no século XX, e com a 1ª República, as misericórdias vêm-se enquadradas numa política global de reestruturação da assistência pública, o que as vai sujeitar à «intervenção do Estado» e articular com novos organismos estatais como a Direcção Geral da Assistência, o Conselho Nacional da Assistência Pública e as Comissões de Assistência Distritais e Municipais (SÁ e LOPES 2008: 98). De qualquer modo, apesar da criação destes organismos de supervisão, a autonomia das Misericórdias não terá sido posta de todo em causa. Por outro lado, o Estado Novo (1933-1974), definido por um regime político autoritário, ao definir a acção do Estado no âmbito da assistência como «supletiva», vai destacar, estimular e financiar as Misericórdias. Estas são agora definidas como «órgãos centrais da

21 Subordinados aos Governadores Civis distritais. Entre 1835-1936/37 eram nomeados para cada concelho do país. As suas competências acabaram por ser atribuídas aos Presidentes de Câmara pelo Código Administrativo de 1936.

assistência» e, pelo Código Administrativo de 1936 e pelo Estatuto da Assistência Social de 1944, como «organismos primordiais e coordenadores da assistência em cada concelho» (SÁ e LOPES 2008: 103-104).

A natureza jurídica das misericórdias e respectiva tutela começam a sofrer então uma reviravolta com o célebre, e até equivocado, art.º 433º do Código Administrativo de 1940²².

Por ele estas instituições de assistência definem-se como «criadas e administradas por irmandades ou confrarias canonicamente erectas». Ao se conceberem as confrarias das Misericórdias como canonicamente erectas – que até então não haviam sido –, o resultado foi a respectiva integração na esfera eclesiástica. Tal acabou por ser «meio caminho» para o reconhecimento e a reivindicação da tutela da Igreja sobre as Misericórdias portuguesas. De qualquer modo, neste período o que ainda se configurou foi uma tutela dual da Igreja e do Estado sobre as Misericórdias, a qual o Decreto de 07 de Novembro de 1945 resolve artificialmente separando a «confraria canónica sob inspecção da Igreja» da «instituição (organismo) beneficente [...] onde assentava a política social do Estado e que este tutelava» (SÁ e LOPES 2008: 107-111). É assim que nasce «a separação entre a Misericórdia-instituição de assistência e a Misericórdia-associação religiosa» (TEIXEIRA 1996: 11).

O regime dualista supracitado, ao qual as Misericórdias terão resistido o mais que puderam, vai ser revogado já no período da Democracia, no pós-25 de Abril de 1974, mais concretamente em 1979, e no quadro do «intervencionismo do Estado» (TEIXEIRA 1996: 7-8). Com a criação das chamadas Instituições Particulares de Solidariedade Social (Ipss) e a entrada em vigor do seu primeiro Estatuto, pelo art.º 56º define-se que:

1. As irmandades da Misericórdia ou santas casas da Misericórdia são associações constituídas na ordem jurídica canónica com o objectivo de satisfazer carências sociais e de praticar actos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e da moral cristãs.
2. As irmandades da Misericórdia adquirem personalidade jurídica e são reconhecidas como instituições privadas de solidariedade social, mediante participação escrita da sua erecção canónica, feita pelo ordinário diocesano aos serviços competentes do Ministério dos Assuntos Sociais» (Decreto-Lei n.º 519-G2/79, de 29 de Dezembro).»

22 Com alterações e derrogações, este código ainda se encontra vigente mas em muito revogado.

Com este artigo, confirmado no segundo Estatuto das Ipss de 1983, concluía-se assim «a transformação da natureza jurídica das Misericórdias», ficando estas na dependência dos bispos (SÁ E LOPES 2008: 124).

De qualquer modo, como uma das formas das Ipss, não deixam de estabelecer uma relação directa com o Estado, aplicando-se-lhes o respeitante Estatuto (TEIXEIRA 1996: 11). Por isso mesmo, no quadro legal do país são entendidas como Ipss e no quadro do Direito Canónico são definidas como «associações de fiéis» (PENTEADO 2004: 2). Se com a determinação de erecção canónica terminara a dualidade da dependência, não se pode deixar de considerar-se que as Misericórdias continuam a ter, hoje, uma configuração dual.

Os últimos episódios da problemática, no quadro da apreciável autonomia prática que lhes continua a ser garantida, tem a ver já não com o facto de serem ou não entendidas como «canonicamente erectas» – situação que o Estado Novo consagrou, se bem que para tal não encontrasse antecedentes históricos –, mas com a forma como podem ser entendidas à luz do Código Canónico de 1983.

A 15 de Março de 1988, a Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) define-as como «Associações Públicas de Fiéis». Tal natureza significa que, por um lado, se à hierarquia eclesiástica cabe a respectiva erecção e/ou destituição, também dela depende a confirmação e/ou nomeação dos órgãos dirigentes. Por outro lado, talvez o problema maior que advém de tal entendimento tem estado à volta da questão da gestão dos bens. A condição de «Associação Pública de Fiéis» pressupõe a respectiva administração sob a autoridade da Igreja, a quem é devida prestação de contas.

Se a reacção inicial das Misericórdias e da UMP foi de contestação a este enquadramento de «associações públicas», e não «privadas», em 1988 e nos anos seguintes a situação parecia acalmar por via de acordo datado de 2000 (SÁ E LOPES 2008: 125-130).

Mas o problema não estaria de todo resolvido, porquanto novo Decreto Geral da CEP, de 23 de Abril de 2009 (CEP 2009), fez novamente estalar a polémica²³. Por ele, e com base no entendimento das misericórdias como «Associações Públicas de Fiéis», especificam-se as «sujeições canónicas» que vinculam estas entidades. Não há novidades de relevo nas determinações ali expressas. Não obstante, a reacção contestante das Misericórdias pode levar a concluir que a condição de «Associações Públicas de Fiéis» e não de «Associações Privadas de Fiéis»

23 Patente na comunicação social. Cf. «Misericórdias não aceitam o decreto geral da Igreja». In *Rádio Renascença: música e informação dia-a-dia*. 2010.10.06. Disponível em <http://www.rr.pt/printArticle.aspx?did=123076>. Acedido em: 2010.11.13.

poderá estar ainda na origem dos «conflitos», entretanto «serenados» em finais de 2010 e resolvidos em Maio de 2011²⁴.

Por fim, com base no enunciado atrás e pondo de parte a questão da definição jurídica das misericórdias, intente-se também um esboço de análise prospectiva destas instituições. Os documentos tidos por referência na concretização deste ensejo cingem-se, apenas, aos Programas dos VIII (2007), IX (2009) e X Congressos Nacionais das Misericórdias Portuguesas (2011). Por eles, as tendências institucionais de futuro pareciam claras.

Em 2007, o tema do Congresso foi, sugestivamente, subordinado à «Modernidade e boas práticas». Com ele se terá assistido à tal viragem, se não retorno, da função das misericórdias no enfoque da saúde. Neste congresso, para além das questões relativas às relações com o poder local, ao designado por «sector social» e ao envelhecimento, as questões do modelo organizacional destas instituições, no primeiro quarto de século, tiveram também enfoque especial.

O IX Congresso, de 2009, manteve a mesma tónica com o tema «Modernização e inovação: instrumentos da sustentabilidade e da qualidade». Aqui, o reforço das problemáticas da missão institucional, as novas necessidades/respostas sociais e, em continuidade, o tema da saúde estiveram na ordem do dia. Por outro lado, ganharam vigor as questões do empreendedorismo, da sustentabilidade e da modernização/qualidade da gestão das misericórdias.

Já o congresso de 2011, de 16 a 18 de Junho, escolheu por tema a «Intergeracionalidade». Novamente, o timbre da crise económica e do reforço do papel e das responsabilidades das misericórdias neste contexto foram o pano de fundo dos debates. Para além das questões específicas da intergeracionalidade (no último dos sete painéis), renovaram-se as abordagens sobre a relação das misericórdias com o Estado e as autarquias, sobre as políticas sociais e o papel destas instituições no âmbito da saúde, actualizou-se a discussão do património cultural das misericórdias, elegeram-se as temáticas da «Economia Social» e do «Desenvolvimento Sustentado» sob a égide de um painel inicial designado por: «A inovação – Factor de desenvolvimento e mudança».

Neste conspecto, a segunda metade da década de 2000 parece trazer, às misericórdias, necessidades de assegurarem a sustentabilidade, abertura, inovação, reorganização, boas práticas e, em suma, a modernização organizativa. Neste caminho, afigura-se determinante que a gestão e o uso da informação, bem como

24 Alexandra SERÓDIO – «Misericórdias e Igreja perto de um acordo». In *Jornal de Notícias*. 2010.11.11. Disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1707589; «Misericórdias: acordo com a Conferência Episcopal está fechado». In *Agência Ecclesia: agência de notícias da Igreja Católica de Portugal*. 2011.05.04: CEP. Disponível em <http://agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/print.pl?id=85569>. Acedido em: 2011:07.07.

do conhecimento institucional e social que deles podem nascer, sejam factores nevrálgicos e mais-valias de peso para um projecto organizacional bem sucedido.

Para terminar, com base nesta análise diacrónica, que é retrospectiva mas também prospectiva, e no quadro dos actuais estudos, podem assinalar-se provisoriamente como momentos fundamentais das misericórdias portuguesas:

1. O da fundação, no quadro de uma missão de assistência muito ampla, sob a égide, protecção e privilégios régios, de profunda autonomia das misericórdias e com uma intervenção distante e irregular por parte da Coroa (1498 – c. 1755).

2. O da «refundação» das misericórdias com o Marquês de Pombal, continuada nos reinados posteriores a D. José I, momento no qual se terá concretizado uma forte intervenção do Estado (c. 1755 – c. 1909).

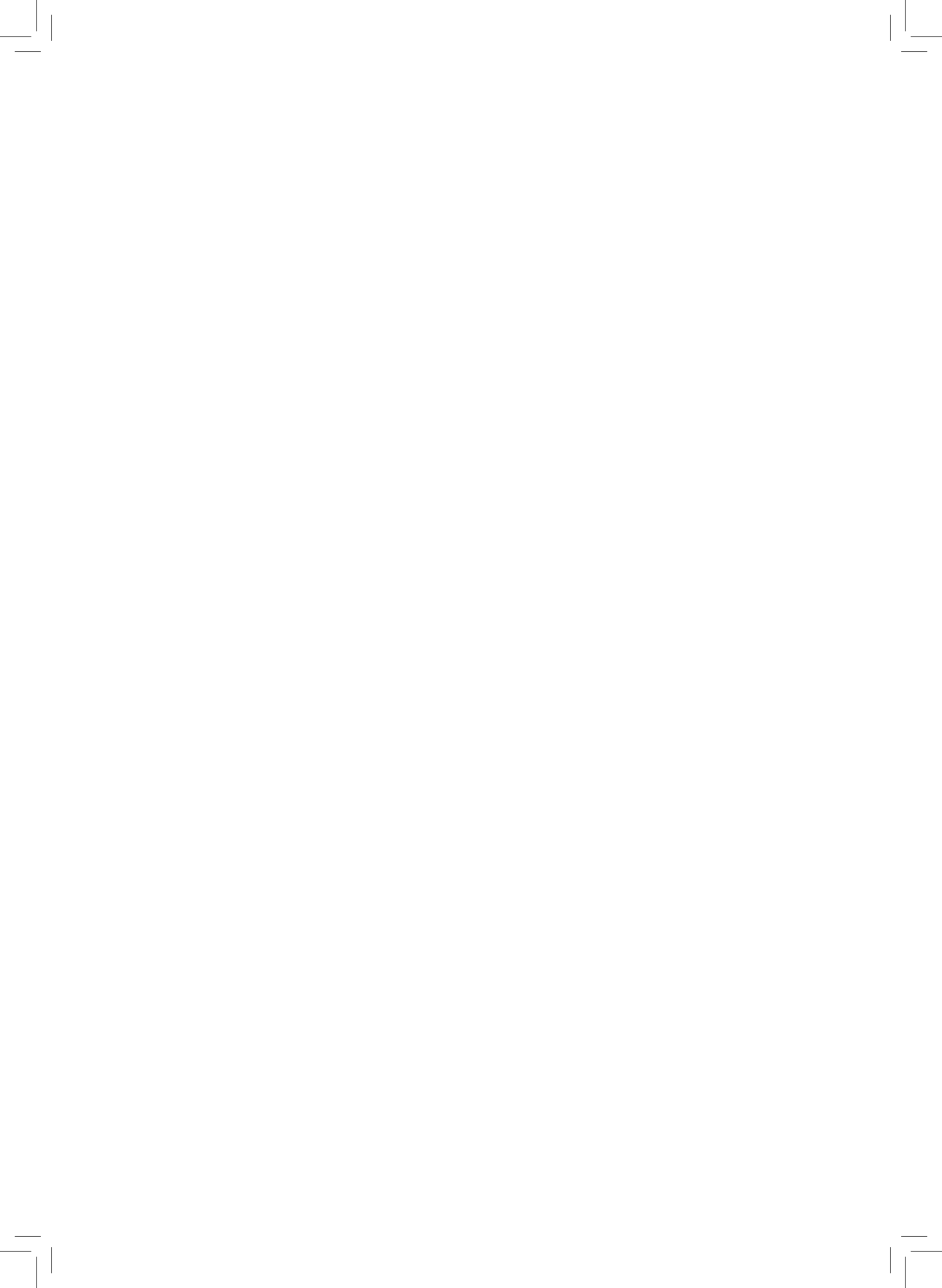
3. O do enquadramento numa política global de reestruturação da assistência pública e de intervenção do Estado republicano, num relacionamento com múltiplos organismos de supervisão (c. 1910 – c. 1932).

4. O do entendimento da acção do Estado no âmbito da assistência como «supletiva», que vai neste âmbito destacar as misericórdias, mas que também lhes trouxe uma transformação profunda da sua natureza (1940), agora de carácter dual e com tutela bipartida entre a Igreja e o Estado (c. 1933 – c. 1974).

5. O da passagem para a tutela do ordinário diocesano (bispo), pelo entendimento destas enquanto associações de fiéis «canonicamente erectas», mas que, no quadro do intervencionismo estatal no âmbito da acção social, também são equiparadas às Ipss (c. 1974 – c. meados de 2000).

6. O dos desafios de uma organização autónoma, sustentável e moderna, virada para a qualidade e para as boas práticas, no cumprimento de uma missão cada vez mais emergente em contexto de crise (segunda metade da primeira década de 2000 - ...).

Estas fases/momentos atrás delineados serão determinantes para a compreensão sistémica e evolutiva das misericórdias e naturalmente poderão perspectivar as relações, funções e consequente produção/recepção documental/informacional da Misericórdia de Ponta Delgada, nos seus cinco séculos de existência.



CAPÍTULO II

ESTRUTURA ORGÂNICO-FUNCIONAL E ARQUIVO, DE 1513 A 1834

Nas suas funções, organização e estrutura interna gerais, como as demais congêneres portuguesas, a Misericórdia de Ponta Delgada obedece ao chamado Compromisso da Irmandade/Confraria. Por ele se normaliza e rege a instituição, nos seus princípios organizativos e funcionais.

O Compromisso, no século XIX designado por Estatutos, apresentou naturalmente várias versões/evoluções ao longo do tempo. Estas versões/evoluções, se por um lado foram concretizando melhor a missão, a estrutura organizativa e os serviços da instituição, por outro foram também o reflexo da capacidade de reestruturação e adaptação da Misericórdia às necessidades de cada época.

Os Compromissos que inicialmente regeram as misericórdias portuguesas, em geral, foram os de Lisboa. O Compromisso de 1498-1500, o primeiro, constituiu-se como documento fundacional da confraria sendo o «instrumento de difusão e de normalização» da mesma em espaço português e de além-mar (SÁ E LOPES 2008: 25).

Depois dele, outros dois documentos compromissais surgem: um em 1577 e outro em 1618. Ambos são considerados determinantes para a constituição da escrituração destas confrarias, sendo no caso essenciais «para a conformação dos arquivos das Misericórdias e modo de os organizar» (PEREIRA 2000: 191).

Tanto quanto se poderá até agora inferir, e desde a sua origem que remonta à década de 1510, a SCMPDL regeu-se pelos primeiros Compromissos da Misericórdia de Lisboa. Não se encontram no seu arquivo quaisquer registos dos compromissos de 1498-1500 e de 1577, nem de qualquer outro relativo a estes períodos, mas já se destacam duas edições impressas do de 1618: uma de 1674 e outra de 1818.

No presente capítulo pretende-se, pela análise dos Compromissos e Regulamentos, pelo cruzamento com os recenseamentos da documentação já concluídos e pela análise das séries documentais, correlacionar as estruturas organizativas e as funções/atividades com a produção/recepção documental/informacional da Misericórdia de Ponta Delgada, da sua fundação a 1834. Em concreto, intenta-se evidenciar a organicidade da documentação e aspectos relevantes da estrutura sistémica deste arquivo, nos seus primeiros tempos, bem como se visa uma primeira reflexão e construção do respetivo esquema classificativo.

1. Orgânica, funções e produção documental da Irmandade da Misericórdia até 1618

A estrutura orgânica contemplada no primeiro Compromisso das Misericórdias¹ era bastante simples, mas ainda hoje inspira e determina os corpos dirigentes de maior relevo das misericórdias portuguesas.

Em primeiro lugar, a Irmandade seria composta por cem irmãos, os quais compunham ou davam forma ao então chamado «conselho jerall». Este Conselho Geral ou Irmandade, que hoje se configura na Assembleia Geral (SCMPDL 2006: 7), segundo o Compromisso reuniria obrigatoriamente três vezes por ano.

Uma delas, no dia 2 de Julho, destinava-se à eleição do Provedor, principal figura da irmandade, de nove Conselheiros, um Escrivão e dois Mordomos. Estes treze dirigiriam a Irmandade até dali a um ano e a nova eleição. Apenas os Mordomos, pelos trabalhos implicados nas funções de administração dos bens, tinham um «mandato» de apenas um mês. Por isso, cada último domingo do mês, na reunião dos «ditos xiiij oficiaes na mesa», e de entre um rol «de certos homens que por sua devaçã quyserem servvir», elegiam-se os que o Compromisso designa por «Mordomo da capela» e «Mordomo de fora».

O primeiro Compromisso determina ainda duas reuniões mensais entre o Provedor e os doze oficiais, «pera conselho e cabido», às 4^a feiras e domingos à tarde. Esta reunião, à volta da «mesa», fará mais tarde surgir a designada explicitamente por Mesa (1618), hoje Mesa Administrativa (SCMPDL 2006), composta então pelos treze oficiais e presidida pelo Provedor, mas que ao longo do tempo variará no número de elementos. Era neste contexto que se decidiam as questões relativas às despesas, ao vestir dos pobres, ao despacho das petições e se tomavam as contas mensais aos mordomos.

¹ Este compromisso, a partir do adoptado pela Misericórdia de Coimbra, está editado em CARNEIRO, 1996: 294-306. É com base nesta publicação que se fazem as referências.

Fora estes órgãos, cargos e funções, ainda fica determinado, no primeiro Compromisso, a existência de capelães para celebrar as missas, de três ou quatro pedidores de esmolas por freguesia, estes eleitos de entre um rol de confrades, e indiretamente é referido o «físico da confraria» (cf. Figura 1) no tocante aos cuidados a prestar pelos dois conselheiros ligados às questões da assistência «médica» (SOUSA 1996 a: 296-306).



Figura 1 - Constituição dos corpos e cargos das Misericórdias, segundo o Compromisso da MLIS, de 1498-1500

No concernente às funções de Provedor, Escrivão, Conselheiros e Mordomos, o Compromisso de 1498-1500 também as explicita. Ao Provedor, como figura cimeira e representativa da instituição, cabe atribuir as funções dos Conselheiros, preside às reuniões dos treze oficiais eleitos – na *mesa* – e ainda visita hospitais e pobres.

Os nove conselheiros, por sua vez, são a pares incumbidos de funções específicas: visitar e dar esmolas a doentes e pobres; visitar e assistir na doença, a doentes e a pobres; dar de comer aos presos pobres e desamparados; arrecadar esmolas de defuntos ricos, rendas, foros e tratar dos assuntos judiciais referentes à Irmandade; visitar os pobres «envergonhados».

Quanto aos mordomos, neste tempo diferenciam-se em «mordomo da capela» e «mordomo de fora». Ambos têm de incumbência tratar das questões das contas e dos pagamentos: o primeiro relativamente às questões concernentes ao culto e ao altar, tanto receitas como despesas; o segundo age no que diz respeito às demais despesas/receitas da Misericórdia. A este último, o «de fora», ser-lhe-ia dada certa soma de dinheiro para gerir, a qual incumbência gera os primeiros livros/escrituração que se registam como de produção obrigatória neste Compromisso (cf. Figura 2).

Relativamente à produção documental dos primeiros tempos, no geral era limitada e, para muitas Santas Casas, não terá mesmo chegado até aos nossos dias (ARAÚJO 2007: 360-361). O Compromisso primordial apenas determina a obrigação de dois livros. Um na mão do escrivão, pelo qual se tomam as contas aos mordomos e onde mensalmente se registam as receitas e a despesas com as acções/funções de assistência. Por outro lado, o mordomo deveria ter também um livro de registo de pagamentos e contas da despesa mensal, pelo qual dava as suas contas ao Provedor e Oficiais (na *mesa*).

Fora esta documentação explícita, de produção obrigatória e relativa à receita e despesa, outro tipo de registos ficam implícitos neste primeiro Compromisso e para a acção eficaz da Irmandade. As eleições dos irmãos e convocatória da Irmandade poderiam pressupor assentos, pois que o próprio Compromisso determina que Provedor e oficiais possam «Riscar» um irmão pouco cumpridor. Por outro lado, consigna-se um dito *livro dos pobres* providos anualmente com vestuário. As acções dos conselheiros também se fazem basear no rol dos presos e no rol de doentes e pobres. A presença do escrivão nas visitas mensais do Provedor, ou nas visitas aos pobres «envergonhados», pode fazer supor os momentos de preparação/constituição dessas listagens, tão determinantes para a acção da Confraria (cf. Figura 2).

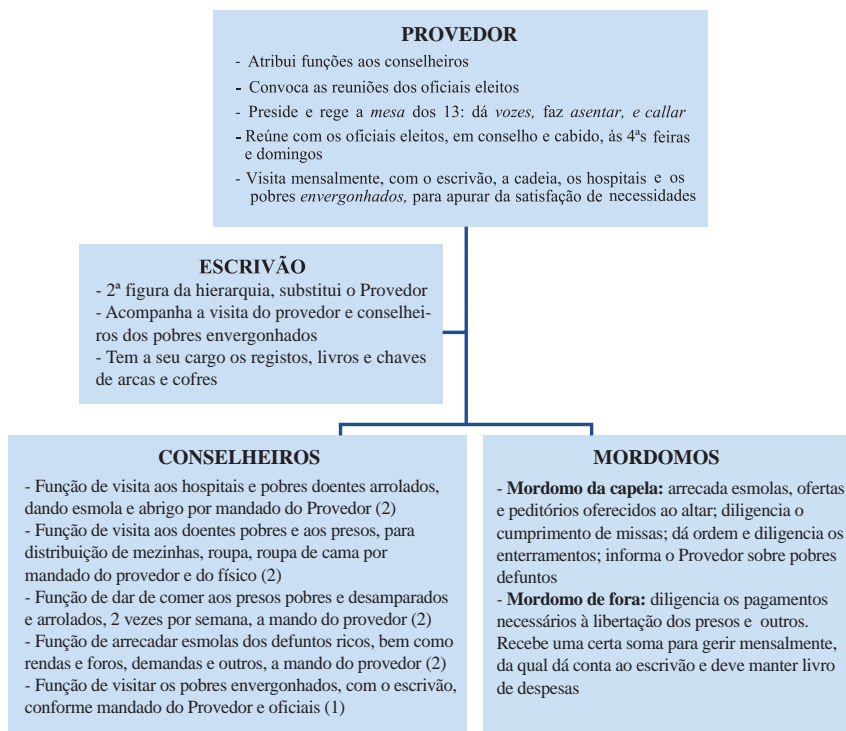


Figura 2 - Estrutura orgânica e funcional, segundo o Compromisso de 1498-1500

No caso do arquivo da Misericórdia de Ponta Delgada, de épocas tão recuadas e até 1577 (data do segundo Compromisso), encontram-se exactamente os Livros de Receita e Despesa, mas também séries compostas pelos livros da Despesa da Renda de instituição régia, de Assentos de Irmãos e de Contratos e Quitações (cf. Figura 3).

É através dos Livros de Receita e Despesa que verdadeiramente se entra em contacto com a composição dos órgãos de gestão, funcionários e com as actividades exercidas no âmbito da Misericórdia. O de 1570-1571, por exemplo, além dos corpos gerentes de topo revela outro tipo de agentes ao serviço da instituição: um físico, um sangrador, um cirurgião, uma amassadeira e uma ama de casa. Para além deles, também há referências aos capelães e ao capelão-mor. O mesmo livro regista, entre outros, a actividade de mordomos, pedidores e lavadeira da Casa, bem como de boticários, capelão-mor, *tangedor* de órgãos, sangrador e mestre de sangrias (AGUIAR 1998: 329-331). Tal mostra como a estrutura funcional determinava algumas especializações para as quais havia que prover, por acordos e contratos remunerados, os respectivos assalariados.

Por outro lado, é exactamente na série dos Contratos e Quitações que aparecem estes contratos e acordos, a par de outra tipologia documental associada à rentabilização de terras ou outros. Também o livro próprio da gestão da renda da alfândega concedida por D. Sebastião, «e confirmada pelos reis posteriores», e o chamado *Tombo Antigo* constituem as séries documentais existentes na SCMPDL do século XVI (cf. Figura 4). De referir que este último se constitui numa encadernação recente (século XIX/inícios XX) de diversas escrituras relativas aos bens e património da Casa e não num *tombo strictu sensu*. Não obstante, o primeiro livro de Lembranças da Casa (1592) regista a existência de Livro do Tombo (cf. Figura 3). Já pelo único inventário de livros da SCMPDL até ao momento encontrado, de 1708-1709, não se detectam livros deste período mas apenas constam livros «correntes» datados entre 1611 e 1708 (SCMPDL 1708-1946: 18-19).

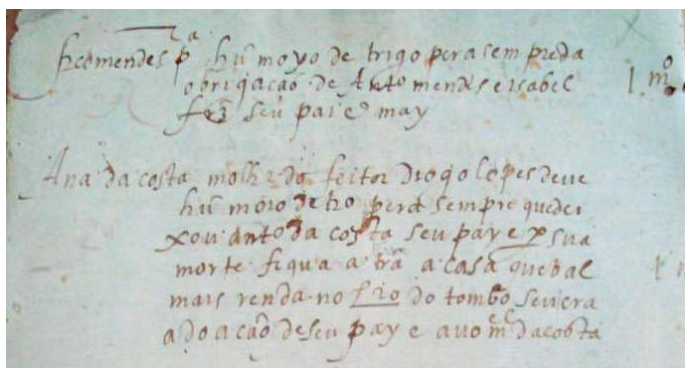


Figura 3 – Livro de Lembranças de 1592, referenciando o Livro de Tombo

Funções/actividades	Série	Datas
. Gerir e controlar os Irmãos	Assentos de irmãos	. 1576 – 1613
. Controlar bens móveis, de raiz, testamentos, doações, contratos	<i>Tombo Antigo</i>	. 1567.10.19 – 1599.06.13
. Registrar receitas e despesas (dinheiro e trigo) . Colectar pedidos e donativos (Pedidores) . Inventariar roupa de cama . Inventariar bens da capela . Identificar corpos gerentes, servidores e mais prestadores de serviços da instituição . Dar contas ao provedor e oficiais (<i>mesa</i>) . Conceder esmolas a pobres e doentes (pão, dinheiro, trigo, vestuário e mezinhas) . Apoiar os presos . Acolher e tratar dos doentes (hospital) . Enterrar e acompanhar defuntos . Celebrar missas e outras manifestações de culto	Receita e Despesa	. 1560.07.03 – 1561 . 1570 – 1571 . 1572 – 1573 . 1574.07.02 – 1575.07.02 . 1575 – 1576 . 1577.07.02 – 1578.07.02
. Gerir a renda instituída por D. Sebastião e reis sucessores	Despesa da renda instituída por D. Sebastião e seus sucessores	. 1573.03.09 – 1662.04.26
. Contratualizar os serviços e a rentabilização da propriedade	Contratos e quitações	. 1567.10.19 – 1599.06.13 . 1575.07.10 – 1594.08.29

Figura 4 - Séries documentais da SCMPDL até 1577

Pelo Compromisso de 1577 – como se disse, de Lisboa, e que tanto quanto se apura é o que passará então a vigorar na SCMPDL –, compreende-se algumas alterações a nível organizacional, tal como se pressupõe a produção de novas séries documentais.

Em primeiro lugar, fica muito mais clara a estrutura/designação do corpo dirigente, que aqui se enuncia como «Provedor & irmãos da mesa», «Provedor, officiaes que [h]ajam [sic] de governar» e mesmo «Mesa» (CORRÊA 1998: 53-54). Prenunciava-se claramente o órgão hoje designado por Mesa Administrativa, de que adiante se falará.

Também fica mais explícito o que se poderá designar por «departamentalização» da confraria. O articulado do documento é mais extenso e nele emergem o

«Arrecadador» de Esmolas, o Mordomo da Bolsa – que agora designa o anterior «de fora» –, o Mordomo dos Presos, os Mordomos do Hospital e os Mordomos da Botica (farmácia). Tudo isto traduz a complexificação da estrutura que, naturalmente, se reflecte nos registos e no número de séries documentais produzidas.

Neste contexto, importa ressaltar que o Compromisso de 1577 apresenta, no final, um artigo designado «Dos livros que por obrigação [h]averá [sic] na casa da misericórdia» (CORRÊA 1998: 72). Instituiu-se assim, verdadeiramente, o arquivo enquanto "serviço".

Acresce que o responsável pela respectiva produção e garante da autenticidade dos registos está claramente agora definido: o Escrivão. Este é a segunda figura do poder, já que substitui o Provedor em caso de ausência, o que mostra o seu destaque institucional. Tal situação de relevo advém-lhe, naturalmente, do facto de só ele poder fazer os registos nos livros (CORRÊA 1998: 57, 58, 60), bem como de lhe caber a guarda do arquivo e a salvaguarda da memória administrativa e institucional. Igualmente, as chaves de arcas e cofres estão sempre na sua posse e na do Provedor.

No tocante aos livros determinados com obrigatórios pelo Compromisso de 1577, identificam-se os de assento dos irmãos, os das pessoas visitadas em casa, os das provisões régias (compilação destas), os dos registos dos livros, títulos e documentos da misericórdia, os dos assentos das eleições anuais dos corpos dirigentes e os livros dos testamentos. Estes dão corpo a séries conhecidas como Assentos de Irmãos ou Livros da Irmandade, os livros da Provisões ou dos Privilégios Régios, os Livros dos Contratos e das Escrituras e os Assentos de Eleições.

Acresce ainda que este Compromisso deixa dispersas, ao longo do articulado, outras mais referências à produção de livros e/ou registos. São eles os que se designam por Livros dos «acordos» (de Acórdãos ou Actas), Livro Corrente (de Receita e Despesa, mais tarde de Caixa), Livro e Rol dos Presos, Livro das Esmolas dos Cativos, Livro dos Créditos e Letras, vários Regimentos e, no caso de ausência do escrivão, também o ditos Cadernos de «fora» (CORRÊA 1998: 53, 58, 61-65, 71-72).

Perante estes considerandos, pode-se dizer nos finais do século XVI se anuncia o aparecimento de novas séries documentais, as quais acrescem às pré-existentes.

Na Misericórdia de Ponta Delgada, as séries documentais que agora surgem são constituídas pelos chamados livros dos Contratos e Notas da Casa, das Lembranças e de Receita e Despesa da Administração de instituições vinculares deixadas à Irmandade (cf. Figura 5).

Funções/actividades	Série	Datas
. Gerir e controlar os Irmãos	Assentos de irmãos	1576 – 1613
. Controlar bens móveis, de raiz, testamentos, doações, contratos	«Tombo» Antigo	. 1567.10.19 – 1599.06.13
. Registrar receitas e despesas (dinheiro e trigo) . Colectar pedidos e donativos (pedidores) . Inventariar roupa de cama . Inventariar bens da capela . Identificar corpos gerentes, servidores e mais prestadores de serviços da instituição . Dar contas ao provedor e oficiais (<i>mesa</i>) . Conceder esmolas a pobres e doentes (pão, dinheiro, trigo, vestuário e mezinhas) . Apoiar os presos . Acolher e tratar dos doentes (hospital) . Enterrar e acompanhar defuntos . Celebrar missas e outras manifestações de culto	Receita e Despesa	. 1560.07.03 – 1561 . 1570 . 1570 – 1571 . 1572 – 1573 . 1574.07.02 – 1575.07.02 . 1575 – 1576 . 1577.07.02 – 1578.07.02 . 1578 – 1579 . 1579 – 1589 . 1580 – 1581 . 1584.07.02 – 1585.07.02 . 1587.07.02 – 1588.07.02 . 1588 – 1589 . 1589 – 1590 . 1590 – 1591 . 1591 . 1593 . 1598 . 1599 – 1600 . 1601 – 1602 . 1604 – 1605 . 1605 – 1606 . 1606 – 1607 . 1607 – 1608 . 1608 – 1609 . 1609 – 1610 . 1611.07.02 – 1612.07.07 . 1613.07.02 – 1614.07.02 . 1614.07.02 – 1615.07.01 . 1615.07.02 – 1616.07.02 . 1616.07.02 – 1617.07.02 . 1618.07.02 – 1619.07.02
. Gerir a renda instituída por D. Sebastião e reis sucessores	Despesa da renda instituída por D. Sebastião e seus sucessores	. 1573.03.09 – 1662.04.26
. Contratualizar os serviços e a rentabilização da propriedade	Contratos e quitações	. 1567.10.19 – 1599.06.13 . 1575.07.10 – 1594.08.29
	Contratos e notas da Casa	. n.º 1: 1602 – 1620.06.11 . n.º 2: 1603.04.21 – 1653.04.25

. Gerir as actividades/obrigações	Lembranças	. 1592 . 1600 . 1611.07.02 – 1612 . 1612 . 1614.07.02 – 1615
	Lembranças de António Sanches	. 1614 – 1615
. Administrar instituições vinculares e legados de particulares	Receita e despesa da Administração de Maria Simão	. 1617 – 1659

Figura 5 – Séries documentais da SCMPDL, 1578-1618

2. Orgânica, funções e produção documental da Casa da Misericórdia, a partir do Compromisso de 1618

O Compromisso de 1618, da MLIS, traduz uma apreciável complexificação das misericórdias portuguesas (cf. Figura 6).

Em primeiro lugar, esta é cada vez mais designada por Casa da Misericórdia. A expressão *casa* estava presente nos anteriores compromissos, mas enquanto nos respectivos prólogos sobressaía a Irmandade e Confraria da Misericórdia, no de 1618 sobressai bastante o termo Casa da Misericórdia que se repete ao longo do articulado (MLIS 1818: 3, 5-6, 8, 10, 26...).

Em segundo lugar, o termo «Mesa» para traduzir o conselho, reunião, despacho e decisão do Provedor, Escrivão, Recebedor das Esmolas e Conselheiros cristaliza-se em definitivo, emergindo o órgão decisor assim designado (MLIS 1818: 3-4, 12, 15-17...).

Em terceiro lugar, surge também no documento compromissal um órgão novo: o designado por Junta (MLIS 1818: 24-25). Esta reunia ordinariamente, uma vez por semana, o Provedor (que presidia), o Escrivão da Casa, o Recebedor das Esmolas e o Tesoureiro «das letras, e depósitos», para tratar das questões dos depósitos, «sobre as cobranças dos juros, letras, e mais fazenda». Para mais, a cada 10 de Agosto (dia de São Lourenço) eram também eleitos 20 irmãos «Definidores» ou «Irmãos da Junta» (cf. Figura 6) que constituíam uma Junta mais alargada no «aconselhar a Mesa nos negocios, para que forem chamados» (MLIS 1818: 25).

Tratava-se esta Junta, pois, de um órgão consultivo, de vertente estrita e ampla, sobre questões financeiras e subordinado à Mesa (MLIS 1818: 15-16). Não obstante, o seu parecer seria determinante em situações como a admissão/

expulsão de irmãos, assumpção de compromissos de índole financeira, gastos de dinheiro, empréstimo de bens móveis da capela, aceitação de instituições vinculadas, vendas e trocas de propriedades ou bens, gestão das dívidas e rectificação/ alteração de alguma determinação de Mesas anteriores (MLIS 1818: 24-25).

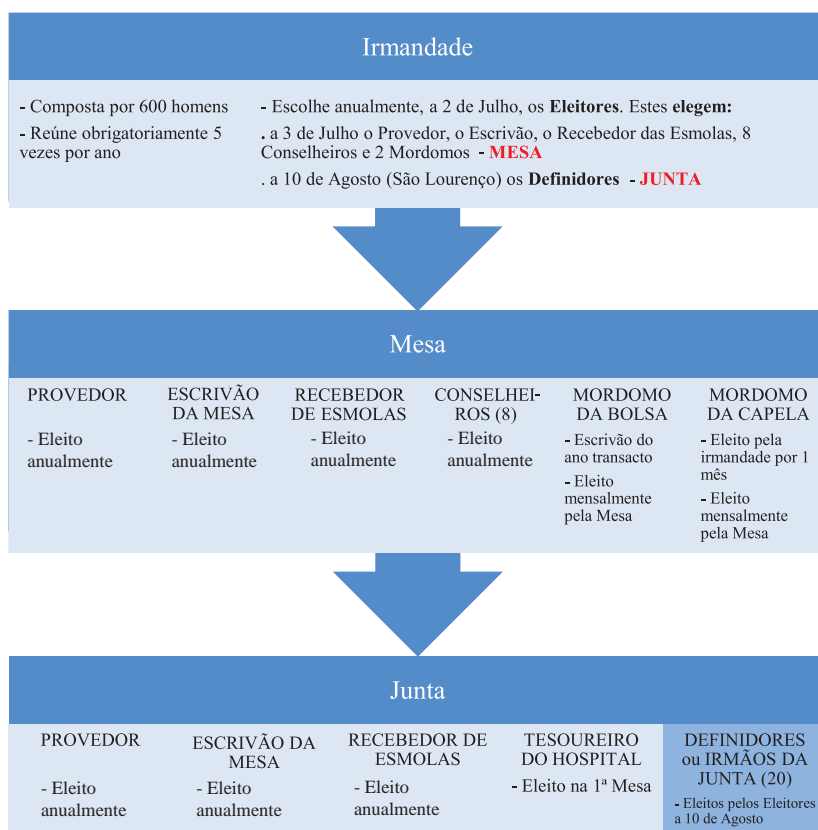


Figura 6 - Constituição dos principais órgãos das Misericórdias, segundo o Compromisso da MLIS, de 1618

Para além destes órgãos, as misericórdias contariam ainda com um leque de cargos e funções, alguns já presentes em épocas anteriores, outros desde o Compromisso de 1577 e outros mais recentes. Destacados no clausulado, e para além dos já referenciados, ficavam ainda o Tesoureiro do Hospital, o Mordomo da Botica (farmácia), o Mordomo das Demandas, os Tesoureiros, os Capelães, o procurador da Casa, o Solicitador da Casa, Advogados da Casa (MLIS 1818: 20-21) e ainda um conjunto de assalariados como, por exemplo, os moços da capela, os servidores «de azul» para as «ocupações ordinárias da casa», os pedidores de pão e, de forma inovadora, um funcionário para a organização e tratamento do arquivo (MLIS 1818: 38-39).

Esta última figura, que não poderia ser irmão e deveria manter o cargo por vários anos, seria escolhido pela Mesa e devia obedecer ao seguinte perfil:

[ser] pessoa fiel, verdadeira, pratica, e inteligente, e bom escrivão que tenha cuidado no cartório, e tome noticia de tudo o que nelle há, para que possa dar razão [...] nos casos que succederem, e pedirem informação de papeis, que no dito arquivo se reservão; porque as cousas da Misericórdia, que ficão em escrito, são muitas, e mui variadas» (MLIS 1618: 38).

Apesar do Compromisso de 1618 ter excluído o clausulado específico sobre a produção/organização documental da instituição, é claro que aqui se vai muito mais além na explicitação/reconhecimento da importância do controlo e da gestão informacional, no quadro das actividades das misericórdias.

O Escrivão, Mesa, Junta e demais cargos de superintendência poderiam vir, assim, a contar com um tido por «especialista» na gestão do arquivo. Acresce que o crescente e abrangente leque de registos da Casa parecia inequivocamente exigir alguém que facilitasse o acesso à informação e, em simultâneo, garantisse a salvaguarda dos documentos e o sigilo das informações. Estar-se-á pois aqui perante a referência explícita a um primeiro técnico de arquivo. Este, a existir no concreto, naturalmente que também poderia incorporar os admissíveis «escreventes» aos quais o Escrivão poderia recorrer para se passarem «certidões [...], mandados, procurações, cartas e outros papeis desta qualidade» (MLIS 1818: 17). Configurava-se assim, sob a supervisão do Escrivão, o serviço administrativo e arquivístico das Misericórdias.

No tocante à produção/recepção documental, o Compromisso de 1618 amplia e igualmente explicita os registos a manterem-se nestas instituições: Livro de Acórdãos da Mesa e Junta (MLIS 1818: 4), Livro dos Proponentes a Irmãos Excluídos, na exclusiva posse do Provedor (MLIS 1818: 5), Livro de Receita dos Tesoureiros (MLIS 1818: 17), Livro da Receita de cada Administração de Legados (MLIS 1818: 19 e 39), dois Livros da Receita dos Tesoureiros dos Depósitos – um de assento dos depósitos e outro de receita e despesa relativa a estes tesoureiros –, Livro de Despesa dos Juros, Foros e Rendas, Tombo dos Testamentos (MLIS 1818: 27-28), Livro das Obrigações da Capela (MLIS 1818: 32), também os ditos «livros dos correntes dos dotes, cativos, letras, depósitos», Livro dos Segredos (MLIS 1818: 17), Livro das Apelações, entre outros. É claro que, na realidade, nem todos se traduziram em «livro» individualizado, nem tão-pouco todas as misericórdias produziram à risca tais registos. De qualquer modo, muitas das actividades/funções passavam agora a ter registos e livros próprios.

A par destes «livros», ainda no Compromisso são referidas tipologias documentais como conhecimentos, apelações (MLIS 1818: 21), certidões de presos,

cartas de guia (MLIS 1818: 15) que, tal como todos os registos dos livros Correntes, de Acórdãos e Segredos (MLIS 1818: 17), só podiam ser redigidos pelo Escrivão da Casa. Para além disso, também se referem certidões, por exemplo «de promessa» (MLIS 1818: 45), mandados, procurações, cartas e outros papeis, que apenas requeriam a assinatura do referido escrivão (MLIS 1818: 17). Nas entradas, por outro lado, são também bastante visíveis as chamadas «petições» à Mesa. Por fim, e no quadro da organização da vasta acção da Misericórdia, destacam-se os Regimentos dos mais cargos e funções e, ainda, o Compromisso impresso que agora deveria de ser entregue a cada irmão, no momento da sua admissão (MLIS 1818: 4-5).

No respeitante especificamente à produção documental da SCMPDL, as séries documentais que chegaram aos nossos dias mostram essa «explosão» e diversidade documental (cf. Apêndice B), as quais acompanham a complexificação e burocratização institucional de, pelo menos, a partir de finais do século XVI.

Sobre a produção documental, os recenseamentos concretizados (cf. Apêndice A) fazem-nos constatar genericamente que:

- a) mantêm-se e reproduzem-se os Livros de Assentos de Irmãos;
- b) emergem os Livros dos Acórdãos da Mesa, apesar de estes já serem determinados pelo Compromisso de 1577;
- c) aparecem os que poderemos designar apropriadamente por livros de Tombo (século XVIII);
- d) continuam, pelos inícios do século XVII (1638), os livros das Lembranças²;
- e) ampliam-se consideravelmente as séries relativas às administrações de bens legados e vinculados, com pelo menos as séries Autos de Tombo e Receita e Despesa, mas também com Notas e, excepcionalmente, Quitações dos legados e Contas tomadas à Misericórdia;
- f) «explode» e diversifica-se a documentação de tesouraria e contabilidade: além da série Receita e Despesa, que em alguns períodos se designa apenas por Corrente, surgem os livros de Cobranças³, Receitas e Despesas em Trigo e Dinheiro, Receitas Extraordinárias, Despesas Extraordinárias e Ordenados, Foros e Pensões;
- g) a contratualização e exploração da propriedade expressa-se nas séries Notas e Contratos da Casa e na de Arrematações das Terras;

2 Reaparecendo excepcionalmente na complexa época pombalina, com as Lembranças de Manuel Inácio (1777.07.08). Cf. Apêndice B.

3 Ainda em estudo, pretendendo-se apurar diferenças internas.

h) a gestão dos serviços de saúde, hospitalares e farmácia autonomiza-se em termos de produção documental, emergindo a/s série/s da Despesa⁴, Tesouraria do Hospital, Entradas e Saídas de doentes, bem como emerge a série Despesa da Botica⁵/Farmácia do hospital;

i) a Mordomia da Capela traduz-se na/s série/s Contas⁶ e as actividades de culto aqui integradas traduzem-se em séries como Obrigações Pias e Missas, Quitações da Celebração de Missas e Pautas de Procissões, tal como os serviços de enterro se expressam em séries como Assentos dos Defuntos, Assentos de Falecidos no Hospital e Óbitos⁷;

j) tratar dos pobres e cuidar dos presos fazem surgir as Pautas das *envergonhadas*, das três freguesias de Ponta Delgada, os livros de Esmolas a partir de 1815 e os livros de Despesa com os presos já no finalizar do período (1829) abrangido pelo Compromisso de 1618 (1834);

k) o sector de demandas e pleitos (contencioso) começa a ficar visível através de séries de inícios do século XIX, como Causas e Demandas com representação em Lisboa (1804), Processos Cíveis (1814) e Despesas Judiciais com as Cobranças (1834);

l) por fim, também as preocupações com a gestão e acesso à informação originam as séries Índices dos Ofícios Recebidos (1832).

Para além desta documentação em forma de livros, para o século XVII e XVIII existe ainda mais documentação avulsa, neste momento já acondicionada em caixas (cf. Apêndice A.2) e descrita de forma muito simples para posterior tratamento. Entre ela pode-se destacar documentação relativa ao parentesco com instituidores de legados, autos de penhora, autos cíveis, autos de execução, relações de foreiros, escrituras de venda, arrematações, aforamentos, permutas, sentenças, cadernos de receita e despesa, relações e rendimentos de bens administrados e testamentos.

Em suma, entre a década de 1510 e 1834, a SCMPDL ter-se-á regido pelos Compromissos da MLIS, de 1498-1500, de 1577 e de 1618. Neste período (c. 1513 a 1834) cristalizaram-se as estruturas fundamentais do seu governo, com a Mesa a

4 Está ainda em estudo tal documentação, pelo que não fica de todo apurado se se tratam de séries distintas ou apenas uma só com designações diferentes.

5 Registe-se, contudo, que as referências a despesa com a botica recuam pelo menos a 1584-1585. Também no livro mais antigo do assento de irmãos consta já pelo menos um boticário, João Fernandes, inscrito antes de 1533. Não obstante, tanto quanto se sabe, só a partir de 1815.08.15 é que foi determinado que a botica «devia estar dentro do Hospital» (RODRIGUES 2003: 103-104). Ainda não se podem determinar todas as implicações dos dados referidos.

6 Ainda em estudo.

7 Poderá tratar-se de uma única série, mas esta constitui documentação ainda em estudo.

deter funções executivas, exercidas muito particularmente através dos Provedor, Escrivão e Mordomos. O funcionamento institucional e a respectiva acção social, de apoio aos pobres, doentes e presos, resultaram na produção documental que começou por quase se limitar aos Livros de Assentos de Irmãos, de Receita e Despesa e de Contratos e Quitações até 1577, para se expandir também para as Lembranças e as séries das administrações de legados e bens vinculados até 1618. A partir daí reproduzem-se as séries relativas a estas administrações, surgem os livros de Acórdãos, de Cobranças, os Tombos e individualizam-se as séries relativas ao Hospital, à Farmácia, à Capela e ao cuidado com os defuntos, pobres e presos. Quanto à estruturação do arquivo propriamente dita, os Compromisso de 1577 e 1618 revelam-se determinantes. O primeiro, com clausulado específico para a produção documental obrigatória. O segundo, explicitando e reconhecendo a importância da produção, controlo e gestão da informação das Misericórdias e admitindo, pela primeira vez, um funcionário dedicado à salvaguarda e tratamento dos documentos.

3. Considerandos breves sobre um esquema classificativo para o arquivo

Toda a reconstrução orgânica e funcional que aqui se concretiza, em boa parte visa a produção de um esquema classificatório tradutor da instituição e o seu sistema de arquivo. Apesar disso, conceptualizar uma «ferramenta» visando representar formalmente este objecto de estudo, como um plano de classificação, continua a não ser de modo nenhum tarefa fácil nem imediata (RIBEIRO 1997-1998).

Embora a questão da classificação mereça e justifique, por si só, um capítulo de desenvolvimento próprio, intenta-se aqui fazer as primeiras aproximações à temática.

No quadro da arquivística integrada, a classificação deve pensar-se na que se designa por «primeira fase do ciclo vital dos documentos» (GARCÍA e SCHUCH JUNIOR 2002: 48). Para este objecto de estudo concreto, tal talvez devesse significar propô-la para o arquivo «corrente» adaptando-a ao «definitivo». Para servir um tão largo espectro de produção documental/informacional, parece inquestionável que o mais acertado seria apostar num esquema estruturado pela aplicação do método de classificação funcional. Isto significaria que as funções da instituição, duradouras ao longo do tempo, bastariam para traduzir a documentação/informação produzida/recebida.

Por outro lado, e em parte a jusante da tendência para se aplicar o método de classificação funcional, também era viável seguir uma tendência, hoje muito ampla, de utilização de quadros de classificação-tipo. Para tal esboçar-se-ia um esquema classificativo baseado em alguns esquemas já definidos para várias Misericórdias.

Não obstante, no caso presente em que se visa uma gestão integrada numa perspectiva do *records continuum model*, e principalmente tendo em consideração que se trata de um arquivo activo, esta «adopção» não faria qualquer sentido. Tanto mais que, entre outras, contaria com a grande desvantagem de tais esquemas serem geralmente elaborados no contexto de arquivos especializados⁸ e no geral não traduzirem qualquer articulação com o arquivo «corrente», nem com a continuidade da produção informacional. Tal torna obviamente impensável uma solução desta natureza para o trabalho em curso.

Assim, e como ponto de partida, entende-se que a elaboração de um quadro/plano de classificação único para este arquivo de quinhentos anos, com base na própria evolução das funções mas também da orgânica já detectada, e invocando palavras de Fernanda RIBEIRO, seria «no mínimo, redutor» (2005: 99).

Por outro lado, mesmo admitindo uma certa maior perdurabilidade das funções e das decorrentes actividades, tem que se reconhecer, para o caso em estudo, que neste capítulo já se identificaram suficientes mutações nas mesmas. Invoque-se, por exemplo e entre outras, a função de administração de legados e instituições vinculares, a complexificação das funções/actividades de tesouraria e contabilidade, a autonomização das funções hospitalares que como se verá de 1834 em diante, e já antes disso, irão quase dar corpo ao que se entenderá por Misericórdia. Tudo isto também desaconselha a um entendimento das funções como que absolutamente invariáveis nestes quinhentos anos de existência institucional.

Por outro lado, e não menos importante, a verdade é que estas funções se exercem sempre no contexto de órgãos, secções, departamentos, e no caso até de cargos que se assumem numa natureza ampla e complexa. Deixar de lhes dar visibilidade, incluso na sua transformação ao longo do tempo, não se afigura estratégia adequada a um trabalho que persegue o entendimento e a representação do sistema como um todo, e na respectiva diacronia.

Neste sentido, e no quadro da já referida perspectiva sistémica, será também de concluir que «não é possível ocultar os sectores orgânicos produtores da informação numa representação que se pretende rigorosa» (RIBEIRO 2005: 99).

Com base em tais pressupostos, reconhecendo que uma parte da documentação das caixas continua por estudar a fundo – e quiçá alguma da já recenseada – e reconhecendo que nesta matéria o presente trabalho está ainda nos primeiros

8 Arquivo «especializado ou centro de arquivos é todo o sistema pluricelular criado especialmente para incorporar, salvaguardar e divulgar qualquer arquivo desactivado ou ainda para incorporar informação sem interesse administrativo (valor primário) proveniente de organismos em plena actividade. Note-se que há sistemas pluricelulares activos que, por razões estruturais próprias, se podem assumir, cumulativamente, como especializados (é o caso de um arquivo municipal)» (SILVA et. all. 2002: 216-217).

tentames de reflexão, parece acertado esboçar um esquema classificativo geral do sistema de informação Misericórdia de Ponta Delgada sequenciado em subsistemas⁹. Estes, tradutores de mudanças estruturantes da organização, serão tantos quantos a análise orgânica e funcional diacrónica da instituição e do seu arquivo determinarem.

Para o concretizar, serve de referência o trabalho de Daniela Fernandes (2004) que, na individualização e integração global desses subsistemas dentro do sistema de informação arquivo de uma dada empresa, antecipa aquilo que se poderá traduzir como uma espécie de quadros «em progressão». Para a definição e individualização dos ditos subsistemas, atende às mudanças jurídicas da entidade em estudo. São estas que, no entender da autora, definem «os momentos de sucessão de subsistemas» (FERNANDES 2004: 40), fazendo surgir, dentro do sistema global, um subsistema mais particularizado. O sistema, em suma, compõe-se nessas transfigurações subsistémicas que correspondem às transformações essenciais da instituição e do seu sistema de informação/arquivo.

Apesar de esta matéria continuar em estudo e constituir-se num tópico fundamental para desenvolvimento nos tempos vindouros, pode-se para o caso presente aplicar a supracitada concepção:

1. Tendo por fundamento o estudo desenvolvido da organização em termos genéricos e considerando os momentos definidos, no final do capítulo I, como marcantes na diferenciação e evolução da respectiva natureza jurídica.

2. Tendo por base os diferentes documentos compromissais e outra documentação normativa que, por sua vez, reflectem mudanças mais ou menos profundas da instituição, sempre com marcas orgânicas, funcionais e documentais/informacionais.

A segunda opção/critério oferece, neste momento e a título de hipótese, um enquadramento viável e seguro, principalmente porque o Compromisso é sempre entendido como documento fundacional da instituição. Nas suas mais importantes alterações/versões, não se poderá ver e entender como traduzindo as «refundações» da mesma? Por outro lado, a aprovação de novos Compromissos não deixam de traduzir, inclusive, uma certa forma de entendimento «evolutivo» da própria instituição, naturalmente determinada tanto pelo macro como pelo microambiente?

9 Baseada em Piero Mella, Fernandes define um subsistema como «um sistema que se individualiza dentro do interior de um sistema maior (grandeza relativa), com o qual mantém relações mais ou menos fortes e de alguma dependência (integração dinâmica). No fundo, um subsistema pode ser encarado como um elemento, uma parte que compõe, que estrutura, o sistema principal» (2004: 39).

Ainda neste contexto, outra das questões que a análise dos Compromissos não deixa de trazer é, por exemplo, a própria evolução/mutação/cristalização da forma como a instituição é designada. Os dois primeiros Compromissos insistem no termo Irmandade da Misericórdia, já o de 1618, a par da designação Irmandade reforça claramente o termo Casa da Misericórdia. As diferenças de designação e o reforço de uma em relação a outra ocorrerá com os compromissos seguintes (como se verá) e não será despiciente atender, também, a este tipo de elementos.

Por outro lado, igualmente como se viu, cada documento compromissal reflecte não apenas uma certa evolução/cristalização das formas de designar a instituição, como também a respectiva evolução, quer a nível orgânico, quer a nível funcional. É claro que o ideal será traduzir/interpretar tudo isto num esquema classificativo. Não obstante, isso apenas se consegue se o método seguido na definição do(s) quadro(s) de classificação for tanto orgânico como funcional.

A questão é complexa e certamente discutível, mas atender aos Compromissos para a demarcação dos momentos de sucessão dos subsistemas que formam este sistema complexo é certamente um caminho possível, que importa percorrer para validar ou recusar os respectivos resultados.

Nesta óptica, com base no exposto no presente capítulo e com continuação no próximo, pode-se conjecturar muito provisoriamente um Esquema Classificativo Geral da Misericórdia de Ponta Delgada, o qual se apresentará provisoriamente subdividido em dois subsistemas, no período abrangido por este capítulo:

- Subsistema 1: Irmandade da Misericórdia de Ponta Delgada (1513?-1618)
Conselho Geral e/ou Reunião da Irmandade

Provedor e Irmãos da Mesa

Escrivão

SR:

01 – Assentos de irmãos

02 – Receita e Despesa

03 – Despesa com a renda instituída por D. Sebastião

04 – Contratos e Quitações

05 – Contratos e Notas

06 – Lembranças

07 – Tombo

08 – Receita e despesa da Administração de Maria Simão

.....

- Subsistema 2: Casa e Irmandade da Misericórdia de Ponta Delgada (1618-1834)

Irmandade

SR:

01 – Compromisso

Mesa

Escrivão

SR:

01 – Assento de Irmãos

02 – Acórdãos da Mesa

03 – Receita e despesa

04 – Receita e despesa das rendas da Casa e das Administrações

05 – Receitas e despesas do trigo e dinheiro

06 – Tombos dos privilégios, testamentos, doações e encargos

07 – Tombo das propriedades

08 – Tombo dos bens das administrações

09 – Lembranças

10 – Pautas das envergonhadas

11 – Esmolas (1815 a 1841)

12 – Despesas com os presos (1829-1890)

13 – Índices de livros correntes (1828-1829)

14 – Índices dos ofícios recebidos (1832-1905)

Tesoureiros

SR:

01 – Cobrança de foros

02 – Cobranças de rendas, foros, legados e pensões

03 – Cobrança de rendas, foros, legados e pitaças da Casa e suas 9 administrações (1801 a 1809)

04 – Cobranças das rendas (1807 a 1818)

05 – Cobrança de rendas e foros (1811 a 1814)

06 – Caixa (1834 – 1840)

07 – Conta corrente (1805-1904)

08 – Contas da Tesouraria (1826-1841)

Hospital

SR:

01 – Despesa da Mordomia do Hospital

02 – Carga sobre os irmãos tesoureiros do hospital

03 – Entradas dos doentes (1815-1816)

04 – Despesa com a criação da botica dentro do hospital (1835-1837)

05 – Receita e despesa da despesa

Capela e Sacristia

SR:

01 – Contas

02 – Obrigações pias e missas

03 – Quitaões das celebrações de missas (1827-1900)

04 – Pautas das procissões

05 – Obrigações dos eclesiásticos que servem no coro

06 – Defuntos, pautas com encargos, procissões e esmolos

07 – Assentos de defuntos (1820-1829)

08 – Óbitos (1796; 1823-1839)

09 – Assentos de falecidos no Hospital (1815 a 1834)

Administrações de legados e instituições vinculares (Recebedor de esmolos?)

Maria Simão

SR:

01. Autos do tombo

02. Receita e Despesa

Capitão Inácio de Melo

SR:

01. Autos do tombo

02. Notas

03. Receita e despesa

04. Quitaões dos legados

05. Contas tomadas à Misericórdia

Ana do Rego

SR:

01. Autos do tombo

02. Receita e despesa

03. Notas

Isabel Carneiro

SR:

01. Autos do tombo

02. Receita e despesa

03. Notas

P^{re}. João Soares da Costa

SR:

01. Autos do tombo

02. Receita e despesa

Gregório Amaral de Vasconcelos

SR:

01. Autos do tombo

02. Receita e despesa
Pe. Manuel Silva Pato
01. Administração
Tomé Alves de Azevedo
SR:
01. Receita e despesa
António Pacheco Osório
SR:
01. Autos do tombo
02. Receita e despesa
03. Notas
Rafael Rodrigues Machado
SR:
01. Tombo
02. Receita e despesa
Capitão João de Sousa Rodovalho
SR:
01. Autos do tombo
02. Receita e despesa
03. Notas
P^e. Manuel Teixeira
SR:
01. Administração
João Pamplona Carneiro Rangel
SR:
01. Autos do Tombo
.....

Como se referiu atrás, trata-se de um esboço provisório e até muito «grosseiro» do que poderá vir a ser a classificação do arquivo da SCMPDL, no quadro da estrutura orgânica e funcional neste capítulo abordada.

Com este esquema provisório, para além do carácter incompleto do recenseamento documental e da pesquisa que algumas séries ainda deverão exigir, fica também claro que algumas séries (as que se teve a preocupação de datar) são francamente tardias e de curta duração, no quadro do lapso temporal que enquadra este capítulo. Tal poderá indiciar que se tenha de cruzar os Compromissos com mais legislação então emergente em inícios de Oitocentos – e enquadrável na tendência de intervenção do Estado nas Misericórdias referida no capítulo I –, para verdadeiramente se definirem os tais momentos de sucessão dos subsistemas informacionais da SCMPDL.

CAPÍTULO III

ESTRUTURA ORGÂNICO-FUNCIONAL E ARQUIVO, DE 1834 A 2011

A partir da 3ª década de 1800, a SCMPDL passou a gerir-se por Estatutos/Compromissos próprios. Os primeiros dataram de 1834 (SCMPDL 1835) e 1873 (SCMPDL 1897), seguindo-se o de 1949 (SCMPDL 1949) e, por fim, está actualmente em vigor o de 1995 com alterações de 2006 (SCMPDL 2006).

Para além da documentação normalizadora supracitada, a instituição foi criando, ao longo do tempo, regimentos e regulamentos relativos a serviços, cargos e funções específicas. Apesar do levantamento deste material de referência não se poder considerar exaustivo para as épocas anteriores a 1856 – nem tão-pouco se ter conseguido concretizar todas as análises da legislação de teor administrativo entretanto publicadas –, o estudo do funcionamento e da produção documental desta instituição atendeu também aos Regulamentos do Hospital (SCMPDL 1856, 1892 e 1959) e aos regulamentos provisórios do Internato de Órfãos, do Gabinete Hidroterápico e da Admissão de Doentes ao Hospital e Termas das Furnas (SCMPDL 1891).

No presente capítulo pretende-se, pela análise dos citados Compromissos e Regulamentos, cruzando com os recenseamentos da documentação já concluídos e analisando as respectivas séries documentais, correlacionar as estruturas organizativas e as funções/actividades da instituição com a produção/recepção documental/informacional da Misericórdia de Ponta Delgada do século XIX à actualidade. Em concreto, intenta-se evidenciar aspectos da organicidade da documentação, os aspectos relevantes da estrutura sistémica do arquivo, fazer o diagnóstico do arquivo «administrativo» e das suas principais necessidades a partir do Relatório de 2011 (Sousa 2011), bem como avançar um pouco mais na construção do esquema classificativo.

1. Orgânica, funções e produção documental, com base nos Estatutos e Regulamentos do século XIX

Os designados então por Estatutos de 1834 (SCMPDL 1835) constituem, até ao momento, o primeiro documento normalizador de produção própria da Misericórdia de Ponta Delgada. Alguns autores estranharam e registaram a ocorrência anómala de não constar do arquivo, ou pelo menos nunca se ter encontrado, o que seria o primeiro Compromisso desta Santa Casa. A expectativa era que o mesmo recuasse a período próximo da respectiva fundação (da década de 1510), o que parece nunca ter acontecido.

Tanto quanto se apura pelo art.º 2.º destes Estatutos de 1834, a Irmandade rege-se até então pelo Compromisso da Misericórdia de Lisboa, sendo certo que, de facto e como se referiu anteriormente, do arquivo consta o Compromisso desta última, de 1618, nas respectivas edições de 1674 e 1818. A questão do primeiro Compromisso da SCMPDL parece ficar assim resolvida em definitivo e estes Estatutos, de 1834, passariam a entender-se como o primeiro de produção interna da Irmandade. Até porque é exactamente neste ano que se dissolve a Mesa e extingue a Irmandade da Misericórdia de Lisboa, a qual perdurou com o nome de Misericórdia mas nunca mais voltou a ter os fundamentos genésicos deste tipo de instituição (SÁ e LOPES 2008: 87-89).

Não obstante, e ainda nesta problemática, é também de considerar aqui o eventual impacto do alvará régio de 1806.10.18, alvará pelo qual se determinara que todas as misericórdias fossem reguladas pelo Compromisso da MLIS (SÁ e LOPES 2008: 72). Ocorreria que a SCMPDL, no cumprimento do dito alvará, estaria entre 1806 e 1834 regendo-se excepcionalmente, e não «até então», pelo de Lisboa? Mas porque não deixaria qualquer traço de visibilidade nenhum outro Compromisso da Casa, anterior a 1834?

No actual estado da pesquisa, como se disse, apenas se pode considerar o referido de 1834 como o primeiro documento normalizador de produção interna da SCMPDL, pelo que deste modo será tomado no presente trabalho.

Nestes Estatutos de 1834, explicitam-se com particular ênfase os serviços e acções a concretizar pela SCMPDL, no cumprimento da sua missão institucional. São eles: o sustento de um Hospital para doentes pobres – estrutura que existia já desde 1513 –, o apoio aos presos e o enterramento de pobres. Acresce que, no cumprimento dos seus fins e propósitos, ainda se equacionava o estabelecimento de um «asilo para incuráveis» e o sustento e educação de crianças órfãs e pobres (SCMPDL 1835: 5-6). É já claro, nestes estatutos, como as vertentes saúde/hospital se tornavam o cerne da acção e da aplicação das receitas da instituição. Mas sê-lo-á muito mais com os Estatutos de 1873, onde a assistência às crianças, à

pobreza «recolhida e honesta» e os enterramentos – áreas de intervenção ainda entendidas como «fim» da Misericórdia – apenas se concretizariam «quando [o] permittirem as rendas da Irmandade». Pelo contrário, a manutenção de um «ou mais hospitais», as obras no chamado Hospital de Ponta Delgada e o ambicionado (mas ainda não concretizado) Asilo de Incuráveis, passavam a ser plenamente assumidos como o cerne da actuação da instituição (SCMPDL 1897: 6).

Por outro lado, data também deste período a criação e funcionamento da Escola Médico-Cirúrgica, pioneira nos Açores mas também de duração efêmera, integrada no hospital desta Misericórdia. Em Portugal, a fundação de tais escolas nas capitais de distrito das áreas tidas como do «Ultramar» foi autorizada pelo Decreto de 1836.12.29, art.º 149. A da Misericórdia de Ponta Delgada é criada no âmbito do Conselho de Pessoal Médico do dito Hospital, em 25 de Setembro de 1839, e teve por professor e director António Avelino, natural da ilha do Faial (Açores), formado em Medicina por Paris. A escola funcionou entre 1839 e 1844, anos nos quais se publicaram anúncios de abertura de matrículas. Acabou por ser suprimida pelos decretos de 26 de Agosto e de 20 de Setembro de 1844, o que causou grande polémica reflectida nos periódicos da altura. Em 1863 tentou-se a sua reabertura, mas sem resultados¹ (SUPICO 1995: vol. II: 388-390, 813-814 e 827-829²).

Como consequência do referido, não estranhará a complexificação das estruturas orgânicas ligadas a este sector, bem como o aumento da produção documental nesta valência. A partir deste século, com reforço na segunda metade, a Misericórdia de Ponta Delgada é cada vez mais o seu Hospital.

Por outro lado, com os Estatutos de 1873 também se definem com maior clareza os órgãos e cargos dirigentes, bem como ficam melhor explicitados as que se passam a chamar Secções e Estabelecimentos da Santa Casa.

Deste modo, emerge agora a designada por Assembleia Geral da Irmandade (SCMPDL 1892: 6), na sequência das anteriores mas mais vagas «reuniões da Irmandade» e do Quatrocentista «conselho jeral» – este sim designado explicitamente, como se viu (Sousa 1996: 296). As respectivas competências são, em termos genéricos, eleger a Mesa, discutir e aprovar os Estatutos da Misericórdia, debater assuntos de relevância propostos pela Mesa (SCMPDL 1897: 6).

1 Desta escola a Misericórdia de Ponta Delgada apenas possui o primeiro Livro de Acórdãos, de 1839-1845. A demais documentação conhecida sobre a mesma encontra-se na posse da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, da qual consta uma reprodução em fotocópia do Livro de Matrículas (1839-1842) e o Regulamento Provisório de 1842.09.30 (Fundo Ernesto do Canto).

2 Esta edição, às páginas referidas, reúne artigos publicados por Francisco Maria SUPICO no jornal *A Persuasão* em 1898.08.17, 1898.08.25, 1902.11.19 e 1902.12.31.

Já à Mesa, representante da Irmandade, cabe «a execução d'estes Estatutos, a administração e a fiscalização da aplicação das rendas da Irmandade», funções gerais que se explicitam em competências específicas emergentes no art.º 39º do Cap. 5º e que se enumeram em vinte e nove pontos (cf. Figura 7), por vezes subdivididos (SCMPDL 1897: 10-13).

Registe-se que nestes Estatutos, já como no de 1835, não se regista a Junta (ou órgão similar) instituída pelo Compromisso de 1618, nem tão-pouco o trabalho sobre a documentação da SCMPDL tem até ao presente revelado a respectiva existência até à publicação destes Estatutos de 1834 e 1873. De qualquer modo, tendo existido anteriormente, ou não, a verdade é que no século XIX ela não vai constar dos órgãos dirigentes da SCMPDL.

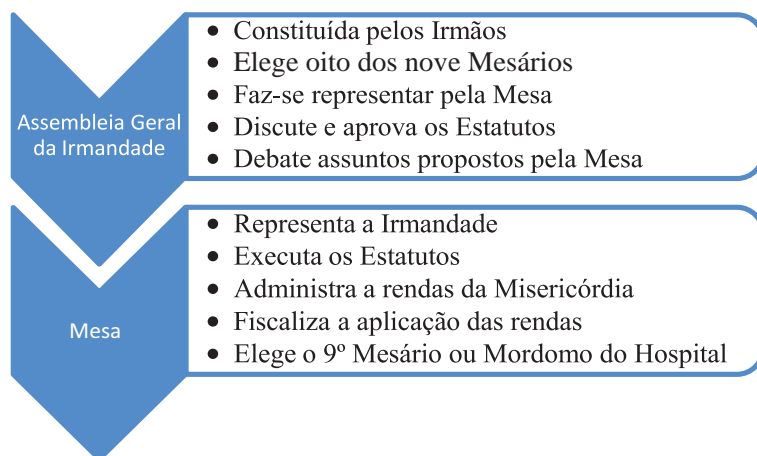


Figura 7 - Estrutura orgânica e funcional de topo, segundo os Estatutos de 1873

Por outro lado, a Mesa é composta por nove Irmãos, ditos Mesários. Oito mais quatro substitutos são eleitos pela Assembleia da Geral da Irmandade e um pelos oito, para exercer o cargo de Mordomo do Hospital no máximo por três meses consecutivos. Entre os oito Mesários eleitos pela Assembleia Geral também sairá o Presidente da Mesa ou Provedor e um Vice-Presidente da Mesa ou Vice-Provedor (SCMPDL 1897: 8). O primeiro, na sequência do explicitado mais atrás, é entendido como «executor [...], e administrador superintendente de todos os estabelecimentos» da Misericórdia (SCMPDL 1897: 13).

A Mesa também elege um Secretário / Escrivão «para escrever as suas actas» (SCMPDL 1897: 8), bem como nomeia o Tesoureiro, o Ajudante da Mordomia do Hospital, Advogados, Procuradores, o Capelão e o Porteiro do Consistório (sala

de reuniões). O primeiro, o Secretário, tanto quanto se apura exercia, desde 1834, uma função remunerada e não podia pertencer à Irmandade (RODRIGUES 2003: 120). Do mesmo modo, mas obrigatoriamente por concurso, a mesma Mesa provê os ditos «empregos de partido»: Médicos, Cirurgiões e Boticários. Também tem de nomear, sob proposta do Secretário / Escrivão, os Amanuenses da Secretaria, tal como os Praticantes da Botica sob proposta do Farmacêutico e, sob proposta do Tesoureiro, o Ajudante-Graneleiro (SCMPDL 1897: 11).

Acresce que ainda se terá de determinar um ajudante para o Mordomo do Hospital. Este Mordomo é visto como «delegado» da Mesa e, em termos gerais, tem a função de informar a mesma sobre «o movimento das secções da Santa Casa», à excepção das questões relativas à Secretaria (SCMPDL 1897: 14-15). Claro que este dado também comprova o peso do Hospital no contexto das acções da Misericórdia, ao atribuir-se toda a vigilância e fiscalização da instituição ao dito Mordomo «do Hospital». O sector/secção Hospital é, pois e agora mais do que nunca, o de maior destaque no âmbito das chamadas funções-fim desta instituição.

Por outro lado, dois outros sectores/secções também se destacam: o ligado ao Secretário / Escrivão da Mesa, dito Secretaria mas também Secretaria e Arquivo de Administração (SCMPDL 1897: 12), e o ligado ao Tesoureiro (Cf. Figura 8).

O Tesoureiro era o «recebedor» de todos os «dinheiros» e o pagador de todas as despesas. Era responsável pelo granel (depósito dos bens, geralmente de géneros, para abastecimento da Misericórdia) – daí o ajudante graneleiro –, pelas cobranças das rendas, de capitais mutuados (aplicados a juro) e outras dívidas. Tinha um vencimento percentual sobre o produto da cobrança, estava directamente subordinado à Mesa, prestava contas trimestralmente e era obrigado a uma «escripturação [...] clara e methodica [...] que possa ser auxiliar de escripturação dos livros da administração a cargo do Secretario» (SCMPDL 1897: 17).

Neste conspecto – e no seguimento do que antes se disse sobre as funções do Escrivão da Mesa – depreendem-se bem as incumbências do agora igualmente designado por Secretário³. O capítulo 8.º, art.ºs 45º a 48º, define-lhe as competências enquanto «chefe da Secretaria». Entre o mais, e para o que particularmente importa, cabem-lhe as funções de lavrar nos livros as actas/acórdãos da Mesa (ou apenas subscrevê-las), todos os autos e peças de maior responsabilidade, bem como desempenhar por si e pelos funcionários da Secretaria «toda a escripturação da Santa Caza, e de todas as suas secções, que não estiverem a cargo de empregado especial». A par deste papel, acrescia-lhe a responsabilidade e guarda de «todo o archivo constante de todos os livros em uso, ou fora d'elle, em títulos, escripturas, sentenças e todas as mais peças ou papeis escriptos», do qual era

3 O que, aliás, já acontece desde o Compromisso de 1834 (SCMPDL 1895: 7, 10).

obrigado a ter inventário. O ponto 5º do art.º 45º ainda vai ao detalhe de instruir sobre as condições de conservação da Secretaria e do Arquivo, as quais se determinavam «em pleno aceio e ordem, e todas as sua peças methodicamente coordenadas por modo que seja fácil a busca de qualquer peça» (SCMPDL 1897: 16).

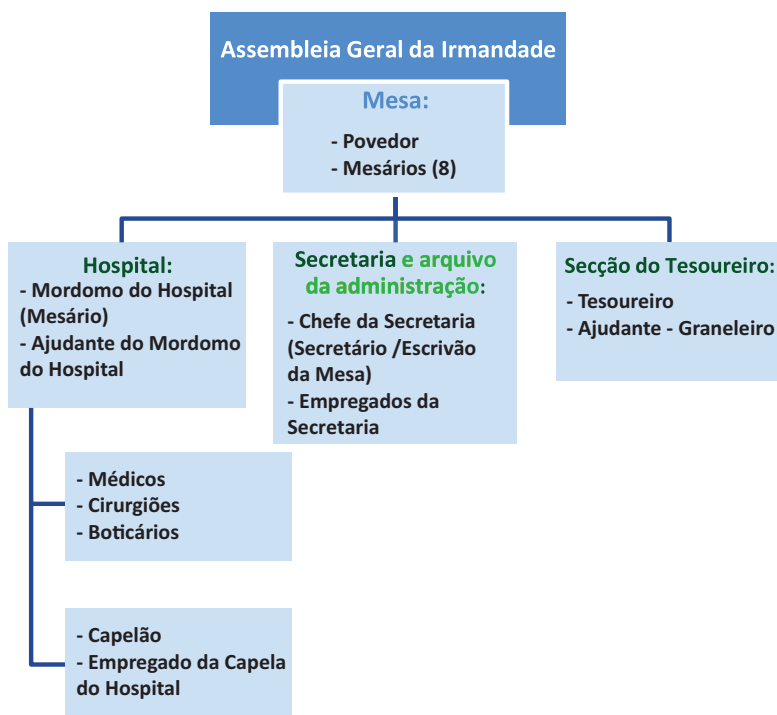


Figura 8 - Estrutura orgânica e funcional da SCMPDL, segundo os Estatutos de 1873

Em suma, contemplava-se um «normal» serviço de Secretariado e Arquivo. Não obstante, articulava-se claramente a produção documental com a respectiva guarda e conservação, inclusive sob a égide do mesmo responsável, e elevava-se a questão do acesso à informação institucional como determinante. Por outro lado, de acordo com os pressupostos da época, naturalmente que se veiculava também o conceito de arquivo entendido como o espaço para onde se mandava «recolher [...] todo o livro, documento, papel ou peça escripta, **cujo uso esteja findo**» (SCMPDL 1897:16).

E esta citação sugestiva impele-nos para o problematizar da definição subjacente, a qual parece encerrar o arquivo no conceito da documentação «**sem uso**».

O atrás citado Compromisso de 1834 nas atribuições da Mesa, cap. II – art.º 34º, determina a existência de inventário dos documentos quer «estes estejam

guardados no Archivo, ou no Cartório» (SCMPDL 1835:11). Tal pressupõe que, nas funções do secretário, enquanto «encarregado do arquivo», este deve guardar ali «todo o Livro [...] logo que nelle nada mais se haja de escrever» (SCMPDL 1835:20). Emerge assim clara, logo no Compromisso de 1834, a ideia de que o lugar do arquivo é aquele onde estão os livros e documentos encerrados.

Encerrados, mas não exactamente «sem uso». Aliás, nas referidas competências da Mesa, já no Compromisso de 1873 (Cap. 5º, art.º 39º), também consta a manutenção do que se designa por «Secretaria, e archivo de administração», nos termos da manutenção de

um inventario de todos os livros, títulos, escripturas, sentenças, e mais papeis, e fazer que todas estas peças estejam guardadas com segurança e aceio no respectivo archivo, sob guarda do Secretario [...]. E se de entre estes papeis houverem alguns importantes, cuja leitura se tornar difficil, poderão ser copiados em boa letra, conservadas as copias juntas aos originais (SCMPDL 1897: 12).

Estas determinações fazem admitir que todo o arquivo, muito sugestivamente mas não por acaso designado por «archivo de administração», se tratava em conjunto e independentemente de questões da «idade». E isto não apenas pela respectiva organização em termos de espaço, associado e conexo, mas também num sentido de unicidade enquanto informação indispensável à boa gestão da Misericórdia.

Pode-se depreender que neste espaço, encerrado à chave, se albergava a documentação produzida e encerrada. O critério subjacente à passagem do cartório para o arquivo não seria um princípio associado à «idade» do documento, ou à fase de «uso» em que se encontrava, mas apenas o do tratamento, preservação e controlo cuidados de todos os documentos, mesmo dos não passíveis de acrescento de registos. Para se aprofundar ainda mais esta conceptualização ter-se-iam de levantar todos os inventários eventualmente feitos do arquivo – tarefa morosa e ainda não concluída –, para se ficar com maiores certezas do que fazia parte deste dito «arquivo» e se estes «papeis [...] importantes», como tudo parece dar a entender, recuavam às épocas iniciais. A confirmá-lo, está-se aqui perante uma lógica que hoje se diria de gestão integrada do arquivo e, muito particularmente, de *continuum* documental e informativo.

Por outro lado, também são de realçar as referências a questões de avaliação e classificação, implícitas e explícitas no supracitado cap. 5º - art.º 39º do Compromisso de 1873. No primeiro caso, o corpo normativo reforça as obrigações guarda e conservação do que era «importante» para a SCMPDL, embora os critérios aferidores de tal importância se possam intuir mas sejam suficientemente vagos. Tanto quanto se conclui, toda a documentação é passível de conservação

permanente, com excepção das «papeletas» dos doentes (maços de) que o Regulamento do Hospital de 1892 determina conservar «por tempo não inferior a 3 annos» (SCMPDL 1892: 7).

Quanto às questões da classificação, determina-se que as «peças» sejam «ordenadas e classificadas, segundo a sua natureza e importância» (SCMPDL 1897: 12), natureza e importância que talvez interesse, noutro contexto, tentar determinar.

Por tudo o que já atrás foi dito sobre as funções e as secções da instituição, inclusive da sua secretaria e arquivo, a par do que já se descreveu sobre as séries documentais existentes no arquivo da SCMPDL, antecipam-se as unidades documentais agora produzidas no âmbito dos órgãos de governo e das secções ligadas ao Hospital, bem como da Secretaria e do Tesoureiro. É assim que os próprios Estatutos de 1873 consignam o Livro dos Irmãos (SCMPDL 1897: 7), o Livro das Eleições (SCMPDL 1897: 9), as Actas/Acórdãos da Mesa (SCMPDL 1897: 15), os Inventários (SCMPDL 1897: 12), os Orçamentos Ordinários, os Orçamentos Suplementares, Contas, documentação relativa a Pleitos (SCMPDL 1897: 12), os Regulamentos (SCMPDL 1897: 13), Recibos, Ordens, Mandados e Balanços (SCMPDL 1897: 17).

Acresce que os Regulamentos do Hospital, de 1856 e de 1891, a par dos Regulamentos Provisórios do Internato de Órfãos (séries documentais de 1893 a 1922)⁴, os registos do Gabinete Hidroterápico⁵ e da Admissão de Doentes ao Hospital Termal das Furnas antecipam, também, por um lado a concretização do apoio e educação a crianças desprotegidas – objectivo reiterado tanto nos Estatutos de 1834 como nos de 1873 – e por outro concretizam a complexidade do sistema organizacional e funcional da Misericórdia, antecipando a do respectivo sistema de informação.

O Regulamento de 1856 – dito Regulamento dos Empregados do Hospital da Misericórdia –, igualmente acentua e comprova a repetida ideia de que a secção Hospital constituía o âmbito essencial da acção desta instituição. A par da organização, hierarquia, funções e competências dos diversos profissionais de saúde

4 O Internato de Órfãos foi instituído por João Francisco Cabral – daí ser conhecido por Internato João Francisco Cabral –, o qual legou à SCMPDL 20.000\$000 reis com «a condição de educar nunca menos de 12 orphãos desvalidos do sexo masculino, e sustental-os até á idade de 12 annos recolhidos em casa própria» (SCMPDL 1891:3). O instituidor foi um conhecido benemérito que fez fortuna no Brasil, para onde partiu jovem e regressou de avançada idade. Entre as suas acções podem destacar-se, para além do Internato supracitado, a criação e dotação de uma escola primária no seu local de origem (Bretanha – São Miguel), legados aos Asilos de Mendicidade e da Infância Desvalida e à SCMPDL em termos gerais (SUPICO 1995: vol. III, p. 924).

5 Tratava-se, verdadeiramente, de um serviço de disponibilização pública de banhos quentes, para o qual se investiu tecnologicamente com a aquisição, primeiro, de um fogão vindo de França (1879), depois de um aparelho de hidroterapia (c. 1886) e de um esquentador de ferro (c. 1887). O sistema só terá sido verdadeiramente montado, junto à cozinha, em 1893 (RODRIGUES 2003: 123-124).

e manutenção da unidade hospitalar, aqui também emergem capítulos referentes aos Letrados da Santa Casa (advogados, solicitadores) e aos Procuradores que tratavam de todo o contencioso da Casa, inclusive das questões relativas aos presos. Ou seja, regulamentar o Hospital era quase regulamentar a SCMPDL.

Para além disto, o supracitado Regulamento tem a particularidade de dar referências claras para a produção documental de âmbito hospitalar, anexando inclusive oito modelos para a produção de registos como: licenças para os doentes passearem no corredor (n.º 1), realização de inventários nas enfermarias (n.º 2), movimentos diários do hospital (n.º 3), registo de abates de material (n.º 4), mapas mensais das roupas das enfermarias (n.º 5), registos de entradas saídas dos funcionários (n.º 6), informação de óbito (n.º 7) e registo de entrada dos doentes nas enfermarias (n.º 8). Visava-se, pois, uma normalização daqueles registos que podiam não ser atingidos pelas eventuais normas da tutela, normas estas que ainda não serão de todo aprofundadas neste estudo.

A estrutura de gestão do Hospital, como se vem referindo, esteve desde sempre ligada a Mesa e à chamada Mordomia do Hospital. Tanto o Regulamento de 1856 como o de 1891 vão manter a estrutura e as terminologias. À Mesa, e ao Provedor como seu presidente e representante, cabia a administração geral do Hospital e a figura do Mordomo, de nomeação mensal, funcionava como representante e delegado dessa mesma administração. Só mais tarde, com o Regulamento de 1959 surge o termo Administrador para designar a figura que dirige os serviços hospitalares em nome da Irmandade, e principalmente da Mesa que então se designa como «órgão administrativo do Hospital» (SCMPDL 1959: 5).

Os principais serviços do Hospital em 1891 eram os do Banco⁶ e de Assistência Clínica aos quartos particulares e às Enfermarias (cf. Figura 9). Existia também uma Capela, com Capelão e Sacristão, uma Despensa onde se arrecadavam e armazenavam artigos alimentícios e combustível para a cozinha e uma Botica/Farmácia (cf. Figura 9) administrada pelo dito farmacêutico do hospital – ou Boticário –, ao qual se subordinavam um «praticante» e um «criado».

Os serviços clínicos contavam com médicos (facultativos), enfermeiros, enfermeiras e ajudantes. Ainda existia um «sangrador-dentista» e um barbeiro a quem cabia, entre o mais, «a limpeza e afiação de todos os ferros cirúrgicos» e lavadeiros da roupa, um deles de serviço diário (SCMPDL 1897: 21 e 23). A manutenção e controlo das áreas hospitalares cabiam, por sua vez, aos porteiros, porteira e aos criados.

Tal estrutura orgânica e funcional do Hospital (cf. Figura 9) pressupunha que o ajudante da mordomia produzisse um livro de controlo dos bens – elaborado a partir dos inventários das enfermarias, dos porteiros, botica, cozinha, mordomia

6 A primeira referência conhecida a este serviço de urgência, ou Banco, data de 1828.08.02 (RODRIGUES 2003: 107).

e capela –, outro livro com o registo de entradas dos doentes no Hospital, bem como deveria existir um mapa diário da Despensa, um livro de vales para envio aos fornecedores e requisições da Despensa.

Referem-se ainda as designadas por «papeletas dos doentes sahidos do hospital», para as quais se prescreve a forma de acondicionamento, em maços, e até o prazo de conservação como atrás se referiu (SCMPDL 1892: 7). O que se chama «papeletas» parece corresponder a formulários da natureza daqueles que o Regulamento de 1856 anexa (SCMPDL 1856). É igualmente em «papeletas» que se registam as dietas⁷ e medicação adequada a cada doente – preenchimento a cargo dos médicos e em parte dos enfermeiros –, mas também neste formato são participados os óbitos pelas Enfermarias à Mordomia (SCMPDL 1892: 12 e 19). Tais informes, para além de apresentarem as tipologias documentais produzidas, permitem, igualmente, a reconstrução dos fluxos informacionais entre as diversas secções do Hospital.

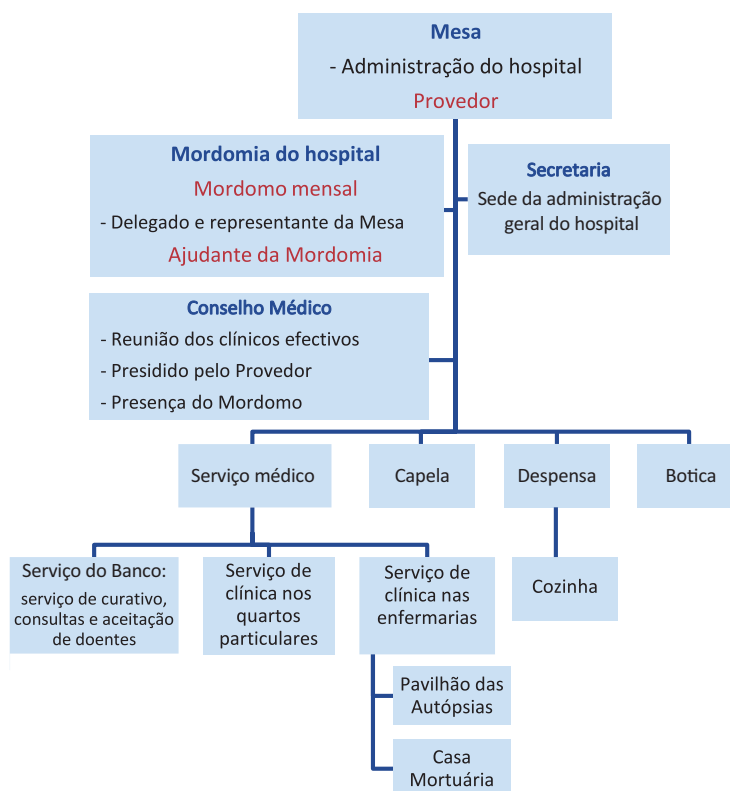


Figura 9 - Estrutura orgânica e funcional do Hospital de Ponta Delgada, a partir do Regulamento de 1891

7 O que se designa por dietas *formuladas* terá sido estabelecido em 1828 (RODRIGUES 2003: 106).

A articulação com a Mesa, que se faz pelo Mordomo, também implicava a existência, na Mordomia, de um livro onde o Secretário/Escrivão transcreveria os acórdãos relativos ao Hospital. Aliás, este e todos os livros teriam de ter as folhas numeradas e rubricadas pelo Provedor (SCMPDL 1892: 7).

Em relação ao Banco do Hospital, a documentação a circular seria constituída por «documentos» ou atestados de pobreza passados por párocos e/ou regedores das freguesias de residência dos doentes⁸ (SCMPDL 1892: 9-10), bem como se produziriam guias de admissão para apresentação na mordomia (SCMPDL 1892: 11). Teriam ainda que existir livros próprios do Banco ao nível do receituário (SCMPDL 1892: 9), bem como de registo diário do movimento (SCMPDL 1892: 10).

Já nas Enfermarias, para além das papeletas de dieta e medicação, destacava-se o livro do receituário do dia para envio à Botica, a caderneta diária das dietas (SCMPDL 1892: 12) e o boletim diário de cada enfermaria onde constaria todo o movimento dos doentes e os registos do controlo das visitas médicas, das requisições, das reclamações e até das faltas no cumprimento do dever por parte de enfermeiros, ajudantes e boticário. Associado às enfermarias, o Pavilhão das Autópsias⁹ também deveria ter um livro de registos de exames realizados (SCMPDL 1892: 13). Quanto aos assentos de óbito e respectivos livros, bem como as decorrentes certidões, cabiam ao Capelão (SCMPDL 1892: 26-27).

Na Farmácia, para onde diariamente seguiam os livros de receituário das Enfermarias e do Banco, também devia existir livro de inventário, de balanços gerais e parciais e de lançamento dos abates dos utensílios e/ou outros («inutilizações»). Por outro lado, as requisições de «drogas, géneros, utensílios, moveis, roupas e mais artigos» igualmente se faziam por um livro que o Farmacêutico enviava ao Mordomo. De tudo o que recebesse, o farmacêutico passaria um recibo avulso ao Mordomo (SCMPDL 1892: 15). Com um empregado, o mesmo Farmacêutico que se dá por «administrador da botica, e responsavel perante a mesa por todos os serviços alli desempenhados» (SCMPDL 1892: 14) estava anualmente obrigado a realizar, na presença do Mordomo, um balanço geral dos remédios e utensílios, com entradas, saídas e valores em causa, que devia remeter à Secretaria (SCMPDL 1892: 15).

Emerge deste modo um arquivo que, apesar de se dar por centralizado na Secretaria – que é «a sede da administração geral dos estabelecimentos da Santa

⁸ A obrigatoriedade na apresentação destes certificados foi decidida pela sessão da Mesa de 12 de Março de 1814 (RODRIGUES 2003: 106).

⁹ Tanto quanto se apura, a edificação de uma «casa para autópsias» foi determinada a 23 de Agosto de 1890, sabendo-se que em 1879 ainda não se recebiam cadáveres no âmbito da Medicina Legal e embora em 1859 já se registasse a intenção de mandar vir aparelhos e reagentes para o efeito (RODRIGUES 2003: 114).

Casa»» (SCMPDL 1892: 3) – apresenta uma estrutura pluricelular¹⁰, com livros que deveriam constar na Mordomia, no Banco, nas Enfermarias, na Farmácia e na Capela. Tal estrutura naturalmente foi decorrendo da complexificação da orgânica e funcionamento da Misericórdia e de uma certa autonomização – relativa – dos respectivos cargos e serviços/setores criados.

Associadas ao Hospital, e num período que vai de início do século XIX a 1910, pelo recenseamento do arquivo até agora realizado detectam-se várias séries documentais. Com formato de livro, e à excepção das Entradas e Saídas dos doentes, aquelas nem sempre apresentam séries completas. Mas no quadro das referidas datas extremas podem identificar-se: Actas e Acórdãos da Mesa relativos à Mordomia (1878-1923), Actas do Conselho Médico (1896-1952), Despesa da Mordomia (1817- 1825), Despesa do Hospital (1831), Despesa com os jardins (1864-1893), Movimento do Banco (1898-1910), Entrada e saída de doentes (1815 a 1910), Receituário (1873-1875), Receituário do Banco (1911 a 1903), Despesa da Farmácia (1815 a 1909), Despesas com a construção e conservação do hospital e termas das Furnas (1849-1909), Despesas do hospital das Furnas (1863-1909), Receituário da estação termal das Furnas (1866 – 1880; 1872-79; 1887-1889) e Dietas das Furnas (1858, 1904). Nesta produção documental/informativa revêem-se muitas das determinações dos regulamentos aqui invocados.

Mais documentação sobre abastecimentos, dietas, o Hospital das Furnas, mapas da Despesa, relações de doentes das Enfermarias, assuntos da Capela, documentação relativas ao «gabinete de radioscopia», autorizações de despesa, reparações do edifício, aquisição de equipamentos, fichas médicas, guias, vales de transporte, transferências de doentes, folhas de vencimentos, e muito mais, constam ou podem constar das 259 caixas de documentação que se encontrou empilhada, desorganizada e dispersa (cf. Anexo A), mas que já se acondicionou e recenseou de forma breve e provisória (cf. Apêndice A.2).

2. Orgânica, funções e produção documental no Compromisso de 1949

Uma das últimas questões que ainda importa destacar, e já a partir dos Estatutos de 1873, tem a ver com a forma como a tutela/supervisão da instituição (na altura o Governo Civil) designa a Misericórdia no respectivo alvará de aprovação: «Irmandade da Santa Casa da Misericórdia» de Ponta Delgada. Apesar da alternância entre Casa e Irmandade no Compromisso de 1618, e do predomínio do conceito Irmandade da Misericórdia nos Estatutos de 1834, naquele Compromisso de 1873 (SCMPDL 1897) prenuncia-se o que viria a ser

10 De forma provisória, tenta-se aqui aplicar a conceptualização de SILVA et. al. 2002: 214-215.

cristalização do termo «Santa Casa» da Misericórdia. Esta designação vinga claramente no século xx com o designado por Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, de 1949, e o termo ainda se impõe nos nossos dias.

Acresce que o Compromisso de 1949, no contexto do Estado Novo referido no Capítulo I deste trabalho, traduz perfeitamente a dualidade da natureza e da tutela desta instituição. Por um lado, configura a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada como uma associação assistencial do respectivo concelho. Por outro lado, reconhece a existência da «Irmandade canonicamente erecta» com funções de assistência religiosa no breve capítulo VII. Neste contexto, é à Mesa que compete a promoção da criação da dita Irmandade ou Confraria, bem como a definição de verba a aplicar na assistência religiosa e no «cumprimento dos legados pios». Em simultâneo, ainda pelo Compromisso de 1949, a participação da Confraria/Irmandade nos corpos gerentes fazia-se através de um dos vogais da Mesa, obrigatoriamente a ela pertencente (SCMPDL 1949: 8-9). A corroborar o decreto-lei de 7 de Novembro de 1945 (SÁ E LOPES 2008: 109), à Confraria a Misericórdia cedia «a título precário, os edifícios e instalações [...] com todas as alfaías, paramentos e objectos cultuais» (SCMPDL 1949: 1 e 12-13). Neste conspecto é de registar que, para além da conceptualização «subalternizada» da Irmandade que importaria desenvolver e aprofundar, confirma-se neste Compromisso a consagração do conceito de instituição «dupla», no caso, fracturante. Tal conceito, como se referiu aplicável a todas as misericórdias de então, conduzirá à arquitectura e natureza jurídica complexas que, na respectiva evolução, ainda não deixam de gerar algumas controvérsias (cf. Capítulo I).

É de relevar que os serviços prestados até então, e no quadro natural dos apoios estatais, neste Compromisso de 1949 assumam um carácter que se diz «obrigatório». Acções como a de criar e manter o Hospital com um Posto de Socorros¹¹ e uma Maternidade, a par do enterro de pobres e indigentes e da prestação de socorros domiciliários, são agora as funções incontornáveis da SCMPDL. Com esta especificação, o Compromisso em causa concretizava os serviços especializados que, apesar de tudo, eram desenvolvidos no Hospital desde épocas anteriores (cf. Figura 9).

Tanto quanto se apura, em 1891 já uma parteira diplomada em Lisboa exercia funções no Hospital. No ano de 1899, Guilhermina Aboim Tavares, com formação em obstetrícia (Lisboa), era também ali nomeada parteira (RODRIGUES 2003: 128). Este tipo de serviços, geralmente associado a partos de risco, decorria na enfermaria feminina de cirurgia (RODRIGUES 2010: 371).

11 A determinação de um Posto Permanente de Socorros Urgentes, integrado no Banco, emerge em sessão da Mesa de 1931.04.29 (RODRIGUES 2003: 108).

Em 1924, a assistência à maternidade no Hospital contava então com duas parteiras e a imprensa veiculava taxas de mortalidade das crianças à volta de 75%. É neste ambiente que, por iniciativa externa à Misericórdia, Beatriz do Canto Faria e Maia, formada em Puericultura em Paris, e outras «senhoras», tomam a iniciativa de criar a chamada Assistência Maternal e Infantil (CA 1924). Na prática a ideia concretizou-se com a montagem de uma enfermaria exclusivamente dedicada a tais serviços no Hospital da Misericórdia, o que aconteceu nas respectivas dependências e teve um funcionamento autónomo e com pessoal próprio (RODRIGUES 2003: 129). Este serviço, iniciado por volta de 1927 (RODRIGUES 2010: 371) e enquadrado no que também se designa por Instituto Maternal e Infantil [IMI], terá as suas instalações no Dispensário Anti-tuberculoso e, até 1956, irá oferecer consultas gratuitas nesta área da Medicina. Extingue-se então nesse ano de 1956, com a abertura de uma Delegação do Instituto Maternal em Ponta Delgada (CA 1924 e 1956). A par das verbas com que a Misericórdia terá concorrido para a concretização desta assistência (SCMPDL 1949: 2) e do espaço disponibilizado para a mesma, a ligação da SCMPDL ao IMI também se traduz numa dimensão informacional e de memória. Pela última assembleia do IMI foi determinado entregarem-se todos os bens do Instituto à SCMPDL, pelo que ao presente consta, do arquivo da Misericórdia, o Fundo da Assistência Maternal e Infantil¹².

Posteriormente, no quadro da superintendência da Delegação do Instituto Maternal em Ponta Delgada (1956), o serviço de Maternidade e o de Pediatria (1959) enquadraram-se no programa de saúde pública «Protecção Materno-Infantil». Neste contexto, o serviço terá sido particularmente melhorado com o acordo celebrado entre aquela Delegação e o próprio Hospital, ao qual acresceram as condições financeiras proporcionadas por entidades como a «Junta Geral, Instituto Maternal e Comissão Distrital de Assistência» (RODRIGUES 2003: 152, 155).

Para além dos serviços de Maternidade, entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, outros serviços especializados começam a tomar forma neste Hospital. Em 1898 estaria estabelecido o chamado Gabinete

12 Este arquivo da Assistência Maternal e Infantil é composto por livros de Actas da Direcção (1926-1945; 1945-1957), Livros de Caixa (1924-1931; 1931-1936; 1937-1941; 1942-1944; 1944-1945; 1947-1949; 1949-1951; 1951-1953; 1953-1954; 1954-1955; 1955-1956); livros e pastas de Consultas (1930-1932; 1932-1933; 1933-1934; 1934-1935), Livros de balancetes e contas gerais (1926-1942); Registos de correspondência recebida (1951-1958); Registos de correspondência expedida (1949-1955; 1955-1958). Da mesma instituição ainda existe alguma documentação actualmente acondicionada em caixas (157, 176, 180 e 183).

de Radioscopia¹³, em 1911 implantava-se o serviço de radiografia, surgindo o designado Gabinete de Radiologia¹⁴.

Também o tratamento da tuberculose mereceu a criação de serviços, os quais se iniciam pelo Gabinete Bacteriológico da Junta Geral¹⁵, instalado no Hospital da Misericórdia entre 1898 e c. de 1906, e se desenvolvem na tentativa de criação de serviços próprios da Misericórdia, com donativos e projecto de Enfermaria (Pavilhão) e de Dispensário de Profilaxia. Não obstante, a criação do Dispensário acabaria por ficar a cargo do Delegado de Saúde do Concelho, tendo-se então criado a chamada Comissão de Assistência aos Tuberculosos na qual a SCMPDL participou financeiramente (RODRIGUES 2010: 350). Não obstante, ainda em 1944 se pressionava a SCMPDL para a resolução do problema de internamento destes doentes, o que posteriormente se terá começado a concretizar de forma mais satisfatória, quando a Junta Geral assume as despesas com obras, manutenção, funcionários e tratamentos (RODRIGUES 2003: 130). Neste contexto, e apesar dos serviços serem também de competência externa a este Hospital, a acção da SCMPDL neste sector está bem visível e, para além dos informes das actas sobre quartos de isolamento – que não serviam apenas para doentes de tuberculose mas também de portadores de outras doenças contagiosas –, neste arquivo ainda existe um livro da administração de legado de Maria Madalena Machado para a respectiva construção do Pavilhão (1913-1916), um livro do serviço de Radiologia referente ao sector feminino do dito Pavilhão dos Tuberculosos (1958)¹⁶, diários de utentes da Radiologia, livros de Radioterapia, de devedores do Raio X, de registo geral de radiografias e de Radiodiagnóstico (1947-1960).

Igualmente, a assistência a pessoas pobres com deficiência mental grave mereceu a atenção particular da instituição e dos organismos públicos de então. Pelo menos desde 1835, e a solicitação do Administrador do Concelho, na Misericórdia e Hospital passa a funcionar um quarto para os «recolher». Estas funções expandem-se em 1850, com um pedido do Governador Civil para o internamento de «loucos incuráveis que divagavam pela cidade». Subsidiado pela Junta Geral, em finais do século XIX – inícios dos XX funcionava então ali um serviço de

13 Criado às custas do Barão da Fonte Bela e com a participação técnica e científica do capitão Afonso de Chaves e Melo e que teve regulamento (RODRIGUES 2003: 126).

14 Por donativo de Raul Bensaúde, médico dos Hospitais de Paris e natural de S. Miguel. O então dito Gabinete de Radiologia conta com a direcção de Maria Joana de Freitas Pereira a partir de Maio de 1911 (RODRIGUES 2003: 126-127).

15 Órgão da administração pública, de carácter distrital, que em Portugal exerceu competências entre 1832 e 1936 (Código Administrativo). Nos Açores estas estruturas ressurgiram no âmbito de Decreto Autónomico de 2 de Março de 1895 – Juntas Gerais Autónomas – e constituíram, a par dos então Distritos Autónomos, uma das estruturas fundamentais da administração das ilhas até 1975.

16 Tanto quanto se apura, em 1951 a secção dos doentes tuberculosos passara para a responsabilidade da Comissão Distrital de Assistência (RODRIGUES 2003: 149).

internamento que se manteve mesmo após a inauguração, em 1923, do designado por «manicómio do Egypto» (RODRIGUES 2003: 120, 130)¹⁷. Aliás, só a 8 de Novembro de 1943, vinte anos depois da inauguração, é que esta última entidade pública recebeu as mulheres que entretanto continuaram internadas no Hospital da SCMPDL (RODRIGUES 2010: 139 e 142).

Já quanto aos próprios serviços de cirurgia, existentes desde a fundação, tomam contornos de autonomia e desenvolvimento significativo, pelo menos a partir de finais do século XIX, particularmente com a acção de Bruno Tavares Carreiro. Este, em Dezembro de 1883 torna-se o director das Enfermarias de Cirurgia do Hospital. A construção de uma área exclusiva para as «operações graves» começa a tomar forma na década de 1890, mas ter-se-á concluído com aquisição complementar de material, já em 1910, e muito graças a donativos particulares¹⁸. Neste quadro, emergem no arquivo os primeiros livros de registo de cirurgias, de 1918.

Acresce que, por este período, a formação ligada à saúde toma novamente expressão efémera numa Escola de Enfermagem, a qual apenas terá durado entre os anos de 1932 e 1934 (RODRIGUES 2010: 138). A documentação relativa a esta Escola, e depois aos cursos de formação das chamadas «alunas de enfermagem», é composta pela série Matrículas da Escola de Enfermagem e por vária documentação dispersa por caixas e relativa a cursos de formação e lar de enfermeiras.

Por todos estes dados, que não são exaustivos e se foram acrescentando com o decorrer do século XX, e com as inovações e avanços no sector da assistência médica pública, comprova-se a complexidade da estrutura hospitalar então existente que, a par das demais obras da Misericórdia de Ponta Delgada, traduziu-se na produção e diversificação exponencial de documentos/informação.

Por outro lado, é por este período que a SCMPDL institucionaliza uma função antiga, bem presente na documentação financeira do século XVIII e XIX, pelo menos, e que faz cristalizar no seu seio a actividade bancária.

Tanto quanto se apura, a iniciativa toma corpo com a recepção de um legado apreciável deixado à SCMPDL, por Henrique Bensaúde, em 1924. Em Janeiro do ano seguinte, foi pedido ao Governo Central a constituição do capital social da projectada entidade bancária com $\frac{1}{4}$ do valor legado, pretensão bem recebida pela tutela máxima. É assim que nasce o respectivo regulamento e, no dia 2 de Dezembro de 1925, se inaugura a chamada Caixa Económica da Misericórdia de Ponta Delgada (PEDROSO 1985: 5-6).

Em 2002, com uma quota de mercado de 6% nos Açores e com sete balcões em São Miguel, esta entidade financeira fundiu-se com a unidade do Banco Espírito

17 Sobre a criação de infra-estruturas para este tipo de doentes em São Miguel, preocupações e iniciativas oficiais, cf. RODRIGUES 2010: 213-224.

18 Do Conde Jácome Correia e seus familiares (RODRIGUES 2003: 124-125).

Santo do arquipélago, dando origem ao então designado por Banco Espírito Santo dos Açores (BES Açores). O capital social da SCMPDL era, em 2002, de 38,4787%¹⁹.

Fruto de tal actividade bancária recente, do arquivo da SCMPDL consta um livro de inventário e balanço (1993-2002), os livros 1 e 2 do Conselho Fiscal da Caixa Económica da Misericórdia (1927-1999; 1999-2002) e ainda consta mais documentação dispersa por algumas das caixas já recenseadas. Não obstante, outros livros de épocas anteriores revelam registos de empréstimos e juros geridos pela SCMPDL.

No tocante à estrutura global da SCMPDL, definindo como cargos directivos a Assembleia Geral e a Mesa da Misericórdia, o Compromisso de 1949 deixa bem explícitas as articulações com as entidades externas de supervisão, referindo a «orientação da respectiva Comissão Municipal de Assistência e as directrizes da Direcção Geral de Assistência» (SCMPDL 1949: 2), bem como a colaboração com a Comissão Municipal de Assistência (SCMPDL 1949: 9). Já a execução das deliberações da Assembleia Geral relativas a contas anuais, as alterações ao Compromisso, a criação de novos serviços/formas de assistência, a aquisição de bens imobiliários e a aplicação de fundos capitalizados e contracção de empréstimos estavam sujeitos à aprovação superior da Direcção Geral da Assistência (SCMPDL 1949: 7). A redução da respectiva autonomia é assim bem clara, mas a referência à «Autoridade Superior Administrativa da Província», do Compromisso de 1834 (SCMPDL 1835: 9), também já anunciara estes tempos de interferência no seio da SCMPDL²⁰.

Por outro lado, segundo o mesmo Compromisso de 1949, o funcionamento dos serviços de contabilidade e tesouraria deveriam adoptar, tanto quanto fosse possível, as normas dos «corpos administrativos» estatais. Neste contexto, entre as competências da Mesa – agora composta por Provedor, Secretário, Tesoureiro e dois Vogais (cinco elementos) – emergem acções correlacionadas que têm por base a produção de balanços mensais de fundos, documentos de Caixa, orçamentos e contas de gerência (para aprovação superior), autorizações de despesas, inventários de bens e existências, regulamentos dos serviços (SCMPDL 1949: 9-10). Já a única referência a arquivo, propriamente dito, surge na forma infinitiva do verbo e enquadra-se nas competências do Tesoureiro relativamente a «todos os documentos de receita e despesa» (SCMPDL 1949: 10).

É ainda pelo Regulamento do Hospital (SCMPDL 1959) que melhor se define o funcionamento da instituição Misericórdia, tanto nas suas funções-meio como nas funções-fim.

Em termos gerais, o Hospital divide-se em seis serviços: administrativos, clínicos e auxiliares, de enfermagem, farmacêuticos, serviço social e assistência

19 Informação à Imprensa do BES. 2002.07.01. Disponível em <http://www.besdosacores.pt/SiteBAC/cms.aspx?srv=207&guid=bd3adfce-7b01-48ad-a452-ed8635f97b18&fext=.pdf>. Acessado em: 2011.07.25.

20 Não obstante, em 1800 é claramente o Compromisso de 1873 que melhor traduz tais interferências/tutelas (SCMPDL 1897: 11-13).

religiosa (SCMPDL 1959: 8). Por sua vez, os serviços clínicos e auxiliares, orientados pelo Director dos Serviços Clínicos, compreendem serviços de internamento geral de medicina e cirurgia, de internamento de especialidade, de socorros e urgência (banco), de consultas externas gerais de medicina e cirurgia, de consultas externas de especialidades, de assistência hospitalar no domicílio e de serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento. Nestes últimos funcionam o laboratório de análises clínicas, o serviço de radiologia, o serviço de fisioterapia e o serviço de transfusões. Os serviços farmacêuticos, por sua vez, dirigidos por um farmacêutico-chefe, estão divididos em duas secções, a primeira, distribuidora ou de expediente, a segunda, produtora e laboratorial (cf. Figura 10).

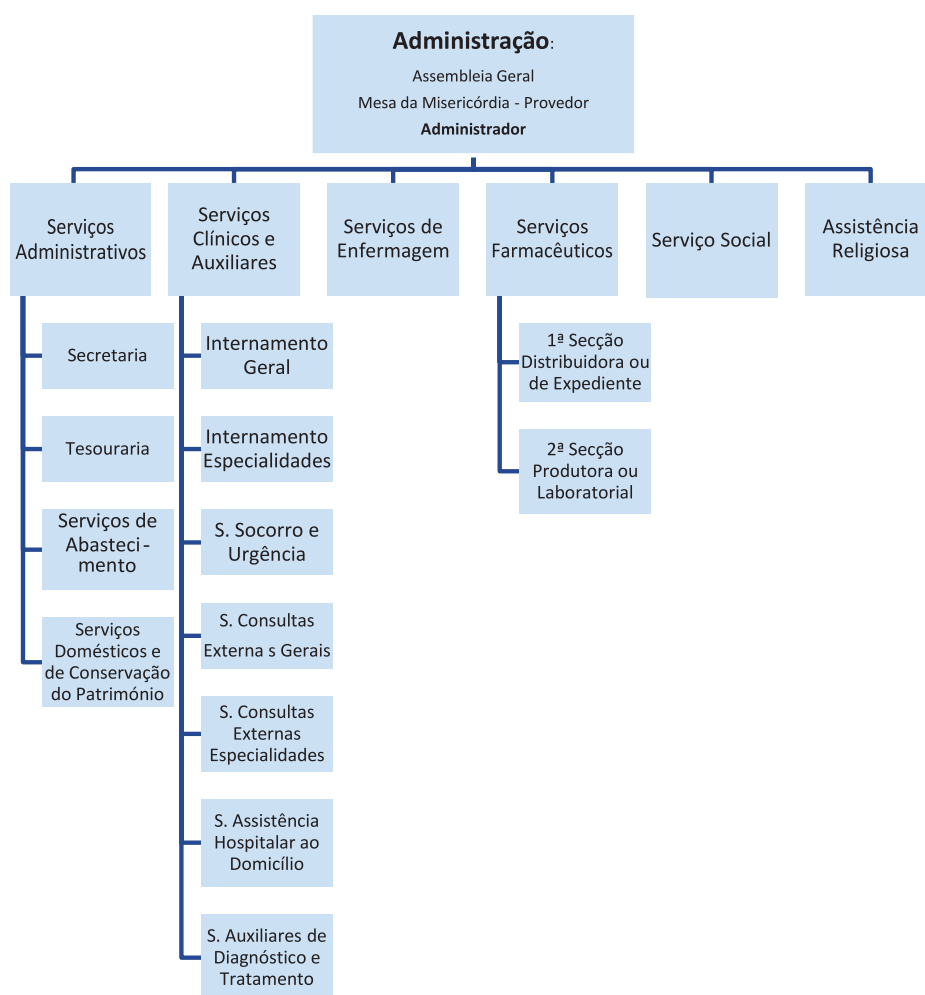


Figura 10 – Estrutura orgânica e funcional do Hospital, a partir do Regulamento de 1959

Já quanto aos serviços administrativos, toda a sua estrutura se complexifica. Em primeiro lugar, aqui estão compreendidos a Secretaria, a Tesouraria, os Serviços de Abastecimento, e os Serviços Domésticos e de Conservação do Património (SCMPDL 1959: 8). A Secretaria, por outro lado, pressupõe as seguintes subdivisões (cf. Figura 11): serviços de admissão e registo do movimento de doentes, de expediente e contencioso, de contabilidade e património, de cadastro do pessoal e serviço de estatística e arquivo.

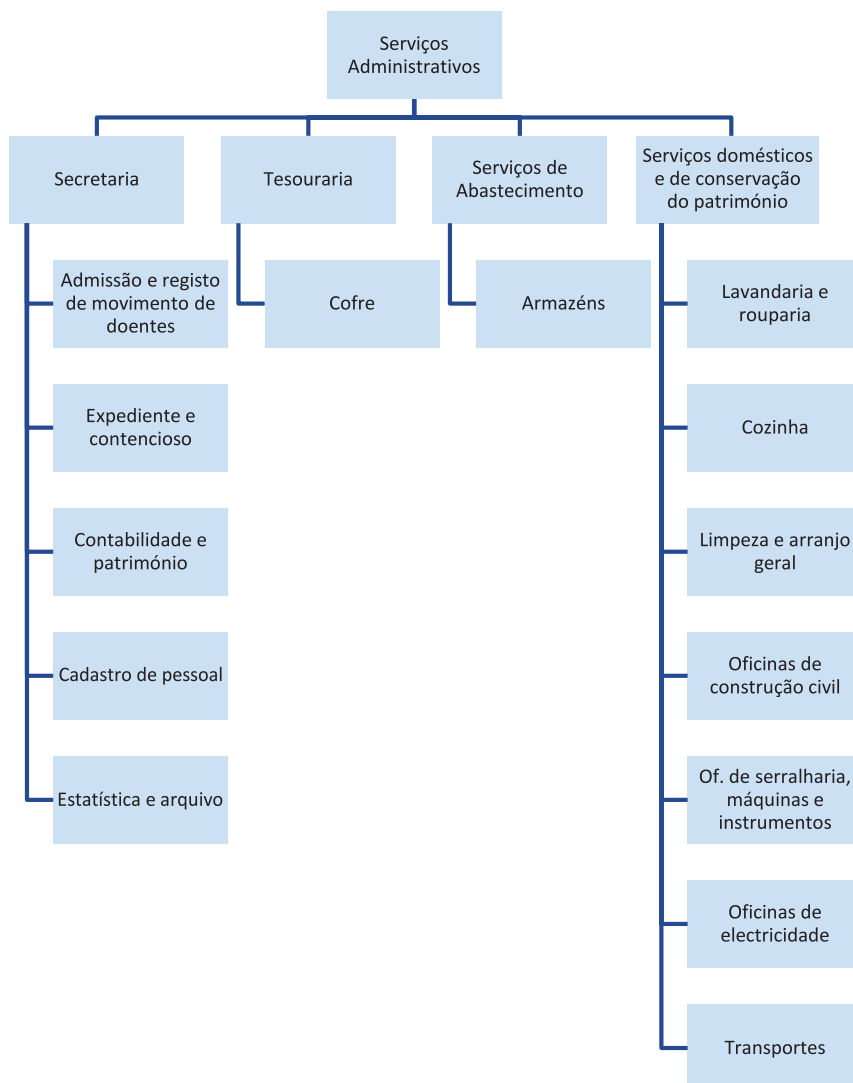


Figura 11 – Estrutura orgânica e funcional dos Serviços Administrativos, segundo o Regulamento do Hospital de 1959

Para cada um dos serviços da Secretaria, tal como a Tesouraria, os Serviços de Abastecimento e os Serviços Domésticos e de Conservação do Património, também se explicitam serviços internos (Figura 11) e documentação produzida. Entre esta, destacam-se os processos de admissão de doentes, registos de admissões, transferências, altas e óbitos, ficheiros alfabéticos e numéricos dos doentes tratados, resumos diários e mensais do movimento de doentes (SARMD); ordens, instruções e boletins de serviço, certidões, certificados, atestados ou declarações, actas e mapas, processos judiciais, informações, ficheiro de legislação e disposições oficiais (SEC); balancetes mensais das contas correntes, contas de exploração de todos os serviços hospitalares, planos de contas, orçamentos, guias de receita e autorizações de pagamentos, folhas de vencimentos, mapa do movimento de caixa, balancetes mensais do movimento financeiro, notas de débitos, contas de gerência, cadastro e inventário dos bens do Hospital e SCMPDL, autos de incapacidade dos bens (SCP); processos individuais dos funcionários, fichas-índices, folhas de matrícula, folhas anuais de registo de assiduidades, registo disciplinar, informações de serviço (SCPE); livros de caixa, de registo de depósitos à ordem, de registo de valores à guarda, de termos de balanço do cofre (Tesouraria), requisições, ficheiros de fornecedores, processos de aquisição, notas de encomenda, adjudicações, declarações de conformidade, mapas-resumo mensais do movimento dos armazéns, registos de armazém (SA); mapas do serviço da lavandaria, mapas de movimento de géneros, mapas das dietas (SDCP); e muita outra, como se infere dos recenseamentos do arquivo já concluídos.

3. Orgânica, funções, produção documental e arquivo na actualidade: breves considerandos

Actualmente, fruto da aplicação do Decreto-Lei n.º 704/74 de 7 de Dezembro que integrou os hospitais das Misericórdias na então Secretaria de Estado da Saúde (MAS 1974), e desde a nomeação da respectiva Comissão Instaladora do Hospital em 1975, a SCMPDL deixou de ter à sua responsabilidade a gestão e manutenção da estrutura hospitalar do concelho, hoje Hospital Regional.

Neste contexto, outras funções/actividades foram tomando forma nos últimos quarenta anos, num primeiro momento quase a fazer face ao aparente «vazio» em que as Misericórdias poderiam ter caído com a nacionalização dos seus hospitais.

A par, e como já se referiu no Capítulo I, depois do 25 de Abril de 1974 e em 1979, estas instituições passaram a estar sob a tutela dos Bispos. Também a partir desse ano foi-lhes reconhecido o estatuto de Ipss.

É nesta condição/natureza que a SCMPDL hoje actua, regendo-se na sua condição de «associação de fiéis» pelo Código Canónico, na sua condição de Ipss pela legislação própria e tendo por referência fundamental o respectivo Compromisso aprovado pelo Ordinário Diocesano (SCMPDL 2006).

Em termos de estrutura geral, apresenta como órgãos sociais a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal (cf. Figura 12). Ao primeiro órgão cabe: eleger, dar posse e destituir os órgãos gerentes; apreciar e votar orçamentos, contas de gerência e alterações ao Compromisso; autorizar qualquer transacção relativa aos bens imóveis. A Mesa Administrativa, composta pelo Provedor – que superintende toda a instituição –, Secretário, Tesoureiro e dois vogais, tem as funções executivas da instituição, cabe-lhe representar a mesma e acompanha a gestão da entidade bancária no qual detém parte do capital social. Ao Conselho Fiscal, que de algum modo parece retomar as funções da Junta do Compromisso de 1618, cabe examinar, fiscalizar, dar parecer sobre questões orçamentais, financeiras e concernentes aos serviços administrativos e de contabilidade.

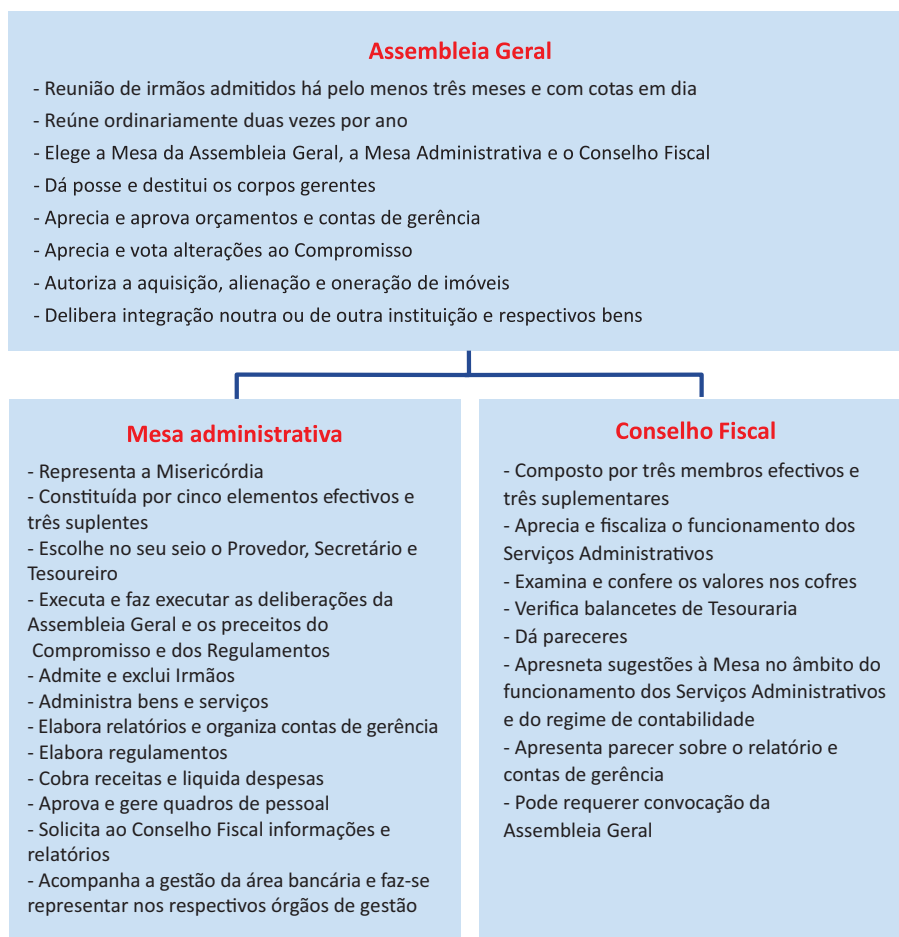


Figura 12 - Competências e estrutura de gestão/administrativa da SCMPDL a partir do Compromisso ratificado em 2006

No contexto orgânico geral referido, entendida como associação de fiéis na ordem jurídica canónica e detendo personalidade jurídica civil na condição de IPSS, a Irmandade da SCMPDL, em 2011, estendia as respectivas actividades aos sectores da segurança social, da educação e da saúde (SCMPDL 2006: 3).

Neste âmbito e ao nível das funções-fim (Sousa 2010: 9-11):

- a) prestava Serviços de Saúde com o Serviço de Apoio ao Domicílio (SAD) e o Centro de Cuidados Continuados;
- b) possuía Serviços de Acolhimento ao Idoso, com o Lar e Quinta da Levada;
- c) mantinha Serviços de Apoio à Infância, com duas creches: O Regaço e A Pequenada;
- d) desenvolvia Serviços de Formação e Ensino Profissional, com uma Escola Profissional (MEP) e a valência Valor Acrescentado Social (VAS) com o projecto Renascer²¹.

No campo religioso, no mesmo ano de 2011, a instituição possuía e tinha a seu cargo três ermidas: a do edifício-sede, a do Lar da Levada e a de São Gonçalo, todas na cidade de Ponta Delgada. Quanto aos serviços de culto católico, para as duas primeiras existia um capelão da SCMPDL, o qual celebrava missa semanal nas duas ermidas e apoiava os utentes do Lar e dos Serviços Continuados, mediante remuneração mensal. No caso de S. Gonçalo, cuja manutenção do edifício é da responsabilidade da SCMPDL, existia um acordo com a paróquia de S. Pedro e era o pároco desta que ali prestava os serviços de culto²². Outra actividade de relevo no âmbito religioso e social é constituída pelas festividades anuais do Espírito Santo do Lar da Levada, por iniciativa dos utentes, muito tradicionais nos Açores e que pressupõe a organização/manutenção de uma Irmandade do Espírito Santo e a existência de mordomos da festa.

A partir de finais de 2008, a Assembleia Geral e a Mesa de SCMPDL também desenvolveram e acolheram a iniciativa de organização do seu arquivo histórico, estando neste momento a emergir acções de índole cultural que já há alguns anos estavam nos horizontes da constituição da designada Comissão Organizadora de Comemorações (cf. Anexo F).

21 Este projecto desenvolvia, em 2011 programas de «inclusão escolar e educação não formal, formação profissional e empregabilidade, dinamização comunitária e cidadania, inclusão digital, empreendedorismo e capacitação de jovens». Contava com a parceria da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Ponta Delgada, da Câmara Municipal de Ponta Delgada e da Associação Regional de Promoção da Actividade Física e Desportiva. Cf. respectivo panfleto em http://issuu.com/andresimone20/docs/panfleto_renascer_etapa_final_final. Acedido 2011.07.25.

22 Informações recolhidas junto da Directora-Geral da SCMPDL, Raquel Silva.

Para a concretização destas actividades, e além dos corpos sociais, a SCMPDL conta com um conjunto de serviços e cargos de direcção como a Direcção Geral, o Secretariado Técnico e os Serviços Administrativos e Financeiros (cf. Figura 13 e Anexo F).

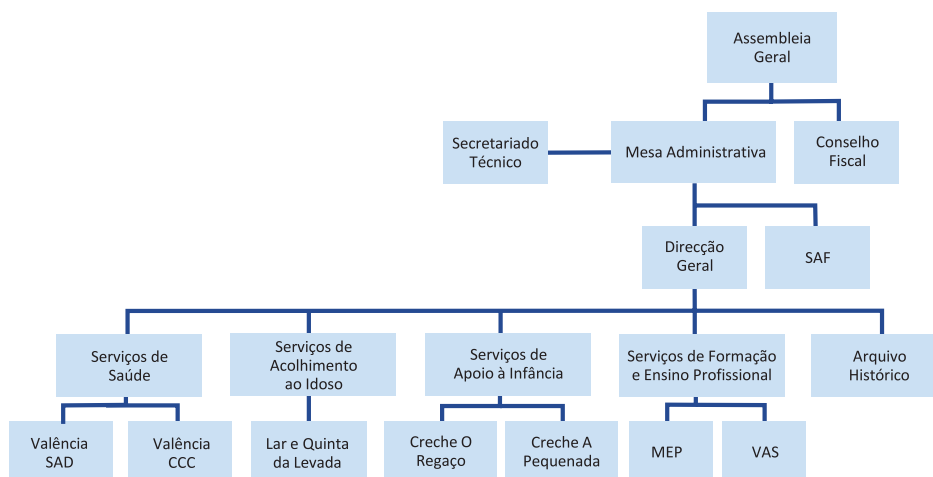


Figura 13 – Organograma proposto para a SCMPDL, autoria de Fátima Sousa, adapt. (SOUSA 2010: 9)

Esta estrutura orgânica e funcional geral, sustentada por cerca de duzentos e cinquenta colaboradores distribuídos pelas várias valências, compreende ainda vários cargos de direcção de segunda instância. Entre estes estão os responsáveis pelas áreas do ensino e da saúde, os directores dos Serviços Administrativos e Financeiros (SAF), do Apoio ao Domicílio, do Lar da Levada, do Centro de Cuidados Continuados (CCC) e os coordenadores das Creches e do Valor Acrescentado Social (VAS). Na dependência directa do Provedor e da Mesa ainda se encontram as Comissões Especializadas e a Área de Investimentos e Negócios (cf. Anexo F).

No que toca ao Arquivo Administrativo, e a partir do Relatório elaborado por Fátima Sousa (2010), este enquadra-se nos Serviços Administrativos e Financeiros, sitos no edifício-sede, onde existe um funcionário adscrito ao Expediente e Arquivo. É também no edifício-sede que se encontra a maior parte da documentação da SCMPDL, embora existam arquivos parciais nalgumas valências sitas fora ou dentro do edifício-sede.

A Escola Profissional (MEP) constitui-se num caso à parte, já que a legislação própria que a abrange e a respectiva autonomia implicam a consituição de arquivo administrativo próprio. No Lar da Levada gerem-se os processos individuais

dos idosos, com dados clínicos originais, mas todos os mais documentos ali existentes são constituídos por cópias dos processos originais que existem na Sede. Em 2011 projectava-se a transferência dos processos de idosos do Lar para a Sede, aquando do falecimento de cada utente. Nas Creches, Centro de Cuidados Continuados (CCC) e Serviço de Apoio ao Domicílio (SAD), a documentação administrativa é também composta por cópias, à excepção dos processos dos utentes. Todos estes processos são integrados no «arquivo central», quando os utentes não são mais abrangidos por tais serviços. Quanto ao VAS, de funcionamento recente, o levantamento provisório identificou processos individuais de alunos, dossiês técnicos e outra documentação produzida no âmbito da execução de actividades (SOUSA 2010: 12-13).

Já na Sede, a documentação distribui-se pelo Expediente, Gabinete da Directora Geral, Gabinete da Directora dos Serviços Administrativos, Financeiros e Contabilidade, Gabinete do Provedor, Gabinete da Gestão de Utentes.

Toda a documentação dá entrada e saída no Expediente e edifício-sede da Misericórdia pelo que, à excepção da Escola Profissional, para as demais valências se conforma um modelo centralizador de arquivo (SOUSA 2010:13).

É a autonomia da MEP conformada num subsistema de informação completamente «independente» no seio da instituição, que configura este arquivo da SCMPDL como descentralizado, assente numa estrutura pluricelular (SILVA et al. 2002: 214-215) traduzida nos vários arquivos dos serviços e valências atrás descritos (SOUSA 2010: 14). De qualquer modo, os objectivos dos órgãos de gestão com competências na matéria tendem à definição de um modelo centralizador de arquivo, para toda a instituição.

Em termos de funcionamento, de instrumentos de gestão, classificação e recuperação documental, o conspecto geral é o de um plano de classificação documental a necessitar reformulação, uma organização dos documentos dispersa por gabinetes e serviços sob a responsabilidade de vários funcionários e decorrente de dificuldades de funcionamento do arquivo como um todo. Não existe manual de procedimentos que normalize a produção e gestão documental, não se procede à avaliação dos documentos, bem como não existe uma tabela de selecção.

Por outro lado, os Serviços Administrativos e Financeiros já funcionam num sistema de intranet, alojado em servidor próprio e mantido por uma empresa privada. Neste mesmo sector, a gestão financeira, de utentes, recursos humanos e de imobilizado possui e utiliza sete dos quinze módulos da linha informática WinIpss, construída a pensar na gestão de instituições de solidariedade social. Entre os módulos de gestão económica e financeira disponíveis, encontra-se o WinUTE – gestão de utentes –, o WinGTB – contabilidade orçamental –, o WinIBM – tratamento e controlo de despesas de investimento e património –, o WinGRH – gestão

recursos humanos –, o WinGSL – pagamento de salários – e o WinSEC – stocks, economato, cozinhas e lavandarias (SOUSA 2010:15).

Apesar de serem realizadas cópias de segurança desta informação produzida em suporte digital, sob o ponto de vista da arquivística científica e técnica também aqui «não existe qualquer classificação e sistemas de recuperação aplicáveis» (SOUSA 2010: 16). As questões da avaliação e selecção documental não são aqui igualmente equacionadas, pelo que, mesmo já noutro suporte, todos os documentos são conservados.

Face às tendências prospectivas que os próprios congressos da UMP revelam (cf. Capítulo I), toma-se consciência da necessidade de modernização/actualização do modelo de gestão do arquivo. As dificuldades de acesso à informação, que facilmente se percebem no crescendo e complexificação informacionais, dão azo e replicam a existência de arquivos «parcelares» e provocam o que Sousa designa por «acúmulo descontrolado da documentação de conservação permanente» (2010: 16). Este é aparente e equivocadamente «invisível» quando se regista em suporte informático, mas marca muito a presença quando apresenta suporte de papel (cf. Anexo A).

Intervir neste arquivo administrativo, configurar um modelo de gestão que vá da produção ao destino final e articular esta informação com a informação secular da SCMPDL, são desafios aos quais a instituição e a autora deste estudo pretendem dar resposta em projecto futuro, projecto naturalmente arquitectado na perspectiva da Arquivística integrada, do *records continuum model* e do novo paradigma da Arquivística.

4. Notas para um esquema classificativo do arquivo

Para terminar, uma breve referência à classificação proposta para o arquivo e instituição atrás abordada orgânica e funcionalmente, entre 1834 e 2011.

Na sequência do que a este propósito se desenvolveu no ponto 3 do capítulo II, muito provisoriamente propõem-se aqui três subsistemas orgânico-funcionais que se reflectem noutros tantos informacionais, os quais, na respectiva sucessão, podem determinar a arquitectura do Esquema Classificativo Geral do arquivo da SCMPDL. Insista-se que este constitui, no pleno sentido, o primeiro esboço e a primeira tentativa cientificamente fundamentados de construção do referido esquema classificativo.

- Subsistema 3: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (1834 - c. de 1936?)

Assembleia Geral da Irmandade

SR:

01. Estatutos
02. Actas das eleições e tomadas de posse dos mesários
03. Actas da Assembleia Geral

Mesa

SR:

01. Regulamentos e instruções
02. Actas e Acórdãos
03. Orçamentos e contas
04. Balanços de gerência
05. Representação ao Rei e Deputados da Nação

Secretaria

SR:

01. Receita e despesa
02. Receita extraordinária
03. Despesa obrigatória
04. Despesa extraordinária
05. Despesa da Secretaria
06. Razão
07. Empregados de nomeação do Provedor
08. Registo dos diplomas de encarte dos empregados (1915-1960)
09. Copiador das contas gerais
10. Foros
11. Rendas e rendeiros
12. Arrematação de terras
13. Arrematação – desamortizações (1908-1914)
14. Demandas (?)
15. Lembranças
16. Editais, anúncios e concursos
17. Inventários
18. Copiador
19. Registo de ofícios expedidos
20. Inventário do arquivo

Tesoureiro

SR:

01. Caixa
02. Diário
03. Cobrança de rendas, foros e legados
04. Cobrança
05. Cobrança de legados pios não cumpridos
06. Dívidas incobráveis
07. Devedores e credores gerais
08. Entradas e saídas do cofre das rendas ordinárias e extraordinárias
09. Entradas de milho e trigo nos granéis
10. Entradas e saídas dos granéis
11. Pagamento das pensões da Casa
12. Pagamento dos ordenados (?)

Hospital

Mordomia

SR:

01. Acórdãos da Mesa sobre a Mordomia do Hospital
02. Despesa
03. Compras diárias a dinheiro
04. Conta corrente com a Comissão de Fornecimentos (1841 a 1855)
05. Copiador de correspondência
06. Entrada e saída de doentes
 - a. Entrada de doentes
 - b. Saídas de doentes civis
 - c. Entrada e saída de doentes civis
 - d. Entrada e saída de doentes militares
 - e. Entrada e saída de doentes civis e militares
07. Diário dos doentes pensionistas
08. Corrente dos doentes
09. Inventários
10. Livro de visitantes

Despensa

SR:

01. Registo da despensa

Banco

SR:

01. Receituário do Banco (1901- ?)
02. Movimento do Banco (1898-1910)

Assistência Clínica

SR:

- 01. Dietas
- 02. Dietas das enfermarias
- 03. Receituário
- 04. Registo de cirurgias (1918 - ?)
- 05. Copiador de cartas e requisições à farmácia (1911 - ?)
- 06. Diário de doentes pensionistas (1934- ?)

Botica/Farmácia

SR:

- 01. Despesa da Botica
- 02. Balanços anuais

Hospital das Furnas

SR:

- 01. Despesa
- 02. Receituário

Caixa Económica da Misericórdia

Conselho Fiscal

SR:

- 01. Actas

Internato João Francisco Cabral

SR:

- 01. Despesas de instalação da escola e dependências
- 02. Matrículas
- 03. Registo diário de frequência e avaliação dos alunos

.....

- Subsistema 4: Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada – Associação e Confraria (c. de 1936? – 1979)

Assembleia Geral da Misericórdia

SR:

- 01 Compromisso
- 02 Actas

Mesa da Misericórdia

SR:

- 01 Actas e Acórdãos

Serviços administrativos

Secretaria

Serviço de admissão e registo de doentes

SR:

- 01 Entradas e saídas de doentes
- 02 Porcionistas de consulta externa
- 03 Pensionistas da instituição de Manuel Inácio Correia
- 04 Registo de pensionistas militares
- 05 Registo de óbitos do hospital
- Serviço de expediente e contencioso
- SR:
 - 01 Registo de correspondência recebida
 - 02 Registo de ofícios expedidos
 - 03 Copiador de cartas
 - 04 Cotas
 - 05 Ordens, instruções e boletins de serviço
 - 06 Informações
 - 07 Certidões, certificados, atestados e declarações
 - 08 Mapas
 - 09 Processos judiciais
 - 10 Legislação e disposições oficiais
- Serviço de contabilidade e património
- SR:
 - 01 Contas correntes
 - 02 Balancetes mensais de contas correntes
 - 03 Diário de débito
 - 04 Diário de crédito
 - 05 Diário sintético
 - 06 Razão
 - 07 Contas gerais
 - 08 Orçamentos anuais
 - 09 Receita extraordinária
 - 10 Receita ordinária
 - 11 Despesa obrigatória
 - 12 Despesa de gerência
 - 13 Receita de gerência
 - 14 Receita e despesa
 - 15 Remunerações de pessoal
 - 16 Relatório e contas do exercício do hospital
 - 17 Devedores e credores
 - 18 Diário de pensionistas – contabilidade
 - 19 Balancetes mensais do movimento financeiro
 - 20 Autorizações de pagamentos

- 21 Folhas de vencimentos
- 22 Cadastro e inventário de bens do Hospital e SCMPDL
- 23 Inventários
- 24 Inventários das enfermarias
- 25 Autos de incapacidade dos bens
- 26 Contratos, arrematações e adjudicações em hasta pública
- 27 Termos de avaliações, adjudicações de empreitadas e arrematações
- 28 Actos e contratos

Serviço de cadastro do pessoal

SR:

- 01 Registo dos diplomas de encarte dos funcionários
- 02 Processos individuais dos funcionários
- 03 Inventário de pessoal
- 04 Livro de ponto
- 05 Folhas anuais de registo de assiduidade
- 06 Registo disciplinar
- 07 Informações de serviço

Serviço de abastecimento

SR:

- 01 Requisições
- 02 Ficheiros de fornecedores
- 03 Processos de aquisição
- 04 Notas de encomenda
- 05 Adjudicações
- 06 Declarações de conformidade
- 07 Mapas-resumo mensais do movimento dos armazéns
- 08 Registos de armazém
- 09 Diário centralizador

Serviço de estatística e arquivo

...

Serviços domésticos e de conservação do património

SR:

- 01 Mapas do serviço da lavandaria
- 02 Mapas de movimento de géneros
- 03 Mapas das dietas

...

Tesouraria

SR:

- 01 Caixa
- 02 Termos de balanço do Cofre

03 Diário de tesouraria

Hospital

Serviços clínicos e auxiliares

Internamento Geral

SR:

01 Hospitalizações por câmaras municipais, misericórdias, conselhos, companhias, empresas, instituições

02 Registo de intervenções cirúrgicas

03 Diário de operações diversas

Internamento Especialidades

SR:

01 Registo de intervenções cirúrgicas – otorrinolaringologia

...

Banco

Serviço de Socorro e Urgência Permanente

SR:

01 Receituário

Consultas Externas Gerais

SR:

01. Consulta externa

Consultas Externas Especialidades

SR:

01. Oftalmologia

Serviço de Assistência Hospitalar ao Domicílio

...

Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Tratamento

SR:

01 Diário da Radiologia

02 Raios X

03 Registo geral de radiografias

04 Radiodiagnóstico

05 Radioterapia

Serviços de enfermagem

...

Serviços farmacêuticos

Conselho Administrativo

SR:

01 Actas

1ª secção: Distribuidora ou expediente

02 Receita

03 Despesa
04 Vendas a prazo
2ª secção: produtora ou laboratorial
01 Fornecimentos de drogas, medicamentos, artigos de penso e
produtos farmacêuticos ao hospital
Serviço social
...
Assistência religiosa
...
Caixa Económica da Misericórdia
Conselho fiscal
SR:
01 Actas
...

- Subsistema 5: Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (1979 - ...?)

.....

Por fim, em relação ao subsistema 5, talvez a ser subdividido em dois, ainda não está esboçado o respectivo esquema de classificação. Para tal ter-se-á de identificar e cruzar pelo menos dois planos de classificação até agora disponibilizados, nenhum em vigor, mas respeitantes às últimas décadas do tratamento documental.

Acresce que, no âmbito do estágio curricular realizado no contexto do Mestrado de Ciências Documentais e da Informação da Universidade Nova de Lisboa, referido na introdução deste trabalho, foi feita uma proposta provisória de Plano de Classificação (cf. Anexo G), ainda em estudo.

Assim sendo, além do aprofundamento das estruturas orgânico-funcionais da instituição nos últimos tempos, a conceptualização do esquema classificativo da documentação terá de arquitectar-se e fundamentar-se nos tempos mais próximos.

CONCLUSÃO

O objectivo deste trabalho visava concretizar um estudo preliminar sobre as bases da estrutura informativa da Misericórdia de Ponta Delgada. O contexto teórico da abordagem sustentou-se na chamada gestão integrada de arquivos da Escola Canadiana, no *records continuum model* da Escola Australiana e no chamado Novo Paradigma da Arquivística.

Entendendo o arquivo como um todo, partiu-se do pressuposto de que a informação produzida/recebida pelas organizações decorre e espelha as respectivas funções e actividades. Tratar e gerir um arquivo é, assim, tratar e gerir informação orgânica. Neste conspecto, uma gestão que associe e integre toda a informação disponível servirá as necessidades informativas de qualquer entidade.

Por outro lado, esta dita organicidade da documentação/informação determina também um «valor» dos documentos/informação que é independente da respectiva «idade». Toda a informação, produzida em qualquer tempo ou contexto, pode ser ou não «útil» à entidade que a produz. Neste contexto, a gestão e organização da própria entidade – que depende ela própria da informação disponível/acedida –, pode beneficiar do acesso à informação retrospectiva o que, em última análise, lhe trará mais-valias acrescidas no conhecimento de si própria e na fundamentação dos processos de decisão.

Os pressupostos atrás enunciados implicam a abordagem dos documentos e da informação, no momento de produção e pós-produção, numa perspectiva de continuidade e sem rupturas. Estabelece-se, assim, que a informação/documentação é sempre a mesma e que a respectiva gestão não consente modelos assentes na separação entre os ditos *current records* e *historical records*.

Neste conspecto, abordar um arquivo pressupõe a compreensão e tradução globais da sua organicidade, continuidade e, por via disso mas não só, do respectivo carácter sistémico. Quando se entende um arquivo como sistema de informação, reconhece-se a sua «arquitectura» e composição únicas, a partir elementos interdependentes e articulados por um feixe de relações de âmbito macro ou microambiental.

Por esse motivo, estudar um sistema de informação – arquivo impõe que se faça uma abordagem integrada das várias ditas «idades» da informação e se valorizem os factores organicidade e funcionalidade que são próprios da entidade produtora.

Nesta linha de pensamento, o estudo orgânico-funcional da organização Misericórdia de Ponta Delgada e seus reflexos/representações no arquivo era essencial, como ponto de partida, a qualquer projecto de organização e gestão do respectivo arquivo. Acresce que, porque a instituição tem actualmente quinhentos anos de existência, a abordagem diacrónica à estrutura/sistema da SCMPDL assumia aqui importância acrescida, a par de complexidade notória.

Assim optou-se, primeiramente, por fazer uma contextualização geral à evolução organizativa, jurídica, administrativa e social das misericórdias portuguesas, contextualização que também as integrou sumariamente num panorama internacional.

Nessa abordagem destacaram-se do mesmo modo, e com base na literatura especializada, os momentos principais deste tipo de instituições em Portugal, conhecimento útil à compreensão e contextualização da SCMPDL e do objecto de estudo principal deste trabalho que é o respectivo arquivo.

Com tais contextualizações e referências, a abordagem diacrónica à estrutura orgânico-funcional e arquivo da SCMPDL tomou forma. Para um maior equilíbrio entre as partes componentes deste trabalho (capítulos), dividiu-se tal abordagem em dois grandes blocos temporais: o que vai da respectiva fundação (c. 1513) a 1834 e o que vai deste último ano à actualidade. O critério que determinou esta «divisão», entre outros, tem a ver essencialmente com as mudanças operadas na instituição a partir do século XIX, principalmente na segunda metade, na qual o Hospital é cada vez mais «a valência» da SCMPDL e com ela se confunde. Por outro lado, também é em 1834 que a instituição promulga, tanto quanto se pôde apurar no arquivo e à luz dos actuais conhecimentos, os seus primeiros Estatutos. Isto significa que a instituição passa, a partir desse ano, a reger-se por documentação normalizadora de iniciativa e produção próprias. Até aí ter-se-ia regido pelos documentos compromissais da Misericórdia de Lisboa.

Nestes pressupostos, pode-se afirmar que a documentação regimental da SCMPDL – o Compromisso –, principal tradutora do modelo de organização e das funções da instituição, é a seguinte: eventualmente os Compromissos lisboetas de 1498-1500 e de 1577, dos quais neste arquivo não se encontrou rasto, mas que à semelhança de outras terá regido a SCMPDL; o Compromisso de 1618, também da MLIS, que no arquivo consta nas edições de 1674 e 1818; os Estatutos próprios Oitocentistas de 1834 e de 1873; os Compromissos de 1949 e de 1995, este com alterações superiormente sancionadas em 2006. Também foi possível analisar os

regulamentos do Hospital da SCMPDL, de 1856, 1891 e de 1959, os quais trazem informação relevante e acrescida sobre o funcionamento da instituição, alguns circuitos informacionais, mas também sobre a própria produção documental. Para os séculos XIX e XX, e para uma melhor compreensão da produção e organização documental, acresceria ainda cruzar com legislação administrativa e contabilística da época, trabalho não concretizado até agora, mas que será tema de desenvolvimento em estudos posteriores. Igualmente se pode contar com o recenseamento da documentação acumulada que tem sido levado a cabo nos últimos anos. Para a actualidade foi fulcral, sem dúvida, o relatório realizado por Fátima Sousa, sob a orientação local da autora deste texto, no âmbito de unidade curricular do Mestrado de Ciências Documentais e da Informação da Universidade Nova de Lisboa. Não obstante, há ainda áreas da produção, da organização e dos fluxos documentais do presente que importam aprofundar com novas observações, inquéritos e entrevistas.

Não obstante os considerandos supra, relativos ao que neste âmbito ainda se impõe realizar, o presente trabalho permitiu uma reconstrução esquemática da estrutura orgânico-funcional e do arquivo da SCMPDL. Com ela relacionaram-se as estruturas organizativas e as funções/actividades da instituição com a respectiva produção/recepção documental/informacional, entre 1513 (?) e 2011. Objectivamente tentou-se evidenciar a organicidade desta documentação/informação, bem como aspectos relevantes da estrutura sistémica arquivística, ao longo do tempo. Em termos genéricos, os resultados desta reconstrução esquemática podem traduzir-se nos seguintes momentos e características:

1. Entre a data aproximada da respectiva fundação e 1618, a SCMPDL vê cristalizarem-se as suas estruturas fundamentais de governo. A Irmandade elege o Provedor, os irmãos Conselheiros, o Escrivão e os primeiros Mordomos mensais, os quais se reúnem em *mesa* para despacho. O Provedor é a figura cimeira ao nível da gestão e da representação institucional. À medida que o século XVI avança, o órgão dirigente composto pelos cargos e funções supracitados toma o nome de Mesa. O âmbito da acção desta confraria, por intermédio da respectiva Mesa, é muito amplo, dividindo-se entre o acolhimento e prestação de cuidados de saúde aos doentes, as acções de *visita* e de apoio material aos mais necessitados, o apoio material e jurídico aos presos, o enterramento de defuntos, a celebração de missas e de outras cerimónias do culto católico, bem como o cumprimento de legados pios. Reflexo desta acção, o arquivo toma forma a partir de séries documentais que remontam pelo menos a 1560 e que emergem nos chamados livros de Receita e Despesa, mas também nos da Receita da Renda concedida por D. Sebastião, nos Contratos e Quitações, nos primeiros Assentos dos Irmãos e no chamado «tombo» antigo. No Compromisso de 1577 emerge clausulado específico relativo à

produção e guarda dos documentos, o que releva as questões informacionais no quadro da organização e da gestão. Do mesmo modo, e na prática, na SCMPDL diversificam-se os registos e surgem novas séries documentais: os Contratos e Notas, as Lembranças e os livros de Receita e Despesa da primeira instituição vincular administrada por esta Irmandade.

2. No período que vai de 1618 a 1834 assistir-se-á a reforçada departamentalização da SCMPDL. Cristaliza-se a designação «Mesa» para traduzir o principal órgão de gestão. Pelo Compromisso lisboeta de 1618, que a todos os títulos se julga vigente na SCMPDL, emerge o órgão consultivo de carácter financeiro – a Junta – o qual, não obstante, ainda não foi identificado nesta Misericórdia. Na sequência já do Compromisso de 1577, são também aqui mais visíveis certos cargos/funções de direcção, nomeadamente ao nível da Tesouraria, da Capela, do Hospital, da Farmácia e do Contencioso. Neste contexto, não é por acaso que o Compromisso de 1618 regista inclusive o perfil de um funcionário especializado na organização e tratamento do arquivo. O recenseamento documental comprova o avultar da produção informacional, reflexo deste «crescendo» organizacional. Mantêm-se as séries Assentos de Irmãos, consolidam-se os Tombo de bens e propriedades, amplificam-se de forma apreciável os conjuntos documentais relativos à gestão de bens legados e vinculados – com Autos de Tombo, Receita e Despesa, Notas e outros. Por sua vez, a rentabilização da propriedade expressa-se em séries como Contratos da Casa e Arrematações de Terras, e o aperfeiçoamento dos registos contabilísticos e de tesouraria fazem diversificar e aumentar séries como Receita e Despesa (Corrente), Receitas e Despesas em trigo e dinheiro, Receitas Extraordinárias, Despesas Extraordinárias e Ordenados, Foros e Pensões, Cobranças. Pela primeira vez nesta Misericórdia, apesar de já determinados pelo Compromisso de 1577, surgem os Livros dos Acórdãos da Mesa. Por outro lado, no âmbito das funções-fim, o cuidar dos pobres e presos faz emergir séries como Pautas das Envergonhadas, livros de Despesa com os Presos e Livros de Esmolas. O Contencioso reflecte-se em séries próprias tardias, de inícios de Oitocentos, com as Causas e Demandas, Processos Cíveis e Despesas Judiciais com Cobranças. A maior departamentalização desta organização revê-se, particularmente: nas séries relativas à Capela e respectiva mordomia – Contas, Obrigações Pias e Missas, Quitações de celebrações de Missas, Pautas das Procissões, Assentos de Defuntos –; nas respeitantes aos serviços de saúde (Hospital e Farmácia/Botica) com os livros da Despesa, Tesouraria do Hospital, Entradas e Saídas de Doentes e Despesa da Botica do Hospital. Por fim, mas correlativo a tal complexificação documental e ao princípio que faz o Compromisso atentar para as questões da organização, da salvaguarda e do acesso à documentação/informação, também já nos finais

deste período (1832) se assiste ao surgimento dos primeiros Índices de Ofícios Recebidos.

3. O ano de 1834 assinala um momento de renovação institucional importante. Data deste ano a primeira documentação regulamentadora que se conhece, elaborada e aprovada pelos próprios órgãos dirigentes da SCMPDL, a qual nas suas duas versões do século XIX (1834 e 1873) será sempre designada por Estatutos. O contexto geral da afirmação do liberalismo em Portugal, por um lado, mas também situação da MLIS de então, não é de modo nenhum estranho às mudanças que, inclusive, afirmam igualmente a ingerência do Estado no seu seio. O órgão designado por Assembleia Geral da Irmandade toma então forma, curiosamente retomando um quatrocentista *conselho jeral* que ao nível da terminologia não vingou nos Compromissos de 1577 e de 1618. As funções desta Assembleia, *grosso modo* à volta da eleição da Mesa, da aprovação dos Estatutos e da discussão de assuntos a ela levados por esta última, expressam-se em séries documentais que os Estatutos de 1873 definem como Livro das Eleições – até agora não identificado pelo recenseamento – e em Actas que apenas a partir de 1924 se registam. Além da cristalização deste último órgão, é de destacar uma verdadeira departamentalização dos serviços, a qual o Compromisso de 1873 consolida nas que passa a designar por Secções e Estabelecimentos da Santa Casa. A par, em termos de missão institucional, há uma valência que se sobredimensiona e que domina o âmbito da acção/intervenção da SCMPDL: o Hospital. Não é por acaso que os Estatutos Oitocentistas enfatizam as funções da SCMPDL na área da saúde. O de 1873, muito particularmente, determina a intervenção assistencial noutros domínios completamente sujeita, dependente e residual face à do Hospital para onde se canalizava o grosso da receita. Nesta linha de orientação, não estranha que os regulamentos do Hospital, de 1856 e 1891, sejam entendidos por fundamentais na reconstrução da orgânica, funções e arquivo da SCMPDL de então. A par, as funções no âmbito da assistência hospitalar compartmentam-se, especializam-se e até requerem serviços de formação internos. A primeira e efémera Escola Médico-Cirúrgica da região Açores surge integrada neste Hospital da Misericórdia entre os anos de 1839 e 1844. Já pelo menos a partir de 1891 são claros os diversos serviços do Hospital: Banco, Assistência Clínica – a quartos particulares e às enfermarias –, a Capela, a Despensa e a Botica/Farmácia. Igualmente esta actividade ainda se ramifica no hospital termal das Furnas. As séries neste conspecto proliferam e, entre outras, destaque para Actas e Acórdãos da Mesa relativas à Mordomia (do Hospital), Actas do Conselho Médico, Despesa da Mordomia, Movimento do Banco, Entrada e Saída de Doentes, Receituário, Despesa da Farmácia, e Despesas, Receituário e Dietas do Hospital das Furnas. Fora do âmbito da acção hospitalar, a SCMPDL deste período ainda intervém no

contexto do acolhimento e educação de órfãos, com o Internato João Francisco Cabral, de curta duração (1893-1922). Como Hospital, sob a direcção do Provedor e da Mesa, registam-se as secções da Secretaria e do Tesoureiro. Esta última abre a futuramente designada por Tesouraria, a qual se expressa desde este período em séries como Caixa, Cobrança, Entradas e Saídas do Cofre, Entradas e Saídas dos Granéis e Pagamentos. A dita Secretaria, também designada por Secretaria e Arquivo da Administração, é chefiada pelo Secretário/Escrivão que, entretanto, já não pertencerá à Irmandade e exerce uma função remunerada. As questões da escrituração, organização e guarda dos documentos merecem atenção redobrada na documentação regulamentadora geral. Da reconstrução do sistema aqui concretizada, emerge a configuração de um arquivo centralizado, de estrutura pluricelular e com livros e séries que deviam ser produzidos e restar, em uso, junto do Tesoureiro e de serviços como a Mordomia do Hospital, o Banco, as Enfermarias, a Farmácia e a Capela. Não obstante, e como se viu, o tratamento documental prescrito na regulamentação interna parece invocar uma lógica que hoje se diria de gestão integrada e de *continuum* informativo.

4. Com o período do Estado Novo, reflectido no Compromisso de 1949, a SCMPDL ganha novos contornos e tutelas. Tidas por órgãos centrais da assistência e coordenadores concelhios, as Misericórdias portuguesas gozam de apoios e privilégios do Estado, mas vêem concretizar-se uma fractura interna sem «retorno». O Decreto-Lei de Novembro de 1945, que artificialmente separa a Misericórdia-instituição de assistência e a Misericórdia-confraria, vai levar todas as Misericórdias portuguesas a uma dependência dual: Estado e Igreja (c. 1933 – c. 1974). Reconhecendo uma Irmandade canonicamente erecta com funções específicas de assistência religiosa, o Compromisso de 1949 subordina a Irmandade/Confraria da SCMPDL a uma criação da Mesa, subalternizando-a completamente no quadro orgânico da instituição. A configuração da SCMPDL é agora essencialmente a de uma «associação» que continua particularmente vocacionada para a acção hospitalar, já que então possui e administra o que se adivinha como maior, e quiçá mais importante, hospital dos Açores. Em termos globais, a Assembleia Geral e a Mesa da Misericórdia constituem os órgãos directivos. Mas é novamente o Regulamento do Hospital, agora de 1959, que melhor esclarece o funcionamento da instituição ao estabelecer seis serviços: social e de assistência religiosa, administrativos, farmacêuticos, de enfermagem e serviços clínicos e auxiliares. Por sua vez, a estrutura desses serviços subdivide-se: os administrativos em Secretaria, Tesouraria, Serviços de Abastecimento [SA] e Serviços Domésticos e de Conservação do Património [SDCP]; os farmacêuticos operacionalizam-se na secção 1, de distribuição ou de expediente, e na secção 2, produtora e laboratorial; os serviços clínicos e auxiliares, supervisionados pelo Director dos Serviços Clínicos,

pressupõem serviços de internamento geral, de internamento de especialidade, de socorros e urgência (Banco), de consultas externas (gerais e cirurgia), de consultas externas de especialidade, de assistência hospitalar ao domicílio e serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento. Dentro destes últimos funcionaria um laboratório de análises clínicas, um serviço de radiologia, outro de fisioterapia e ainda um de transfusões. Nas séries documentais, a visibilidade de todos estes serviços e respectivas subdivisões não é idêntica. As ligadas à área hospitalar e à complexificação administrativa são omnipresentes. É de destacar, também, a documentação relativa à escola de Enfermagem que funcionou no Hospital da SCMPDL entre 1932 e 1934 e, particularmente, a concernente a uma «nova» (sem o ser) actividade da instituição que se cristaliza, em Dezembro de 1925, com a criação da Caixa Económica da Misericórdia de Ponta Delgada.

5. A partir de 1976 a SCMPDL, como as demais Misericórdias portuguesas, transfigura-se em termos de natureza jurídica e muito particularmente no âmbito da acção e das actividades. Em primeiro lugar, a sua nova condição legal de «associação de fiéis» transfere-a para a tutela do Bispo de Angra e Ilhas dos Açores. Em segundo lugar, o intervencionismo estatal na área da acção social permite a sua equiparação a Instituição Particular de Solidariedade Social – IPSS (legislação de 1979), o que a faz reger-se também pelo concernente quadro regulamentar. Em terceiro e último lugar, essa mesma política intervencionista conduz ao Decreto-Lei n.º 704/74, pelo qual os hospitais das Misericórdias são então integrados na Secretaria de Estado da Saúde. Assim, desde a nomeação da respectiva Comissão Instaladora do Hospital, em 1975, a SCMPDL deixou de ter à sua responsabilidade a gestão e manutenção da estrutura hospitalar do concelho, hoje Hospital Regional. Tal situação fez diversificar e acentuar outros âmbitos de acção, os quais em 2001 a SCMPDL consolida nas seguintes vertentes: serviços de formação e ensino profissional, com uma escola (MEP) e a valência Valor Acrescentado Social (VAS); serviços de apoio à infância, com as creches O Regaço e A Pequenada; serviços de acolhimento ao idoso, com o Lar e Quinta da Levada; e ainda com a prestação de serviços de saúde, com o Apoio ao Domicílio e o Centro de Cuidados Continuados. Continua a prestar serviços de culto católico, mantendo um capelão e três ermidas. Acresce que a Caixa Económica da Misericórdia se fundiu, em 2002, com a unidade do Banco Espírito Santo do arquipélago, pelo que a SCMPDL detinha, nessa altura, uma parte do capital social do designado por Banco Espírito Santo dos Açores (BES Açores). Neste conspecto, e provavelmente a exigir a definição de um novo período estruturante da instituição (o 6º), nascido das novas preocupações com a sustentabilidade, qualidade, modernização e inovação dos serviços e das práticas no âmbito do sector social, a SCMPDL lida hoje com esta diversificação e complexificação das funções que, a

par, a confrontam com novas formas de gerir, aceder e produzir a informação. É neste momento, em que a gestão se complexifica, a informação «explode» e se diversifica nos suportes e nas necessidades, associada à consciência da necessidade de preservação e divulgação de um legado informacional, que um modelo de gestão integrada da informação se impõe à instituição. O seu arquivo, hoje pluricelular e descentralizado por via da autonomia da MEP, demanda instrumentos de gestão, classificação, avaliação e normalização consonantes com os novos desafios e objectivos, para que a informação produzida ao longo de séculos, nos antigos e novos suportes, possa ser conjuntamente gerida em prol da própria organização, mas também da comunidade e do conhecimento actual e futuro.

Face ao manancial informativo recolhido sobre a estrutura orgânica e funcional da SCMPDL, o seu sistema de arquivo e as respectivas tipologias documentais, foi possível, igualmente, conjecturar um hipotético esquema classificativo para o arquivo. Para o elaborar tomou-se por ponto de partida uma concepção que de certo modo não tem sido a proposta dos autores do modelo da arquivística integrada. Ainda defensora da teoria das «três idades», a Escola canadiana aponta a elaboração de plano de classificação para aquela que designa como «primeira fase vital do ciclo dos documentos», ou seja, para o que na nomenclatura arquivística se tem designado por «arquivo corrente» ou «arquivo administrativo». Podemos, assim, concluir que este esquema classificativo deva reger toda a documentação produzida desde sempre?

Igualmente se constata que, no desembocar de todas as discussões no âmbito da classificação em arquivos, se encontra hoje muito forte a tendência para os esquemas de tipo funcional – porque as funções perduram mais no tempo do que as orgânicas das entidades – e até para a utilização dos chamados quadros de classificação-tipo. Apesar desta última aparentar poder vir a constituir-se numa ferramenta útil e rápida no tratamento informacional/documental, é também, no mínimo, muito problemática no tocante à necessidade do esquema classificativo traduzir a organicidade e o carácter sistémico muito próprio de cada organização e de cada arquivo.

Acresce que, quando se fala num sistema informacional de quinhentos anos, não se prefigurarão logo à partida rupturas, mudanças, alterações estruturantes inviabilizadoras de um esquema classificativo único para todo o arquivo? Mas também é aceitável, no contexto do entendimento deste arquivo como um todo, falar-se em múltiplos quadros de classificação para um mesmo sistema de informação-arquivo?

É nesta contextura, no quadro de uma pesquisa que ainda está no seu início e segue de perto autores e trabalhos citados ao longo dos capítulos, que aqui se enveredou por uma abordagem exploratória. Pretendeu-se construir os alicerces experimentais de um esquema classificativo do arquivo da SCMPDL, sequenciado em subsistemas que, por sua vez, correspondem às mudanças estruturantes a nível orgânico e funcional. Tal antecipa uma espécie de esquema composto por quadros

«em progressão», cuja representação gráfica ainda não está de todo pensada. Foi assim que se esboçaram vários quadros classificativos que, por agora, se fizeram corresponder aos documentos compromissais mais marcantes na definição da estrutura orgânica e funcional da organização. O quadro classificativo geral da SCMPDL ficaria assim dividido, e provisoriamente, em cinco subsistemas:

1. O da Irmandade da SCMPDL (1513?-1618), época fundacional no qual a ênfase na confraria/irmandade é muito forte.
2. O da Casa e Irmandade da SCMPDL (1618-1834?), no qual sistema, notadamente o informacional, se complexifica e «institucionaliza», bem como a produção documental aumenta e «especializa-se» de forma significativa.
3. O da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (1834 – c. de 1936?), com o prenúncio da fixação da designação de Santa Casa e a afirmação do Hospital como valência essencial da instituição, quase que se confundindo com ela.
4. O da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada – Associação e Confraria, com a afirmação da dualidade da sua natureza jurídica e da respectiva tutela: Igreja e Estado.
5. O da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (1979 -?), que emerge com o seu entendimento enquanto associação de fiéis canonicamente erecta, atribuindo ao Bispo a respectiva tutela, mas mantendo-se uma certa «dualidade» de personalidade e ordem jurídica: Misericórdia regida pelo Direito Canónico e Ipss regida pelo quadro legal do país.

Admite-se que estes subsistemas não estejam ainda definitivamente determinados e que o último, em particular, se venha a subdividir em dois por via dos desafios da actual «modernidade organizativa». Como se referiu, trata-se de um abordagem exploratória sujeita a ajustes e desenvolvimentos.

Além desta abordagem ao problema da classificação documental, uma das que se pretendem desenvolver e fundamentar em projecto futuro, importa também começar a pensar e a criar as «ferramentas» para a concepção, e quiçá aplicação, de um sistema de gestão integrada de toda informação produzida/recebida ao longo do tempo pela SCMPDL. Tal implicará o auscultar, cientificamente aprofundado, das necessidades prementes da instituição ao nível da organização, tratamento e acesso informacional no dia-a-dia (nas diversas valências), de molde à criação de princípios, instrumentos e ferramentas que contribuam, em simultâneo, para uma gestão informada e moderna da SCMPDL e para a salvaguarda da sua memória e do seu património documental. Partir-se-á aqui do princípio, fundamentado na teoria, de que ambas as condições, gestão informada e salvaguarda da memória, estão indelevelmente ligadas.



BIBLIOGRAFIA

1. DOCUMENTOS REGULAMENTARES E NORMATIVOS

Impressos

CEP (CONFERÊNCIA ESPISCOPAL PORTUGUESA)

2009 «Decreto Geral sobre as Misericórdias» [Em linha]. Fátima: CEP. Disponível em <http://santascasasdamisericordia.blospot.com/2010/09/as-misericordias>. Acedido em: 2010.11.13.

CORRÊA, Fernando Calapaz

1998 «Documento nº 3. Lisboa, 1577, Junho, 27: Compromisso da Misericórdia de Lisboa». In *Elementos para a história da Misericórdia de Lagos*. [Lagos]: Santa Casa da Misericórdia de Lagos. p. 52-73. ISBN 972-97798-0-5

MAS (MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS)

1974 «Decreto-lei n.º 704/74 de 7 de Dezembro» [Em linha]. In sítio *Diário da República*. 285/74: série I: primeiro suplemento. Disponível em <http://www.dre.pt/pdf1s/1974/12/28501/00050006.pdf>. Acedido em 2011.07.01.

MLIS (MISERICÓRDIA DE LISBOA)

1674 *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Oficina de Francisco Vilela. Compromisso de 1618.

1818 *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Tipografia de Bulhões. Compromisso de 1618.

SCMPDL (SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA)

1835 *Estatutos da Irmandade da Misericórdia da cidade de Ponta Delgada...*
Lisboa: Imprensa Nacional.

1856 *Regulamento dos empregados do hospital da Misericórdia da cidade de Ponta Delgada da ilha de S. Miguel*. Ponta Delgada: Typ. De J. J. Botelho & Irmãos.

1891 *Regulamentos Provisórios: Internato de Órfãos, Gabinete Hidroterápico, Admissão de doentes ao Hospital das Furnas*. S. l.: s.n. Aprovados na Sessão da Mesa de 8 de Maio de 1891.

1892 *Regulamento do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada*. Ponta Delgada: Typ. Popular.

1897 *Estatutos da Irmandade da Misericórdia da cidade de Ponta Delgada da ilha de São Miguel*. Ponta Delgada: Tip. Elzeviriana.

1949 *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada*. Ponta Delgada: Gráfica Regional.

1959 *Santa Casa da Misericórdia: Regulamento do Hospital*. Ponta Delgada: Tip. Gráfica Regional.

2006 *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada*. Alterações ao compromisso de 1995 aprovadas em 28 de Março pelo Bispo de Angra e dos Açores. Policopiado e rubricado pelo Vigário Geral Helder Fonseca, 20 p.

SOUSA, Ivo Carneiro de

1996a «Compromisso pera cojmbra, de 1500». In O compromisso primitivo das misericórdias portuguesas (1498-1500)». In *Revista da Faculdade de Letras: História*, Nº 13: 296-306. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8454>. Acedido em: 2011.07.05.

Manuscritos

SCMPDL (SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA)

1708 «Inventário dos livros que entrega o Capitão Manuel de Sousa Gois escrivão que foi desta Sancta Casa ano de 1708 pera 1709 ao Capitão João de Sousa Sá...». In *Livro segundo do Tombo*, fl. 18-19. Arquivo Histórico da SCMPDL. N.º de controlo: 312.

1834 *Estatutos da Irmandade da Misericórdia de Ponta Delgada*. Livro manuscrito encadernado com capa dura. Arquivo Histórico da SCMPDL. N.º de controlo: 110.

2. ARTIGOS DE JORNAIS

CA (CORREIO DOS AÇORES)

1924 «Assistência à maternidade e à infância micaelense. Sr.^a D. Beatriz do Canto Faria e Maia toma a iniciativa de organizar essa obra generosa que começará por um serviço de consultas gratuitas». *Correio dos Açores*. 4.^a feira, 16 de Janeiro.

1956 «Assistência Maternal e Infantil». *Correio dos Açores*. 16 de Dezembro.

3. ESTUDOS

ABREU, Laurinda

2001 «O papel das Misericórdias dos ‘lugares de além-mar’ na formação do Império português». *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* [Em linha]. Rio de Janeiro. Vol. 8: n.º 3: p. 591-611. Doi: 10.1590/S0104-59702001000400005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000400005. Acedido em: 05.07.2011.

ARAÚJO, Marta Lobo de

2007 «Os arquivos das misericórdias do Alto Minho: um itinerário de investigação» [Em linha]. *Cadernos Vienenses*. N.º 40: 357-377. ISSN 0871-4282. Disponível em <http://gib.cm-viana-castelo.pt/documentos/20081028152458.pdf>. Acedido em: 2011.07.10.

BATISTA, Paulo Jorge

2011 «La Serie documental ‘Expedientes de Obras Particulares’ en el municipio de Lisboa: análisis de su sistema de gestión» [Em linha]. *Anales de Documentación* Vol. 14: n.º 1. Disponível em <http://eprints.rclis.org/handle/10760/15489>. Acedido em: 2011.06.11.

CORTÉS ALONSO, Vicenta

1990 «Integración de las tres edades: corriente, intermedia y permanente» [Em linha]. *Boletín de la ANABAD*. Madrid. 40:2/3 (Abril-Set.) 7-20. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=969116>. Acedido em: 2011.06.27. ISSN 0210-4164

CUNNINGHAM, Adrian

1999 «Waiting for the ghost train: strategies for managing electronic personal records before is too late» [Em linha]. *Archival Issues*. Vol. 24: nº 1. Disponível em <http://minds.wisconsin.edu/handle/1793/45896>. Acedido em: Junho de 2011.

FERNANDES, Daniela Teixeira

2004 *Pedra a pedra: estudo sistémico de um arquivo empresarial*. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b. (Estudos a&b. Prática; 1). ISBN 972-98827-2-X.

GARCIA, Olga Maria Correa; SCHUCH JUNIOR, Vitor Francisco

2002 «A aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação» [Em linha]. *Informação & Informação*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Vol. 7: n.º 1 (Jan./Jun.) 41-56. Disponível em www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/.../1446. Acedido: 2011.08.04.

GARCÍA MORENO, M.^a Antonia

1998 «Metodología para abordar un proyecto documental en la empresa» [Em linha]. Madrid. *Documentación de las Ciencias de la Información*. 21:143-156. Disponível em <http://revistas.ucm.es/inf/02104210/articulos/DCIN9898110143A.PDF>. Acesso em: 2011.06.13. ISSN: 0210-4210

GREGÓRIO, Rute Dias

2009 «O projecto de organização do Arquivo Definitivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada» [Em linha]. Ponta Delgada. Comunicação apresentada ao I Encontro Internacional «Arquivos do Atlântico: Memória, Informação e Desenvolvimento», 11 e 12 de Maio de 2009, Teatro Ribeiragrandense, Ribeira Grande, São Miguel. Disponível em <http://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/1082>. Acedido em: 2011.06.30.

2010 *Salvaguardar para comunicar: Arquivo Histórico da Misericórdia de Ponta Delgada*. Ponta Delgada: Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada / Arquivo Histórico. Depósito Legal: 309477/10.

McKEMMISH, Sue

2009 *Yesterday, today and tomorrow: a continuum of responsibility* [Em linha]. Monash University Information Technology. Artigo publicado in *Proceedings of the Records Management Association of Australia 14th National Convention, 15-17 Sept 1997*. Perth: Records Managment Association of Australasia, 1997. Disponível em <http://www.infotech.monash.edu.au/research/groups/rcrg/publications/recordscontinuum-smckp2.html>. Acedido em: 2011.06.30.

MELO, Josemar Henrique de

2006 *A ideia de arquivo: a Secretaria do Governo da capitania de Pernambuco (1687-1809)* [Em linha]. Porto. Dissertação de Doutoramento em Ciências Documentais. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientador: Prof.^a Doutora Fernanda RIBEIRO . Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/19647>. Acedido em: 2011.06.01.

PAIVA, José Pedro

2002 «Introdução». In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: fazer a história das misericórdias*. Coord. cient. de José Pedro Paiva. Lisboa: União da Misericórdias Portuguesas. Vol. 1: pp. 11-16. ISBN 972-98904-0-4

PEDROSO, Vítor

1985 *Um pouco de história: Caixa Económica da Misericórdia de Ponta Delgada*. Ponta Delgada: Imp. Gráfica Açoreana.

PENTEADO, Pedro

1998 «Os arquivos e a história das misericórdias em Portugal: problemas e perspectivas». Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses. *Oceanos*. 35: p. 90-97.

2002 «As Misericórdias: contributo para um guia dos Arquivos». In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: fazer a história das misericórdias*. Coord. cient. de José Pedro Paiva. Lisboa: União da Misericórdias Portuguesas. Vol. 1: pp. 121-128. ISBN 972-98904-0-4

2004 «A investigação em sistemas organizacionais: algumas reflexões sobre o caso das Misericórdias em Portugal» [Em linha]. In *Homenagem ao Professor Doutor José Marques: 26 e 27 de Junho de 2003: actas do colóquio «Do Documento à Informação» e da jornada sobre sistemas de*

informação municipal; Memória do Curso de Especialização em Ciências Documentais (1985-2003). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. ISBN 072-9350-84-1 Disponível em <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id015id116&sum=sim>. Acedido em: 2011.07.06

PEEREIRA, Maria Olinda Alves

2000 «O arquivo com reflexo da orgânica e funcionamento das misericórdias». In *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Coord. de Maria de Lurdes Rosa e Paulo F. O. Fontes. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/ Universidade Católica Portuguesa, p. 189-237. ISBN 972-8361-15-7

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo

2003 «Gestão integrada de sistemas de informação em autarquias locais: uma abordagem sistémica» [Em linha]. *Páginas A&B*. Porto. Vol. 12: 31 pp. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id07id1115&sum=sim>. Acedido em: 2011.06.01. ISSN: 0873-5670

RIBEIRO, Fernanda

1997-1998 «A classificação em arquivos: processo natural ou arranjo *a posteriori*? *Leituras: revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. ISSN 0873-7045. Série 3: n.º 2, 119-126.

2002 «Da arquivística técnica à arquivística científica: a mudança de paradigma» [Em linha]. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto. ISSN 165-4936. I série: vol. 1: pp. 97-110. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8459>. Acedido em: 2011.05.21.

2005 «Organizar e representar a informação: apenas um meio para viabilizar o acesso? [Em linha]. *Ciências e Técnicas do Património: revista da Faculdade de Letras*. Porto. ISSN 165-4936. I série: vol. IV, pp. 83-100. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/9019>. Acedido em: 2011.08.04.

RODRIGUES, Henrique de Aguiar Oliveira

1998 *A assistência e a Misericórdia de Ponta Delgada*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de P. Delgada. Separata de *Insulana*, vol. LIV.

2003 *O Hospital da Misericórdia de Ponta Delgada*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de P. Delgada. Separata de *Insulana*, vol. LIX.

2010 *Notas históricas: assistência e saúde pública*. Ponta Delgada: Ed. do autor. D.L. 316135/10.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol

1998 *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. Trad. de Magda Bigotte de Figueiredo e revisão cient. de Pedro Penteado. Ed. orig. *Les fondements de la discipline archivistique*, Presses de l'Université du Québec, 1994. ISBN 972-20-1428-5

SÁ, Isabel dos Guimarães

2000 «As Misericórdias no Império Português (1500-1800)». In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração* [Em linha]. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias. ISBN 972-95109-8-9. p. 101-133. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4343>. Acedido em: 2011.07.05.

2002 «As Misericórdias: da fundação à União Dinástica». In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: fazer a história das misericórdias*. Coord. cient. de José Pedro Paiva. Lisboa: União da Misericórdias Portuguesas. Vol. 1: pp. 19-45. ISBN 972-98904-0-4

SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antónia

2008 *História breve das Misericórdias Portuguesas: 1492-2000*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. (Estado da Arte; 1). ISBN 978-989-8074-54-6

SAMEIRO, Pedro

1995 «A reforma da legislação das Caixas Económicas em Portugal» [Em linha]. *Revista da Ordem dos Advogados*. II. Disponível em http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/PSameiro.pdf. Acedido em: 2011.06.06.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís

2002 *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, vol. 1. 1ª ed. de 1999. ISBN 972-36-0483-3

SILVA, Maria Eliezer Pires da

2010 «O conceito de informação arquivística» [Em linha]. Rio de Janeiro. Comunicação oral apresentada ao XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação. Disponível em <http://congresso.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/download/53/103>. Acedido em : 2011.06.30

SOUSA, Ivo Carneiro de

1996b «O compromisso primitivo das misericórdias portuguesas (1498-1500)». In *Revista da Faculdade de Letras: História*, n.º 13: 259-306. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8454>. Acedido em: 2011.07.05.

SOUSA, Maria de Fátima Medeiros Soares

2010 *Relatório final: Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada*. Relatório apresentado no âmbito da disciplina Prática Profissional do Mestrado de Ciências da Informação e da Documentação da Faculdade de Ciência Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Orientação universitária de Alexandra Lourenço e Pedro Penteado. Orientação, na instituição, de Rute Dias Gregório. Texto policopiado, 62 p.

SUPICO, Francisco Maria

1995 *Escavações*. Dir. e coord. de José Paim de Bruges da Silveira Estrela Rego; correcção do índice onomástico de Hugo Moreira e Nuno Álvares Pereira. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada. Vols. II e III. ISBN 972-9216-56-8.

TEIXEIRA, António

1996 *As Instituições Particulares de Solidariedade Social: aspectos da evolução do seu regime jurídico*. Lisboa: Direcção-Geral da Acção Social: Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação. ISBN 972-95777-1-4. Disponível em http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13115&m=PDF. Acedido em: 2011.07.06.

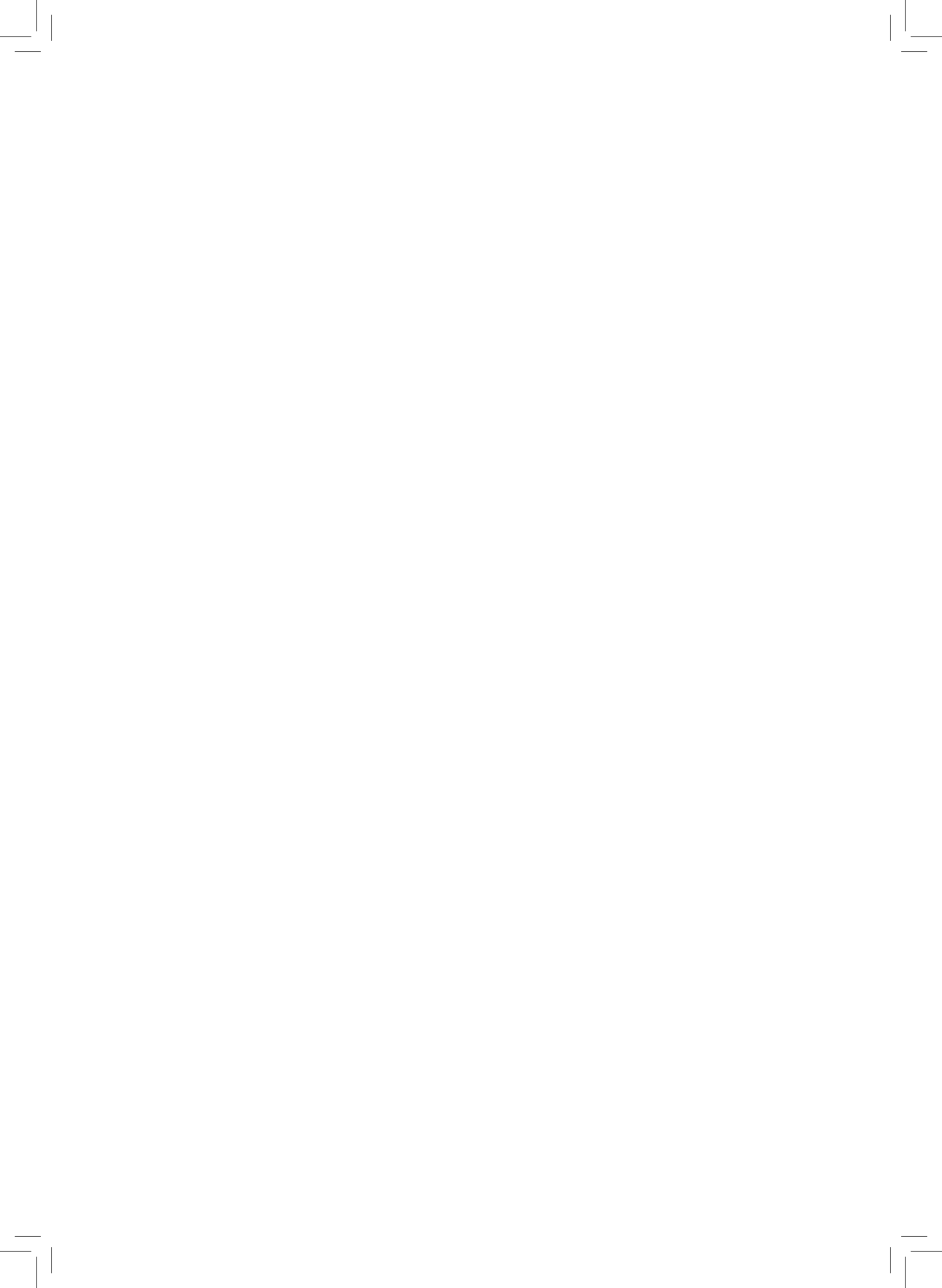
TOGNOLI, Natalia Bolfarini

2010 *A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea* [Em linha]. Marília. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010. Orientador: Prof. Doutor José Augusto Chaves Guima-

rães. Disponível em <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/35182>.
Acedido em: 2011.06.01.

UMP (UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS)

2011 *Quem somos nas Misericórdias* [Em linha]. Lisboa: UMP. ISBN 978-989-8375-03. Disponível em http://www.ump.pt/ump/images/stories/ump_quemsomos_2011_web.pdf. Acedido em: 2011.07.07.



APÊNDICES



A – Modelos de tabelas de recenseamento da documentação acumulada até à década de 1980

A1 – Recenseamento dos livros

E1082 Hospital - pavilhão de tuberculosos - administração de legado														
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
LP	Nº	Nº exist	UI	Pesquisa por tópico	Código de Referência	Título	Datas de Produção	ND	Dimensão e suporte	OBSERVAÇÕES	Dirigentes da Santa Casa	Arqui vista	Âmbito e conteúdo	Documentação associada
1														
2														
1														
2														
C1	1	2	IV	Despesa	PT-MPDL	Livro do pagamento das pensões da Casa	1843	DC	1 lv; papel; 30,9 x 21,5 x 2,5 cm	Revisto com Sancha, 24 de Junho 2009	Tesoureiro António Rodrigues da Paz			
C1	2	4	IV	João de Sousa Rodovalho (cap.)	PT-MPDL	Livro da Administração do capitão João de Sousa Rodovalho	1710	DC	1 lv; papel; 31,5 x 24 x 4 cm	Capa e cadernos com registos de contaminação por insectos. Capa em mas estado. Reque cartão prensado. Revisto com Sancha, 24 de Junho 2009	Provedor Francisco da Câmara, secretário Sebastião Borges Neuman da?			
C1	3	5	IV	João de Sousa Rodovalho (cap.)	PT-MPDL	Livro de receita e despesa da administração do capitão João de Sousa Rodovalho	1728-1735	DC	1 lv; papel; 30 x 23 x 3,3	Capa em têxtil. Reque cartão prensado. Revisto com a Sancha, 24 de Junho de 2009	Provedor o General Capitão Gonçalo? ? de Freitas			
C1	4	6	IV	João de Sousa Rodovalho (cap.)	PT-MPDL	Livro 2º da administração do capitão João de Sousa Rodovalho	1736-1747	DC	1 lv; papel; 252 fl mm mm	Sinais de contaminação por microorganismos. Encadernação a couro, necessita cartão prensado. Revisto com a Sancha	Provedor o Cap. Gaspar Gonçalves da Câmara;			
C1	5	7	IV	João de Sousa Rodovalho (cap.)	PT-MPDL	Livro de receita e despesa do Capitão João de Sousa	1748-1767	DC	1 lv; papel; 80 x 4	Capa em têxtil. Reque cartão prensado. Revisto com a Sancha, 24 de Junho de 2009	Provedor o Conde da Ribeira Grande			

A2 – Recenseamento das caixas

D159 Instituto Maternal, Ofícios; Instituto do Bom Pastos; Entrada de doentes; Recolhimento de Santa Bárbara												
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Local	Nº	UI	Pesquisa por tópico	Código de Referência	Título	Datas de Produção	Nível de descrição	Dimensão e suporte	OBSERVAÇÕES	Arqui vista	Âmbito e conteúdo	Documen tação asocia
2	4º PISO	Cx 1	CX	Processos cíveis	PT-MPDL	Caixa nº 1	1812-1851	DC	1 cx, 20 docs, papel	AM-11	Quitações de foros, autos cíveis de penhora, autos cíveis de agravo, provisões de sentença, causas na justiça, autos de execução de sentença, alvarás, procurações, autos de embargo, carta de título de adjudicação perpétua de melhoramentos, autos cíveis de petição.	
3	4º PISO	Cx 2	CX	Autorizações de despesa	PT-MPDL	Caixa nº 2	1908.07.02- 1909.06.30	DC	1 cx, 313 doc. Num, papel	AM-11	Autorizações de despesas, orçamentos, facturas, guias de despesa relativas à aquisição de medicamentos, reparações de imóveis, salários, gratificações, serviços de desinfecção, de amuseuse, escrituração, emollos, despesas com doentes, farmácia, capela, presos, Internato João Francisco Cabral, abastecimento de pão ao hospital, cobranças ordinárias.	
4	4º PISO	Cx 3	CX	Ana do Rego; Padre João Soares Costa; Isabel Carneira;	PT-MPDL	Caixa nº 3	1802-1805	DC	1 cx, 36 docs em papel	AM-11	Parentesco com Ana do Rego, com o Padre João Soares da Costa, Isabel Carneira, António Pacheco Osório.	
5	4º PISO	Cx 4	CX	Autorizações de despesa	PT-MPDL	Caixa nº 4	1910-1933	DC	1 cx, 554 docs em papel	AM-11	Vencimentos, farmácia, lavagem de roupa, géneros alimentares, carvão, drogas e medicamentos, aparelhos cirúrgicos, donativos, legados, expediente, diversos reparos no edifício, telefone, foros, festa de S. Gonçalo, contribuições prediais, cobranças, artigos de escrita, lâmpadas, panos, doentes, caixões, seguro, algodão, artigos clínicos e cirúrgicos, artigos de cozinha, gabinete de fisioterapia, pão, iluminação eléctrica, cerca, guias - 1910/11 (8-14), 1921/22 (111-474), 1932/33 (1-171).	
6	4º PISO	Cx 5	CX	Foros; Cadernos de cobranças	PT-MPDL	Caixa nº 5	1789-1922	DC	1 cx, 5 docs em papel	AM-11	Despesa efectuada com a remissão dos foros, cadernos de cobranças.	
7	4º PISO	Cx 6	CX	Escruturas; Vendas; Foros; Doentes; Subsídios;	PT-MPDL	Caixa nº 6	1852-1956	DC	1 cx, 113 docs em papel	AM-11	Vendas; escritura de venda; requerimentos do registo de propriedades para o pagamento de foros; pagamento de foros; regalo dos doentes, lista de subsídios, estatutos dos distritos autónomos; relação da irmandade da SCM;	

**B – Tabela de referência para a definição de Séries documentais
da SCMPDL, 1619-1834**

Funções/actividades	Série	Datas
. Normalizar a Irmandade	Estatutos da Irmandade da Misericórdia de Ponta Delgada	. 1834.04.22
. Gerir e controlar os Irmãos	Assentos de irmãos	. 1621.05.30 – 1650.07 . 1654 – 1727 . n.º 4: 1727 – 1807
. Governar a Casa da Misericórdia	Acórdãos da Mesa, n.ºs 1 a 10	. 1663.08.10 – 1687.06.13 . 1687 – 1709 . 1709 . 1720 – 1729 . 1729.09.28 . 1741.03.26 – 1726.07.03 . 1762.07.31 – 1785.11.05 . 1785.12.09 – 1808.11.11 . 1808.04.15 – 1827.04.24 . 1827.05.09 – 1849.11.24
. Tombar privilégios, doações, bens e rendimentos	Tombo dos privilégios, testamentos, doações e encargos, primeiro e segundo	. 1789 . 1708 – 1946
	Tombo das propriedades, rendimentos e foros próprios	. 1777.06.07 – 1777.12.18
	Tombo dos bens das administrações	. 1778.07.10
. Inventariar a propriedade	Relação de bens que possui e administra a MPDL	. 1776
. Gerir as actividades/ obrigações	Lembranças	. 1620 – 1621 . 1623 – 1681 . 1629 – 1630 . 1638
	Lembranças de Manuel Inácio	. 1777.07.08

. Gerir receitas e despesas	Receita e Despesa / Corrente	. 1618.07.02 – 1619.07.02 . 1622 – 1630 . 1629 . 1630 – 1631 . 1631 – 1632 . 1636.07.02 – 1637.06.09 . 1646 – 1647 . 1651 – 1652 . 1652 – 1653 . 1663 – 1665 . 1666 . 1667 – 1669.12.28 . 1668 – 1669 . 1669 – 1670.07.17 . 1671 . 1673 . 1674 . 1675 – 1676 . 1675 – 1723 . 1677 . 1679 – 1680 . 1680 – 1681 . 1681 – 1682 . 1682 – 1683 . 1683 – 1684 . 1688 . 1690 . 1691 . 1691 – 1709.04 . 1692 . 1692 . 1693 . 1694 . 1695 . 1696 . 1697 – 1721 . 1699 . 1699 – 1733 . 1700 . 1701 . 1702 – 1703 . 1702 – 1708 . 1704 – 1705 . 1705 – 1706 . 1706 . 1707 . 1708 . 1709 – 1710 . 1711 – 1734 . 1712
-----------------------------	------------------------------	---

. Gerir receitas e despesas.	Receita e Despesa / Corrente	. 1713 . 1714 . 1715 – 1716 . 1716 . 1718 – 1719 . 1719 . 1720 . 1722 . 1724.07.02 – 1725.07.02 . 1725 . 1727 – 1732.06.15 (das rendas) . 1729 – 1730 . 1731 – 1736 . 1732 – 1733 . 1733 – 1734 . 1735 . 1737 . 1738 . 1741 . 1749.07 – 1767 [?] . 1752 – 1753 . 1754 – 1755 . 1756 – 1758 . 1762 . 1763 – 1765 . 1765 – 1767 . 1768 – 1770 . 1676 . 1771 – 1775 . 1776.07.01 – 1778 . 1779 – 1780 . 1781 – 1782 . 1787.07.31 – 1814.02.12
	Receita e despesa das rendas da Casa e das Administrações	. 1799 – 1825
	Corrente da despesa, receita e foros	. 1759 – 1761
	Caixa	. 1834.07.12 – 1840.06.30
	Conta Corrente	. 1825.03.19 – 1904.02.28
	Contas da Tesouraria	. 1826.11.12 – 1841.06.30

. Gerir a renda instituída por D. Sebastião e reis sucessores	Despesa da renda instituída por D. Sebastião e seus sucessores	. 1573.03.09 – 1662.04.26
	Receita e despesa da mercê régia paga à Casa pela Alfândega	. 1754 – 1805
. Cobrar foros, rendas, legados e pensões	Cobrança de foros	. 1770 – 1851 . 1792 – 1844 . 1770 – 1851
	Cobrança das rendas	. 1807 – 1811 . 1808 – 1811 . 1810.04.28 – 1811.06.20 . 1818
	Rendas e foros	. 1811.12.03 – 1812.12.23 . 1813.04.08 – 1814.06.30
	Cobrança das rendas, foros, legados e pensões	. 1814.04.03 – 1885.06.30 (Casa e Administrações, tesoureiro) . 1815.10.09 – 1816.06.30 . 1816 . 1817.07.23 – 1818.06.30 . 1819 – 1820 . 1820.11.07 – 1822.05.10 . 1821 . 1822 . 1823 (tesoureiro Manuel de Sousa Resendes) . 1824 . 1825 – 1826 . 1826 – 1827 . 1827 – 1828 . 1828 – 1829.07.02 . 1829 – 1830 . 1830 – 1831 . 1831 – 1832 . 1832 – 1833 . 1833 – 1834 . 1834 – 1850
	Cobrança das rendas, foros, legados e pitanças da Casa e suas nove Administrações	. 1801 . 1802 . 1805 . 1806 . 1809
	Despesas judiciais com as cobranças	. 1834 – 1852

	Receita extraordinária	. 1834 – 1860
	. Receita do trigo	. 1698
	. Corrente das receitas e despesas do trigo e dinheiro	. 1740 . 1742
	. Despesa extraordinária	. 1834.07.31 - 1899
. Gerir pagamentos de ordenados, juros, foros e pensões	Ordenados, juros, foros e pensões da SCMPDL e das Administrações	. n.º 1: 1783 – 1790 . n.º 2: 1787.09.05 – 1791 . 1811.08.19 – 1826.05.19
	Ordenados, foros e pensões	. 1826 – 1842
	Ordenados	. 1793 – 1809
. Gerir a despesa	Despesa	. n.º 2: 1685 – 1698 . 1699.07 – 1714 . 1732.01.01 – 1748
	Despesa da Despesa	. 1714.06 – 1729
	Registo da Despesa / Receita e Despesa	. 1828.08 – 1909.01.17
. Gerir as receitas dos Tesoureiros do Hospital	Carga sobre os irmãos tesoureiros do hospital	. 1664 – 1665 . 1664 – 1679
- Gerir a despesa do hospital / Mordomia do hospital	Despesa do hospital	. 1768.07 – 1782 . 1782 – 1803.06.30 . 1817.07 – 1825.06 (mordomia) . n.º 5: 1825.07.25 – 1831.05 . n.º 6: 1831.07.31 – 1837.06.30
. Gerir entradas e saídas de doentes	Entradas dos doentes	. 1815.09.01 – 1826
. Montar e gerir a farmácia do hospital	Despesa com a criação da botica dentro do hospital em cumprimento do acórdão de 1815-08-05	. 1815 – 1837.06.30

. Contratar os serviços e a rentabilização da propriedade	Notas e contratos da Casa	. n.º 2: 1603.04.21 – 1653.04.25 . n.º 3: 1653.07.07 – 1705.08.04 . n.º 4: 1706.02.27 – 1714.06.15 . n.º 5: 1714.08.11 – 1723.10.28 . n.º 6: 1724.03.28 – 1744.06.25 . n.º 7: 1744.11.14 – 1755.09.29 . n.º 8: 1756.02.11 – 1783.03.10 . n.º 9: 1769.12 – 1787.08.30 . n.º 10: 1781.10.11 – 1796.06.11 . n.º 11: 1788.07.21 – 1801.06.26 . n.º 12: 1807.07.02 – 1818.03.05 . n.º 13: 1818.02.23 – 1822.11.25 . n.º 14: 1822.11.28 – 1826.10.06 . n.º 15: 1825.10.22 – 1827.03.31 (arrematações) . n.º 16: 1827.04.07 – 1830.11.23 (arrematações) . n.º 17: 1830.11.23 – 1831.09.27 (arrematações) . n.º 18: 1833.10.16 – 1835.03.21
	Arrematações das terras	. 1813 – 1819 . 1824 – 1828.10.23 . 1829.08.31 – 1833.10.11 . 1834 – 1842
. Gerir a Capela e a Sacristia	Contas da capela	. 1671 – 1679 . 1680.07.02 – 1684 [?] . 1692.07 – 1699.06 . 1699.07 – 1710 . 1710.07 – 1717 . n.º 8: 1717.07 – 1725.05 . n.º 9: 1725.07 – 1739 . n.º 10: 1739.07.10 – 1750.06 . n.º 11: 1751.07 – 1768.06 . n.º 12: 1768 – 1783 . 1811.07.31 – 1817.06.30 . 1817.07.31 – 1909 (mordomia)
	Exclusão de capelães e tesoureiros da sacristia	. 1815.08.05
. Gerir a Capela da Nosso Senhor dos Passos	Receita e Despesa da Capela do Senhor dos Passos	. 1820.02.20 – 1831.07.08

. Prestar culto	Defuntos, pautas com encargos, procissões e esmolas	. 1661 – 1684
	Obrigações pias e missas	. 1685 – 1691 . 1782.08.02 – 1828 (liv. dos religiosos) . 1782 – 1815.09.27
	Quitações da celebração de missas	. 1827 – 1900
	Pautas das Procissões	. 1686 – 1733
	Obrigações dos ministros eclesiásticos que servem no Coro	. 1739.11.30 – 1834
. Tratar dos defuntos	Assentos dos defuntos	. 1620.07 – 1629.07.02
	Óbitos	. n.º 1: 1796.11.12 . n.º 3: 1828.11.04 – 1839.08.26
	Assentos de falecidos no hospital	. 1815.10.21 – 1828.11.04 . 1824.02.06 – 1834.07.27 . 1828.02.06 – 1834.07.27
. Tratar dos pobres	Pautas das «envergonhadas» das três freguesias de Ponta Delgada	. 1685 – 1726
	Esmolas	. 1815 – 1823 . 1823.07 – 1841.06
. Cuidar dos presos	Despesas	. 1829.07.14 – 1890
. Administrar instituições vinculares e legados de particulares	Recebimentos das administrações a trigo e milho	. 1796 – 1810
	Contas das Administrações Unidas	. 1812 – 1813

<i>- Administração de Maria Simão</i>	Autos do Tombo	. 1777.06.26 – 1778.04.10
	Receita e Despesa / Administração da Fazenda / Corrente da Administração	. 1617 – 1659 . n.º 2: 1661 – 1679 . 1680 – 1689 . 1688 – 1710 . 1701 - 1719 . 1711 – 1730 . 1738 – 1756 . 1757 – 1778 . 1779 – 1782 . 1782.08.15 – 1792
<i>- Administração do P^e. João Soares da Costa</i>	Autos do Tombo	. 1777.06.26 – 1778.04.13
	Receita e Despesa / Corrente / Administração	. 1628 – 1674 . n.º 2: 1675-1687 . 1688 – 1734 . 1735 – 1773 . 1775 – 1782 . 1782.08.15 – 1792
<i>- Administração de Isabel Carneiro</i>	Autos do Tombo	. 1777.06.26 – 1778.04.10
	Corrente de Receita e Despesa / Corrente da Administração	. 1628 – 1664 . n.º 3: 1680 – 1687 . 1688 – 1705 . n.º 6: 1743 – 1774 . 1775 – 1783 . 1782.08.15 – 1792
	Notas	. 1774.06.18 – 1814.06.15
<i>- Administração de Gregório Amaral de Vasconcelos</i>	Autos do Tombo	. 1777.06.26 – 1778.04.13
	Receita e Despesa / Administração	. 1637 – 1682 . 1683 – 1687 . n.º 3: 1688 – 1705 . 1706 – 1779 . 1780 – 1783 . 1782.08.15 – 1792
<i>- Administração de Rafael Rodrigues Machado</i>	Tombo	. 1777.06.26 – 1778.04.10
	Receita e Despesa / Administração / Corrente	. 1694 – 1709.06.14 . 1709 – 1743.03.27 . n.º 3: 1743 – 1782 . 1782 – 1795

<i>Administração do Capitão Inácio de Melo</i>	Autos do Tombo	. 1628 . 1777.06.26 – 1783.07.19
	Notas	. n.º 1: 1626.04.17 – 1628.11.02 . n.º 2: 1653 [?] – 1661.07.02 . n.º 3: 1661.08.11 – 1699.06.26 . n.º 4: 1729.09.29 – 1730.10.27 . n.º 5: 1788-1811
	Contas tomadas à Misericórdia	. 1679 – 1687
	Quitações dos legados da Administração	. 1652.11.26 – 1682
	Receita e Despesa / Administração	. 1652 – 1658 . 1697 – 1703 . 1704 – 1708 . 1709 – 1719 . 1720 – 1728 . 1729 – 1742.03.13 . 1736 – 1748.03.12 . 1748 – 1760 . 1761 – 1770 . 1771 – 1781 . 1782.08.15 – 1795
<i>- Administração de Ana do Rego</i>	Autos do Tombo	. 1777.06.26 – 1783.05.02
	Notas da Administração	. n.º 2: 1638.06.19 – 1721.06.01 . n.º 3: 1711.03.27 – 1811.12.04
	Receita e Despesa / Administração Corrente	. 1629 – 1628 . 1639 – 1651 . 1674 . n.º 4: 1675 – 1683 . 1688 – 1692 . 1693 – 1698 . 1699 – 1708 . n.º 9: 1707 – 1719 . n.º 10: 1710 – 1730 . n.º 11: 1731 – 1743 . 1744 – 1758 . 1759 – 1774 . 1775 – 1782 . 1782.08.15 – 1795

<i>- Administração de António Pacheco Osório</i>	Autos do Tombo	. n.º 1: 1668 – 1684 . 1777.06.26 – 1778.04.13
	Notas	. 1774.05.11 – 1893.10.15
	Receita e Despesa / Administração	. 1685 – 1687 . 1688 – 1696 . 1697 – 1708 . n.º 6: 1728 – 1767 . n.º 7: 1728 – 1782 . 1783.09.15 – 1795
<i>- Administração do Capitão João de Sousa Rodvalho</i>	Autos do Tombo	. 1777.06.26 – 1778.04.10
	Notas	. 1774.06.03 – 1812.06.30
	Receita e Despesa / Administração	. 1710 . 1728 – 1735 . n.º 2 [sic]: 1736 – 1747 . 1748 – 1767 . 1768 – 1781 . 1782.08.15 – 1795
<i>- P.º. Manuel Teixeira</i>	Administração	. 1728 – 1741; 1800 – 1803
<i>- Tomé Alves de Azevedo</i>	Receita e Despesa da Administração	. 1674 – 1687 . 1688 – 1745
<i>- P.º. Manuel da Silva Pato</i>	Administração	. 1670 – 1683
<i>- João Pamplona Carneiro Rangel</i>	Autos do Tombo	. 1777.07.07.01 – 1778
. Gerir demandas e feitos da Casa	. Mapas das causas	. 1828 – 1846; 1853 – 1855
	. Causas e demandas com representação em Lisboa	. 1804 – 1846
	. Despesas	. 1821.07 – 1834.01
	. Processos Cíveis	. 1814 – 1822
. Gerir a informação	. Índices dos ofícios recebidos	. 1832 – 1905
	. Índices dos livros correntes de 1828 e 1829	. 1828 – 1829

ANEXOS

A - Estado inicial do arquivo



1. Aspecto de um dos quatro armários do Consistório, em finais de 2008



2. Aspecto do arquivo na antiga secretaria, em finais de 2008



3. Outra perspectiva do arquivo na antiga secretaria, em finais de 2008



4. Aspecto do antigo arquivo do hospital, composto por fichas e processo de doentes, documentos de contabilidade (1934-1976).
Finais de 2009



5. Outra perspectiva do arquivo do antigo hospital. Finais de 2009



6. Aspecto actual do arquivo administrativo («semi-activo»), com documentação das décadas de 1990 e 2000.
Fotografia de Andreia Martins

**B – Primeira fase de intervenção no arquivo,
Setembro de 2008/Janeiro de 2010**



1. Higienização dos livros do Consistório,
em 2007-2008



2. Higienização dos livros no Consistório,
finais de 2008



4. Retirando os livros dos sacos plásticos,
em finais de 2008. Fotografia de Hugo Vieira



4. Higienizando os livros do arquivo da antiga secretaria. Dezembro de 2008



5. Higienização de livros em finais de 2009



6. Recenseamento da documentação do arquivo da antiga secretaria. Setembro de 2009.
Fotografia de Liliana Silva

C – Segunda fase de intervenção no arquivo, 2010-2011



1. Intervenção nos maços e documentação dispersa do arquivo da antiga secretaria. Outubro de 2010



2. Higienização e acondicionamento da documentação em maços, pastas e dispersa pelo arquivo da antiga secretaria. Novembro de 2010



3. Intervenção no antigo depósito da documentação do hospital (1934-1976). Março de 2011. Fotografia de Rita Ponte



4. Intervenção no antigo depósito da documentação do hospital. Março de 2011.
Fotografia de Andreia Martins



5. Intervenção na documentação do hospital, século XX. Março de 2011



6. Higienização e acondicionamento da documentação do hospital (1934-1976).
Março de 2011

D – Resultados materiais da intervenção no arquivo

1. Armários do Consistório. Março de 2010



2. Documentação do arquivo da antiga secretaria da Misericórdia.
Julho de 2011



3. Arquivo da antiga secretaria da Misericórdia. Março de 2011



4. Documentação do hospital.
Julho de 2011.



5. Documentação do hospital.
Fevereiro de 2013.

E – Folha de Recolha de Dados (FRD) utilizada por Fátima Sousa



FOLHA DE RECOLHA DE DADOS - FRD

FRD Nº 4

Unidade arquivística

Processo

Natureza do suporte

Papel

Organismo/
Instituição

Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada

Órgão/Serviço

Expediente

Classificação existente:

Classe - nº /Título

Subclasse - nº

/Título

Série - nº /Título

Plano de Segurança – Instalações da Creche "A Pequeneda"

Classificação futura:

Classe - nº /Título

Subclasse - nº

/Título

Série - nº /Título

5. Gestão do Património

5.6. Segurança e higiene das instalações

5.6.1. Planos de segurança

Documentação: Original ☐ Cópia ☐

Âmbito e Conteúdo:

Plano feito pela empresa Engº Tavares Vieira, LDA.
Está dividido por assuntos que contêm o Plano de prevenção, Plano de emergência interno, Instruções de segurança, Registos de segurança, documentos de apoio e Glossário de termos técnicos.

Prazos de Conservação: 10

Justificação: Conservar enquanto estiver actualizado e em uso.

Destino Final: Eliminação

Responsável pelo

Preenchimento da

Fátima Soares Sousa

Data de

Preenchimento:

08/11/2010

FRD:

Responsável pela

revisão:

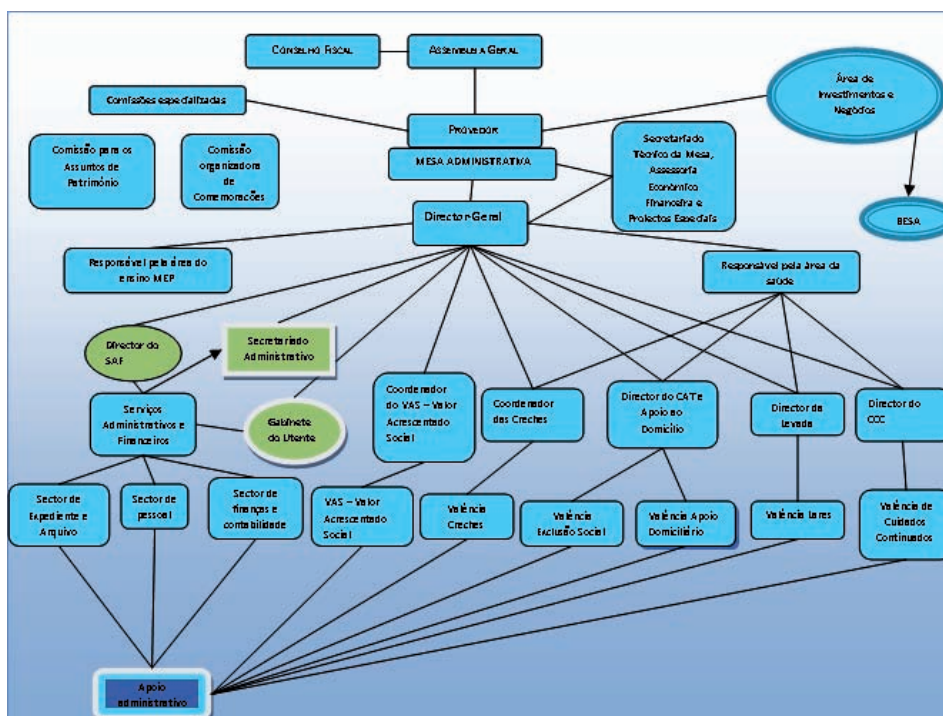
Rute Dias Gregório

Data de

Preenchimento:

14/12/2010

**F – Organigrama da SCMPDL,
elaborado pelo Provedor Francisco Silva e actualizado em 2011**



G – Primeiras páginas, de entre sete, do Plano de Classificação proposto por Fátima Sousa (ainda em estudo)

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA PLANO DE CLASSIFICAÇÃO

Proposta Provisória

[Classes; Subclasses e Séries]

0. ÓRGÃOS E IRMANDADE

0.1. Assembleia Geral

- 0.1.1. Actas
- 0.1.2. Processos de preparação de reuniões
- 0.1.3. Convocatórias

0.2. Mesa Administrativa

- 0.2.1. Actas
- 0.2.2. Processos de preparação de reuniões
- 0.2.3. Colecção de ordens de trabalho
- 0.2.4. Convocatórias
- 0.2.5. **Informações**
- 0.2.6. Pedidos de deslocação/dispensas
- 0.2.7. Correspondência enviada aos membros

0.3. Conselho Fiscal

- 0.3.1. Actas
- 0.3.2. Convocatórias
- 0.3.3. Correspondência

0.4. Irmandade

- 0.4.1. Colecção de compromissos
- 0.4.2. Correspondência com os irmãos
- 0.4.3. Livro dos irmãos

1. REGULAMENTAÇÃO, FUNCIONAMENTO, PLANEAMENTO E CONTROLO DE ACTIVIDADES

1.1. Regulamentação e funcionamento

- 1.1.1. Compromissos/Regulamentos
- 1.1.2. Actas da Direcção **Geral** (DG)
- 1.1.3. Processos de preparação de reuniões da DG
- 1.1.4. Circulares informativas e normativas
- 1.1.5. Ordens de **serviço**
- 1.1.6. Avisos
- 1.1.7. Gabinete do **utente**

1.2. Programas, projectos, planeamento e controlo de actividades

- 1.2.1. Processos de candidatura a programas governamentais
- 1.2.2. Projectos **internos**
- 1.2.3. Planos e relatórios anuais de actividade
- 1.2.4. Avaliação da qualidade do serviço **prestado**

1.3. Actividades de controlo, consultadoria e contencioso

- 1.3.1. Processos de auditoria/inquérito
- 1.3.2. Processos disciplinares
- 1.3.3. Notificações judiciais
- 1.3.4. Informações e pareceres jurídicos
- 1.3.5. Informações e pareceres técnicos
- 1.3.6. Legislação de suporte à actividade da Santa Casa

Comentário [F1]: Informações financeiras dadas pelo SAF à Mesa Ad. Outras informações.

Comentário [F2]: Actas de reuniões da directora geral com os responsáveis pelas valências, com outras entidades externas

Comentário [F3]: Deverá estar divididas por ordens gerais e por valências

Comentário [F4]: A pasta deverá estar dividida por assuntos. Contém: informações internas com pedidos de internamento (enviado ao Provedor), sobre apoios a prestar a utentes; comunicações de falecimentos, etc.

Comentário [F5]: Toda a documentação que será gerada no processo da implementação de projectos (inseridos nos planos de actividade) que visam, por exemplo, a construção de edifícios, surgimento de novas valências, etc. Podem ser dossiês.

Comentário [F6]: Questionários a aplicar aos utentes para aferir a qualidade dos serviços. Poderá ser dividido por valência se assim se justificar

2. RELAÇÕES PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

2.1. Relação Santa Casa /cidadão

- 2.1.1.Reclamações e sugestões
- 2.1.2.Pedidos de informação
- 2.1.3.Pedidos de apoio/colaboração
- 2.1.4.Declarações

2.2. Relações Santa Casa com instituições públicas e privadas

- 2.2.1.Acordos e protocolos
- 2.2.2.Processos de estágio
- 2.2.3.Divulgação de eventos /iniciativas
- 2.2.4.Oferta de Jornais/boletins/revistas/monografias
- 2.2.5.Oferta de Catálogos/serviços
- 2.2.6.Pedidos de colaboração/apoio
- 2.2.7.Pedidos para realização de visitas de estudo e realização de actividades
- 2.2.8.Pedidos/envio de informação
- 2.2.9.Convites, mensagens de cortesia e agradecimentos
- 2.2.10. Marcações de reuniões
- 2.2.11. Correspondência

2.3. Relações Santa Casa com organismos governamentais

- 2.3.1.Programas governamentais
- 2.3.2.Projectos Governamentais
- 2.3.3.Acordos e Protocolos??
- 2.3.4.Divulgação de eventos/iniciativas
- 2.3.5.Pedidos de colaboração/apoio
- 2.3.6. Pedidos/envio de informação
- 2.3.7.Convites, mensagens de cortesia e agradecimentos
- 2.3.8.Marcação de reuniões
- 2.3.9.Resposta a inquéritos estatísticos
- 2.3.10. Correspondência

[...]

Comentário [F7]: Pedidos para apoios monetários, para a realização de estudos, etc.

Comentário [F8]: Declarações passadas a cidadãos que pedem emprego à Santa Casa.

Comentário [F9]: Pasta dividida, se for necessário, por instituição e por documentação enviada e recebida

Comentário [F10]: Documentação dividida por valências

Comentário [F11]: Toda a documentação que não gera processo. Informações variadas

Comentário [F12]: Engloba correspondência trocada com entidades governamentais, acordos e protocolos assinados. Deve estar dividida por programa. Ex: Estagiar L, OTL; Jovens Solidários e Ocupação em Férias, etc.

Comentário [F13]: Documentação que surge na troca de correspondência com instituições governamentais no âmbito de projectos específicos. Ex: Eco IPSS

Comentário [F14]: Contém correspondência que não dá origem a processos. Documentos deverão estar divididos, se possível, por entidades. Por exemplo deverá constar a documentação trocada com o Instituto de Acção Social, Inspeção do trabalho,

ÍNDICE

Índice de siglas e abreviaturas	9
Índice de figuras	11
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I: Enquadramento teórico e revisão da literatura	19
1. Arquivística científica e arquivos de misericórdias.....	19
1.1. Arquivística integrada, <i>records continuum model</i> e novo paradigma da Arquivística.....	19
1.2. Estudos sobre misericórdias e arquivos de misericórdias.....	24
2. As misericórdias portuguesas: natureza jurídica, organização e funções	25
CAPÍTULO II: Estrutura orgânico-funcional e arquivo, de 1513 a 1834....	35
1. Orgânica, funções e produção documental da Irmandade da Misericórdia até 1618.....	36
2. Orgânica, funções e produção documental da Casa da Misericórdia a partir do Compromisso de 1618.....	43
3. Considerandos breves sobre um esquema classificativo para o arquivo	48

CAPÍTULO III: Estrutura orgânico-funcional e arquivo, de 1834 a 2011...	55
1. Orgânica, funções e produção documental com base nos Estatutos e Regulamentos do século XIX.....	56
2. Orgânica, funções e produção documental e arquivo no Compromisso de 1949.....	66
3. Orgânica, funções e produção documental e arquivo na actualidade: breves considerandos.....	74
4. Notas para um esquema classificativo do arquivo.....	79
CONCLUSÃO.....	87
BIBLIOGRAFIA.....	97
APÊNDICES.....	107
ANEXOS.....	123

"Eu que é que
podemos em 2015
ou 2020"

Santa Casa da
Misericórdia
Ponta Delgada

Quem trabalha aqui
sempre

com todo o carinho

trabalha com muita vontade

e desenha a sua vida

15
09
15



A Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (Açores, Portugal), criada em inícios do século XVI, é um dos exemplos actuais de longevidade e grande amplitude na acção social e na solidariedade local, nos Açores, em Portugal e até na Europa. Como tal, possui um arquivo activo cuja documentação remonta ao século XVI e aos tempos da consolidação das estruturas do povoamento do arquipélago e da ilha de São Miguel em particular. Isto confere à instituição, a par de uma intervenção social hodierna inquestionável, um legado histórico e cultural representativo de gerações que também não se pode descurar como experiência / conhecimento para o futuro.

[...] Em termos arquivísticos, a Santa Casa confronta-se com os complexos desafios da conservação informacional, dos novos suportes e, principalmente das novas formas de gerir e aceder à informação. Criar as bases de um modelo de gestão integradas dessa informação secular que, em simultâneo, faça a instituição entrar no século XXI em termos informacionais e em termos de disponibilização e acesso ao seu conhecimento e informação, são metas que se afiguram relevantes.

Apoios: